

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULO HENRIQUE DE MAGALHÃES ARRUDA

UMA UNIVERSIDADE A SERVIÇO DO ESTADO: O PROJETO POLÍTICO POR
TRÁS DAS REFORMAS POMBÁLINAS DE ENSINO CONIMBRICENSE (1772)

CURITIBA
2010

PAULO HENRIQUE DE MAGALHÃES ARRUDA

UMA UNIVERSIDADE A SERVIÇO DO ESTADO: O PROJETO POLÍTICO POR
TRÁS DAS REFORMAS POMBALINAS DE ENSINO CONIMBRICENSE (1772)

Dissertação apresentada à banca da linha Cultura e Poder do curso de pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em história.

Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite

CURITIBA
2010

Catálogo na publicação
Fernanda Emmanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Arruda, Paulo Henrique de Magalhães

Uma Universidade a serviço do Estado: o projeto político por trás das reformas pombalinas de ensino conimbricense (1772) / Paulo Henrique de Magalhães Arruda. – Curitiba, 2011.
98 f.

Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite

Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Universidade de Coimbra - História. 2. Ensino Superior – Portugal - História 3. Reformas pombalinas 4. Educação e Estado – Portugal I. Título.

CDD 378.946




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086.
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Paulo Henrique de Magalhães Arruda, intitulada: **Uma Universidade a serviço do Estado: o projeto político por trás das reformas pombalinas de ensino conimbricense (1772)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, treze de maio de dois mil e onze.


Prof. Dr. Renato Lopes Leite
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins (UNB)
1º Examinador


Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira (UFPR)
2º Examinador

À minha esposa, companheira minha.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, desejo agradecer a alguém cujo constante cuidado e amparo tenho sempre percebido na minha vida, a alguém cuja suprema sabedoria tem conduzido e guiado os meus passos. Eu agradeço ao meu Deus.

Penso também nos meus pais e na sua inegável influência na construção do meu gosto pela atividade intelectual e agradeço-lhes pelos primeiros esforços e investimentos nos meus estudos.

Agradeço e dedico esta obra à minha esposa, mulher incrível que tem compartilhado comigo os sonhos e os esforços para realizá-los. O seu reforço e encorajamento foram sempre constantes.

Ainda, gostaria de expressar a minha sincera gratidão ao professor Renato Lopes Leite por instigar em mim um espírito ainda mais crítico e inquisidor. O convívio acadêmico, as nossas constantes conversas e as suas importantes orientações permitiram a elaboração desta dissertação de mestrado, bem como o proveitoso movimento dialético das idéias que hoje norteiam alguns dos meus interesses de estudo.

Também devo agradecer ao Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, por viabilizar a pesquisa de fontes e obras portuguesas de inestimável valor ao torná-las acessíveis no nosso próprio país.

Por fim, saibam também inúmeros outros professores e colegas que não serão esquecidos e que fazem todos parte desta jornada.

[...] Nam quis nescit primam esse historiae legem, ne quid falsi dicere audeat? Deinde ne quid veri non audeat? Ne quae suspicio gratiae sit in scribendo? Ne quae simultatis? Haec scilicet fundamenta nota sunt omnibus, ipsa autem exaedificatio posita est in rebus et verbis: rerum ratio ordinem temporum desiderat, regionum descriptionem; vult etiam, quoniam in rebus magnis memoriaque dignis consilia primum, deinde acta, postea eventus expectentur, et de consiliis significari quid scriptor probet et in rebus gestis declarari non solum quid actum aut dictum sit, sed etiam quo modo? et cum de eventu dicatur, ut causae explicentur omnes vel casus vel sapientiae vel temeritatis hominumque ipsorum non solum res gestae, sed etiam, qui fama ac nomine excellent, de cuiusque vita atque natura.

Cícero, *De Oratore*, Livro II, § 62, § 63.

RESUMO

Em 1772, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e ministro de D. José I (1750-1777), fez publicar os *Novos Estatutos da Universidade de Coimbra*, obra que consubstanciava os seus esforços em prol da Reforma daquela instituição, em especial, e do ensino em Portugal, de modo mais amplo. O nosso objetivo nesta investigação é apreender o projeto político, propriamente, por trás dos seus esforços e traduzidos nos *Novos Estatutos*. Contudo, este trabalho busca também inserir-se numa discussão historiográfica mais ampla a respeito do alcance que teve a Reforma da Universidade. Enquanto as pesquisas de historiadores lusos têm-se caracterizado por uma denúncia dos poucos sucessos de Pombal, outros estudos feitos pelos seus pares brasileiros há algum tempo apontam o papel de Coimbra na construção da elite política brasileira à frente da Independência e mesmo na opção pela manutenção do regime monárquico. Não propomos uma resposta a estas questões, mas, de um ou de outro modo, parece-nos claro que uma atenção maior deve ser dada aos novos *Estatutos* de 1772, à Universidade de Coimbra, portanto, enquanto um projeto político do marquês reformador. cremos que para se alcançar conclusões mais acertadas acerca do sucesso ou insucesso da Reforma, ou mesmo da influência de Coimbra sobre os alunos brasileiros que lá afluíram, devemos partir primeiramente de uma compreensão pormenorizada das intenções que balizavam os novos *Estatutos*, e eis a nossa contribuição.

Palavras-chave: Universidade de Coimbra. Reformas Pombalinas. Educação. Projeto Político.

ABSTRACT

In 1772, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquis of Pombal and minister of D. José I (1750-1777), announced the publishing of the new *Estatutos da Universidade de Coimbra*, a work that embodied his efforts to reform that institution, in particular, and the education system in Portugal, in a broader sense. Our objective in this inquiry is to apprehend the political project, *per se*, the drove his work and which translated into the new *Estatutos*. Nevertheless, this study also hopes to add to the greater historiographical debate on the reach of the University Reform. Whereas research conducted by Portuguese historians has been marked by a critique of Pombal's limited success, other studies brought forth by their Brazilian counterparts have for some time pointed to the role Coimbra played in building the political elite responsible for the Brazilian Independence movement and even in their opting to maintain the monarchical regime. We cannot pretend to be able to answer these questions, however, one way or the other, it seems clear to us that a greater attention must be devoted to the new *Estatutos* de 1772, to the University of Coimbra, therefore, as a political project of the Marquis and Reformer. I feel that in order to reach a more accurate conclusion about the Reform's success or lack thereof, or even about the influence of Coimbra on the Brazilian students, one must first attain a more detailed understanding of the intentions behind the new *Estatutos*, and we believe this to be our main contribution.

Key Words: University of Coimbra. Pombaline Reform. Education. Political Project.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AS REFORMAS POMBALINAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	23
2.1 O EXEMPLO AUSTRIACO	24
2.2 NOTAS SOBRE A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E O PAPEL DOS “ESTRANGEIRADOS”	28
2.3 POSSÍVEIS CONCLUSÕES	42
3 UM PROJETO POLÍTICO	44
3.1 ESFORÇOS REGALISTAS	46
3.2 UMA NOVA UNIVERSIDADE	50
3.3 POSSÍVEIS CONCLUSÕES	63
4 O DEBATE HISTORIOGRÁFICO	66
4.1 A INFLUÊNCIA DE COIMBRA SOBRE OS BRASILEIROS QUE ADMINISTRARAM A INDEPENDÊNCIA	67
4.2 POSSÍVEIS CONCLUSÕES	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
ANEXOS	92

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho dedica-se a uma avaliação dos *Novos Estatutos da Universidade de Coimbra*, publicados em 1772, sob os auspícios de Sebastião José de Carvalho e Melo. O nosso objetivo maior é apreender o que cremos ser um projeto político por trás dessa que é considerada a obra prima da reforma do ensino em Portugal, de modo mais amplo, e daquela instituição, em particular.

A historiografia recente evidencia um crescente interesse nas reformas pombalinas de ensino e alarga-se a discussão a respeito dos sucessos ou insucessos dos esforços encabeçados pelo Marquês de Pombal. Pesquisadores brasileiros, em especial, há algum tempo apontam o papel da Universidade de Coimbra e dos seus egressos na construção mesmo da elite política brasileira à frente da Independência e na defesa de um regime monárquico para esta nova nação.

Um tema muito pesquisado em Portugal, menos deste lado do Atlântico, a reforma no ensino conimbricense, em especial a elaboração dos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* de 1772 parece um importante ponto de partida para quaisquer considerações acerca do papel dessa instituição na construção do pensamento político daqueles mais responsáveis pela condução da Independência.

Controvérsias são sempre estimulantes e, neste caso, inclusive, justificam a necessidade de uma constante retomada de pesquisas sobre este tema. Instigado por essas mesmas controvérsias de uma historiografia que se debruça sobre um evento anos mais recente, este estudo propõe-se voltar para a reforma da Universidade de Coimbra, conforme se apreende nos seus *Estatutos* de 1772 por lá enxergar uma relevante contribuição a essa historiografia, a saber, que os novos *Estatutos* são a corporificação de um projeto político, expressando nas suas diversas inovações do ensino os principais anseios do ministério pombalino. Dito de outro modo, nós cremos poder, assim, inserir-nos mesmo nas recentes discussões sobre a Independência, acrescentando a um debate que, embora à primeira vista não diga respeito especificamente ao nosso estudo aqui, está certamente no seu horizonte de preocupações.

Contudo, devemos esclarecer de partida que apesar de também estes serem alguns dos nossos próprios interesses, não nos propomos a responder diretamente a essa literatura. Embora busquemos dialogar com determinados

autores, esperamos tão-somente oferecer o que vemos como uma contribuição para o posterior aprofundamento da mesma literatura, novamente, uma análise do que vemos como um projeto político por trás da reforma em Coimbra, dos novos *Estatutos* de 1772.

Optamos por restringir-nos à análise das reformas pombalinas de ensino superior, dos esforços pela renovação da Universidade de Coimbra, em especial dos cursos jurídicos das faculdades de Leis e Cânones. Portanto, os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* de 1772 tornam-se a principal fonte, propriamente, para a realização desta pesquisa.

Os *Estatutos* são freqüentemente apresentados na historiografia como um texto ilustrado, reflexo das Luzes em Portugal, o ápice e a consubstanciação da Reforma pombalina de ensino. Dividem-se em três volumes cujo primeiro é dedicado à Faculdade de Teologia; o segundo, aos cursos jurídicos da Faculdade de Leis e da Faculdade de Cânones; e o terceiro, à Faculdade de Medicina, e às novas Faculdade de Matemática e Faculdade de Filosofia. Os *Estatutos* apresentam-nos, dentre outras coisas, os requisitos propedêuticos para o ingresso dos novos estudantes; a duração dos cursos; as disciplinas e os seus respectivos conteúdos. São também descritos os métodos de ensino a partir de então adotados pela Universidade, os autores e os novos compêndios, permitidos ou proibidos pela Reforma. Os exames e exercícios aos quais os alunos seriam submetidos também merecem consideração e até mesmo os novos valores das propinas e os procedimentos para o seu pagamento. Neste estudo, preocupamo-nos, especificamente, com os cursos jurídicos, cujas Faculdades foram o próprio cerne dos esforços de Pombal, e, portanto, com o volume segundo dos *Estatutos*.

Devemos salientar, como se vê mesmo da escolha das fontes, que o nosso estudo limita-se à proposta “formal” de reforma, pormenorizada nos *Estatutos*, e não à sua implementação e aos trabalhos diários na nova Universidade, ou mesmo ao sucesso ou insucesso da Reforma e dos seus efeitos na sociedade portuguesa. Estes estudos estão ainda por vir e a sua relevância é certamente salientada por esta pesquisa, mas devem ficar para outra ocasião.

Naturalmente, como já esboçamos acima, pesquisamos também grande parte da literatura dedicada à reforma de 1772, bem como a bibliografia acerca da problemática em torno da opção pela manutenção da monarquia quando do movimento de Independência brasileiro. Foi justamente o cruzamento daquele

repertório documental com essa bibliografia, quer da própria reforma pombalina de ensino coimbricense, quer do movimento de Independência brasileiro, que nos permitiu chegar a algumas importantes conclusões e, muito mais, à constatação da necessidade de ainda mais pesquisas, a partir de novas e distintas chaves interpretativas das que hoje se vêem.

Novamente, entendemos que o debate historiográfico acerca da influência dos estudos na Universidade de Coimbra sobre os alunos brasileiros que por lá passaram e que estiveram, posteriormente, à frente do movimento de Independência carece de considerações mais pontuais acerca da reforma de ensino promovida por Sebastião José de Carvalho e Melo; em especial, do projeto político e das intenções para aquela Instituição de ensino, de que buscamos tratar ao longo deste trabalho.

Carece também de maior profundidade no que diz respeito à vida acadêmica *per se*. A construção de uma visão de mundo e valores comuns quando dos anos passados em Coimbra parece ser aceite como uma premissa. Uma imagem mais nítida da socialização efetuada por aquela universidade, porém, ainda não se vê na literatura. Embora a pesquisa efetuada no âmbito deste mestrado não preencha, de modo algum, esta ausência, ela aponta para a necessidade de tais considerações, para a relevância de uma apreciação pormenorizada da instituição de ensino enquanto agente sócio-cultural. Isto se é que desejamos argumentar contra ou a favor do papel de Coimbra sobre as personagens a frente da Independência brasileira, inclusive.

A escola é um importante agente de socialização e, embora não seja o único, desempenha um papel deveras relevante na transmissão da cultura, ou melhor, de determinada cultura, da cultura de uma classe ou de um grupo de indivíduos de uma nação. Assim, se almejamos acessar essa cultura, não se pode desconsiderar de forma alguma uma abordagem à escola, ou às escolas responsáveis por sua formação. Se se trata de *uma* escola, como no caso da Universidade de Coimbra, deve-se mesmo entender que essa instituição, mais do que qualquer outra, exerce sobre aqueles indivíduos que lá convergem uma força modeladora e possivelmente homogeneizante. Uma análise dessa instituição, portanto, deve necessariamente fazer parte de qualquer pesquisa cujo objetivo seja apreender o processo de formação desse grupo, dessa cultura.

A conceituação de cultura talvez mais acessada hoje pelas diversas áreas das ciências humanas é a proposta pelo antropólogo Clifford Geertz, ainda em 1973

quando da publicação do seu *The interpretation of cultures*. Lá defende uma idéia de cultura que é, em sua essência, semiótica. Para Geertz, o homem está sempre preso a teias de significados por ele mesmo tecidas, sendo a cultura essas mesmas teias e, portanto, cabe ao investigador a sua análise e interpretação. Nesse trabalho, ou no que Geertz chama de uma descrição densa, busca-se “uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais [os atos] são produzidos, percebidos e interpretados, e sem as quais eles de fato não existiriam [...]” (GEERTZ, 1978, p. 17).

Embora entenda que a cultura seja uma espécie de ideação, incorpórea, esse antropólogo lembra que nem por isso ela possa ser encontrada na mente de um indivíduo qualquer e nem é uma “identidade oculta”. A cultura também não é um poder, ou a origem causal dos fatos ou das instituições e processos sociais. Geertz recusa-se a aceitar a falsa, porém fácil constatação de que tudo encontra a sua cause primeira na cultura. O que devemos entender como cultura, nas suas palavras, é “um contexto, algo dentro do qual [os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos] podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (*Ibid.*, p. 24).

As considerações de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron delineadas no seu hoje célebre estudo *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*, de 1970, podem ajudar-nos a elucidar a atuação e os limites da instituição de ensino. Embora visem o sistema de ensino francês da década de 1960, acabam por elaborar um importante paralelo entre o sistema de ensino, em geral, e a ordem social, ou melhor, o papel da instituição de ensino na manutenção dessa ordem.

Bourdieu e Passeron partem da premissa de que a ação de uma instituição de ensino é dotada desde já de uma “autoridade pedagógica”, autoridade esta que se impõe de imediato sobre os alunos, predispondo-os à aceitação daquilo que lhes é comunicado como um conhecimento legítimo. Em suas próprias palavras, os alunos, ou “les récepteurs pédagogiques son d'emblée disposés à reconnaître la légitimité de l'information transmise et l'autorité pédagogique des émetteur pédagogiques, donc à recevoir et à intérioriser le message” (BOURDIEU e PASSERON, 1970, p. 36). É mesmo a partir da sua reconhecida autoridade que a instituição de ensino permite-se arbitrar sobre a cultura, ditando, portanto, a cultura legítima. Através da ação pedagógica, porém, essa arbitrariedade é de facto velada,

pois “reconnue comme instance légitime d'imposition, elle tend à produire la reconnaissance de l'arbitraire culturel qu'elle inculque comme culture légitime” (*Ibid.*, p. 37).

A escola não somente se autoriza a eleger o que vem a ser a cultura legítima, mas também, por conseguinte, arbitra sobre o que ela não é. Dito de outro modo, se a escola transmite o que é legítimo, tudo aquilo que ela não transmite pode e deve ser entendido, segundo as suas aspirações, como ilegítimo.

Outro argumento de Bourdieu e Passeron que nos é bastante relevante diz respeito ao paralelo que pode ser traçado entre a cultura (re)produzida na escola e a cultura do grupo de onde se origina a sua autoridade pedagógica. Segundo o entendem, “une instance pédagogique a d'autant moins à affirmer et à justifier sa légitimité propre que l'arbitraire qu'elle inculque reproduit plus directement l'arbitraire culturel du groupe ou de la classe qui lui délègue son autorité pédagogique” (*Ibid.*, p. 44). Assim sendo, começamos a poder enxergar na escola a reprodução da cultura de um grupo muito específico, embora também, de certo modo, a cultura em termos mais amplos, de toda uma sociedade. Vemos também como o estilo de vida de um grupo se faz reproduzir como estilo de vida legítimo, dentre outros possíveis, mas não dotados do mesmo valor social.

Voltamos a nossa atenção, naturalmente, ao modo como a instituição de ensino pretende poder (re)produzir uma determinada cultura, cumprindo, assim, a função social para que é designada e autorizada por um grupo específico da sociedade.

A instituição de ensino, por meio de um trabalho pedagógico, ou seja, um esforço em prol da inculcação do que arbitra ser digno de ensino, molda e forma os seus receptores. Esse trabalho ocorre ao longo da permanência no sistema escolar e se evidencia mesmo além do seu término. A cultura incorporada durante os anos passados na escola, portanto, será aquela segundo a qual o indivíduo apreenderá o social mesmo quando egresso da escola, em acordo com o trabalho pedagógico de inculcação cultural lá promovido. Um exemplo disso que dizemos é uma atitude, mantida ao longo de toda uma vida, relativamente aos clássicos da literatura que muito comumente reflete os comentários produzidos pelos professores, autorizados pela instituição.

O trabalho pedagógico também contribui grandemente para a coesão moral e integração intelectual de um grupo, o grupo onde encontra tanto a sua autoridade

quanto o seu fim. Isso se deve ao fato de o trabalho pedagógico engendrar nos seus depositários um mesmo esquema de apreciação, de apreensão de pensamento, enfim, um mesmo “habitus” – o que exploraremos mais detalhadamente a seguir.

Outro importante argumento de Bourdieu e Passeron é que além de o trabalho pedagógico, ao longo do prolongado tempo em que ocorre, produzir o reconhecimento da autoridade pedagógica que é a marca da instituição de ensino, por um lado, e da legitimidade da cultura que ela (re)produz, por outro, o trabalho pedagógico também

produit indissociablement la légitimité du produit et le besoin légitime de ce produit comme produit légitime en produisant le consommateur légitime, i.e. doté de la définition sociale du produit légitime et de la disposition à le consommer dans les forme légitimes (*Ibid.*, p. 53).

Por fim, estes autores apontam que, devido à instituição de ensino, através do seu trabalho pedagógico prolongado, poder produzir nos seus receptores um mesmo esquema de pensamento, percepção e julgamento da ação, ou seja, dotá-los de um “habitus” comum, essa instituição mais do que qualquer outra,

est la seule à détenir complètement, en vertu de sa fonction propre, le pouvoir de sélectionner et de former, par une action s'exerçant sur toute la période de l'apprentissage, ceux auxquels elle confie la tâche de la perpétuer et se trouve par là dans la position par définition la plus favorable pour imposer les normes de son autoperpétuation, se serait-ce qu'en usant de son pouvoir de réinterpréter les normes externes (*Ibid.*, p. 233).

Certamente, isso por si só já deve fazer o pesquisador interessado no estudo de um determinado grupo voltar os seus olhos para essa instituição social, a mais responsável pela sua formação intelectual e pelo seu modo de agir e pensar, de apreender o mundo ao seu redor.

Para Bourdieu, o facto de determinado grupo social, de uma elite letrada dominante, por exemplo, participar de uma cultura comum constitui uma das bases mais sólidas da profunda *cumplicidade* que une seus membros uns aos outros, a despeito de quaisquer diferenças de posição ou cargo profissional e de condição econômica. “A cumplicidade e a familiaridade fundadas na comunidade de cultura deitam suas raízes ao nível do inconsciente e conferem às elites tradicionais uma coesão e uma continuidade sociais de que são carentes as elites unidas apenas pelos vínculos de interesse profissional” (BOURDIEU, 2005a, p. 217), diz este autor.

Pode-se, então, concluir que a instituição escolar, embora não seja a única responsável pela socialização das gentes, é mesmo um poderoso instrumento. Os

traços que compõem a “personalidade intelectual” de um grupo social letrado e cultivado são fortemente marcados pela atuação da escola, pelo sistema de ensino, por sua história, seus métodos, pela interpretação e transmissão do que entende como conhecimento legítimo e louvável.

Em outro estudo, Pierre Bourdieu aponta para o que chama de cultura escolar como um importante fator na construção do diálogo *inter pares*. De facto, segundo ele, “a cultura escolar propicia aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornam possível a comunicação” (BOURDIEU, 2005a, p. 205). Condicionada, portanto, a um “corpo comum de categorias de pensamento”, ou reflexo de uma cultura escolar, essa comunicação possível é, em verdade, evidência dos mesmos esquemas de percepção, de pensamento e de ação que são construídos pela instituição de ensino, pelo sistema escolar. Assim, “os homens formados em uma dada disciplina ou em uma determinada escola, partilham um ‘certo espírito’”, diz Bourdieu (*Ibid.*, p. 206).

São esses colegas de turma, que freqüentam a mesma escola, e que, portanto, compartilham da mesma cultura escolar, ou do mesmo “habitus”, sistema de disposições incorporadas ao nível do inconsciente que é possível somente enquanto o produto da interiorização das estruturas sociais, diz Bourdieu, que se encontram numa posição de diálogo possível, de cumplicidade e mesmo de igualdade. Lembremo-nos, aqui, que a comunicação só é possível se os interlocutores partilham dos mesmos códigos, das mesmas representações culturais, *et Cetera*, ou seja, a comunicação só é possível, de facto, se *inter pares*.

De facto, os egressos de uma dada instituição de ensino, de um determinado sistema escolar devem-lhe, acima de tudo, o acesso à mesma gama de símbolos e representações, a um discurso em comum, aos mesmos *lieux communs*, e, como diz, a “terrenos de encontro e acordo” onde os problemas, ou aquilo que de igual modo crêem ser problemas, podem ser abordados à mesma maneira.

Se aceitarmos, como o quer Pierre Bourdieu, que “a maior parte dos produtos só recebe seu valor social do uso social a que é submetido” (BOURDIEU, 2008, p. 26), então podemos argumentar que a educação escolar, entendida ela também como um produto, é dotada de certo valor social relativamente ao uso que dela fazem os membros da sociedade, ou de determinado grupo seu. No âmbito desta pesquisa, vemos que a educação em Coimbra, em especial após a Reforma daquela Universidade, era dotada de um altíssimo valor social. Ainda, os seus

egressos eram outorgados juntamente com os graus dos seus respectivos cursos um *status* de honra que os distinguia dos demais membros da sociedade, e mesmo dos demais membros das elites das quais advinham. No caso dos alunos brasileiros, como mostrou José Murilo de Carvalho, eram quase todos oriundos das elites da terra, dos grandes senhores de escravos. Podemos, portanto, apreender como a educação em Coimbra de facto criava uma elite dentro da elite, dado o elevado valor social dos estudos maiores que lá se buscavam.

O diploma outorgado pela escola pode mesmo ser compreendido como uma espécie de consubstanciação de determinada cultura escolar, das competências que a escola produz e do próprio prestígio dessa escola, que por sua vez é também o prestígio do aluno por ela formado. Para Bourdieu, “na definição tácita do diploma [...] está inscrito que ele garante *realmente* a posse de uma ‘cultura geral’, tanto mais ampla e extensa quanto mais prestigioso for esse documento” (*Ibid.*, pp. 28-29, *grifos do autor*).

É importante lembrar-se que há aqui uma relação ao mesmo tempo vertical e horizontal relativamente aos graduados e aos demais. Os egressos de uma instituição de ensino, em especial de uma que seja apreendida como dotada de alto valor social, distinguem-se dos demais pelos graus que lá obtiveram e o seu prestígio é reconhecido por todos, quer tácita ou abertamente. Ainda, no que podemos enxergar como uma relação horizontal, os próprios egressos reconhecem a legitimidade uns dos outros e mantêm entre si um diálogo que não é possível travar com os demais. Dito de outro modo, a posse do diploma possibilita o diálogo *inter pares*, uma vez que identifica o seu portador como membro de um grupo e de determinada cultura, dotado de semelhante visão de mundo e de valores comuns; inversamente, àquele destituído do mesmo diploma é interdita a admissão ao diálogo, posto não ter a mesma natureza, a mesma essência, ou capacidade de se comunicar segundo semelhantes códigos, ou, ainda, a capacidade de escolher. Para este sociólogo francês, “por imersão em um espaço em que a cultura legítima é como o ar que se respira, aprende-se um senso da escolha legítima tão seguro que pode se impor simplesmente pela maneira de se realizar” (*Ibid.*, p. 88). Trata-se, portanto, de uma espécie de ignorância quanto ao universo dos possíveis, que por sua vez impossibilita os não-detentores dessa cultura escolar traduzida no diploma de posicionar-se aptamente, segundo essa mesma cultura, *en face* a realidade.

Os agora detentores desses diplomas, por sua vez, devem engajar-se completamente, na função que passam então a desempenhar, ou, como diz Bourdieu, investir-se na sua investidura, pois o grupo que lhe confere tal função apenas o faz sob a condição de ter a certeza de ela ser habilmente cumprida. No caso deste estudo, isso pode ser claramente visto na própria introdução aos Estatutos de 1772:

Costumando os mesmos Grãos servir de regra a ambos os Supremos Poderes, Espiritual e Temporal, para se governarem e regerem por elles no provimento das Dignidades, Benefícios, Ministerios e Empregos, que pela sua maior gravidade e importancia só se costumam conferir aos que com elles se acham graduados, na supposição de serem elles os mais sabios e idoneos para bem servirem à Igreja e ao Estado: Contendo em si os testemunhos de Sabedoria dirigidos pelas Universidades immediatamente aos ditos Supremos Poderes, para por meio delles calcularem melhor o merecimento dos sujeitos que mais convem ao bem público se provejam nos referidos empregos: E sendo este verdadeiramente o único fim, pelo qual os mesmos Supremos Poderes concedêram às Universidades os ditos Grãos.” (*Estatutos*, Liv. I, Tít. IV, Cap. VI, §2, p. 192).

Obviamente, precisamos considerar mais propriamente aquilo que o diploma representa, ou todo um processo que é por fim traduzido pela posse de um diploma. Para melhor entendermos esse movimento, muito nos interessa considerar aquilo que Bourdieu chama de “habitus”, como a instituição de ensino o produz ou reproduz e como, deste modo, se constrói a unidade de determinado grupo.

Para Pierre Bourdieu, o “habitus” é ao mesmo tempo um “princípio gerador” de práticas e um “sistema de classificação” dessas práticas. Em outras palavras, se é o “habitus” construído que, por sua vez, constrói as práticas, é também ele que nos permite apreender, diferenciar e apreciar, ou seja, classificar, como diz, essas mesmas práticas. É justamente “na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*”, argumenta esse autor, “que se constitui o *mundo social representado*, ou seja, o espaço dos estilos de vida” (BOURDIEU, 2008, p. 162, *grifos do autor*). Ainda, o “habitus” permite a cada indivíduo, e a cada grupo, um determinado julgamento acerca da realidade social e dos produtos sociais, de modo que o próprio julgamento torna-se um sinal distintivo de cada indivíduo ou grupo e do seu “habitus”.

O “habitus”, portanto, permite aos membros de determinado grupo conceber as suas práticas como coerentes, inteligíveis, mesmo sensatas, assim apreendendo também o seu próprio valor e o valor do grupo. Ainda, segundo o entende esse sociólogo Frances,

o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutuamente convertíveis – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida (*Ibid.*, p. 163).

Deste modo, cada grupo identifica não somente os seus membros, como aqueles cuja participação lhes é interdita, por não compartilharem de semelhantes práticas e esquemas e condições de aprendizagem, ou seja, por não possuírem o mesmo “habitus”.

Segundo o entende Bourdieu, o “habitus” é uma espécie de estrutura, ao mesmo tempo estruturada e estruturante, posto que seja um princípio de organização da realidade social, e também organizador das práticas e da sua apreensão. É ainda um sistema, ou melhor, um

sistema de esquemas geradores de práticas que, de maneira sistemática, exprime a necessidade e as liberdades inerentes à condição de classe e a *diferença* constitutiva da posição, o *habitus* apreende as diferenças de condição captadas por ele sob a forma de diferenças entre práticas classificadas e classificantes – enquanto produtos do *habitus* – segundo princípios de diferenciação que, por serem eles próprios o produto de tais diferenças, estão objetivamente ajustados a elas e, portanto, tendem a percebê-las como naturais (*Ibid.*, p. 164).

Assim sendo, em cada grupo, e em cada “campo” – outro conceito bastante caro ao pensamento de Bourdieu, e que consideraremos detalhadamente abaixo –, as práticas de cada indivíduo são concomitantemente harmonizadas entre si e com as práticas dos demais membros do grupo, que compartilham do mesmo “habitus”, do mesmo princípio de organização. Cada grupo evidencia determinados valores, eles também o produto de um “habitus”, mas é segundo esse “habitus” que os seus membros agem.

Não se deve entender, contudo, que se trata aqui de alguma espécie de concerto, de uma orquestração consciente dessas práticas. Se podemos enxergar nas ações de cada membro uma certa afinidade, é que compartilham dos mesmos esquemas de ação e de julgamento dessas ações. De facto, para Peirre Bourdieu, o “habitus” não é acessado pela consciência, mas está “aquém da consciência e do discurso, portanto, fora das tomadas do exame e do controle voluntário” (*Ibid.*, p. 434). É um erro, segundo os seus argumentos, apreciarmos os esquemas do “habitus” de determinado grupo como valores, do modo como são comumente

entendidos. São, isto sim, os esquemas que orientam as práticas, e que as tornam naturais aos membros de um grupo. O “habitus” permanece encoberto, dissimulado, velado à consciência dos indivíduos. Deste modo, acham ser algo natural, por exemplo, os seus gestos, a sua aparência, a sua maneira de andar, a sua avaliação do mundo ao seu redor, o seu modo de relacionar-se, *et Cetera*.

O “habitus” constrói no inconsciente de cada indivíduo uma percepção bastante apurada daquilo que é possível, ou não, *per se*, e que é possível, particularmente, a esse indivíduo, que ocupa determinado espaço social, que participa de um grupo determinado. O “habitus” informa das práticas que convêm e daquelas que são interditas aos membros de um grupo, por não serem conformes ao grupo, à sua posição social relativamente aos demais grupos. Portanto, como lembra Bourdieu, cada indivíduo e mesmo cada grupo tem, certamente, “*a sense of one’s place*”, o que, para ele, pode ser apreendido pelo pesquisador também através da análise do gosto, seu interesse específico no estudo que vemos citando.

Se o “habitus” está no inconsciente de cada indivíduo é porque ele é incorporado ao longo da sua vida, sua trajetória, sua história. Portanto, não se trata de formas ou categorias universais, como argumenta Bourdieu, mas de algo que está no indivíduo por estar primeiramente no grupo do qual esse mesmo indivíduo faz parte, ou, em outros termos, por existir, primeiramente, como uma história coletiva. Assim, as estruturas sociais ou estruturas de determinado grupo são incorporadas, ao longo do tempo, pelos diferentes membros da sociedade ou de um grupo em particular e, por fim, servem-lhes de importantes ferramentas cognitivas para a compreensão prática do mundo social, do grupo a que pertencem e de si mesmos. Essa compreensão traduz-se na percepção daquilo que é “razoável”, como diz esse sociólogo francês, ou das condutas, das opiniões, *et Cetera*, possíveis. Novamente, deve-se dizer, é uma compreensão, ou um julgamento que ocorre, para Bourdieu, aquém da consciência desse indivíduo, aquém do seu próprio discurso. Em suas palavras,

por serem o produto da incorporação das estruturas fundamentais de uma sociedade, esses princípios de divisão são comuns ao conjunto dos agentes dessa sociedade e tornam possível a produção de um mundo comum e sensato, de um mundo de senso comum (*Ibid.*, p. 436).

A compreensão desse processo de incorporação das estruturas sociais, dos esquemas mentais, do “habitus” de um grupo por parte dos indivíduos é bastante

cara a Pierre Bourdieu. Esse sociólogo argumenta que a ordem social é mesmo inscrita nos cérebros de cada um, progressivamente, através das diferentes instâncias e instituições sociais. Para ele, são essas os muitos condicionamentos, as distintas exclusões e inclusões, tais como os enlaces de casamento ou os laços de amizade, as hierarquias, as instituições, a igreja, a família, a escola, por exemplo, e mesmo os encontros e as mais comuns interações sociais, as conversações e a própria linguagem.

As considerações feitas acima são, a nosso ver, de extrema relevância para o debate historiográfico acerca da influência da Universidade de Coimbra sobre os alunos brasileiros que, posteriormente, estiveram à frente do movimento de Independência brasileiro. Alguns historiadores, como veremos, argumentam que os anos passados em Coimbra serviram mesmo para promover uma “cultura política” comum e que esses brasileiros herdaram àquela Universidade uma linguagem e valores que permitiram o diálogo em torno de certos temas, excluindo outros. Esses estudiosos parecem tomar essas afirmações como premissas e pouco se demoram sobre a socialização promovida na Universidade reformada, propriamente. Embora não seja este o nosso propósito aqui, achamos por bem apontar essas lacunas na literatura, pois a nossa própria pesquisa também revela a necessidade de se preenchê-las. Embora os argumentos expostos acima devam também eles ser problematizados, são aqui lembrados com o intuito de apontar algumas lacunas na historiografia. Somos, portanto, convidados a voltar às fontes, em especial aos novos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772, com um novo olhar, com interesses distintos e com uma sede maior de buscar detalhes antes desconsiderados. Reiteramos que o nosso próprio trabalho aqui exposto não partiu dessas considerações, propriamente. Contudo, constatamos nos novos *Estatutos* de 1772 a necessidade de distintas pesquisas sobre a socialização e (re)produção cultural promovida na Universidade de Coimbra reformada, se é que desejamos lá achar uma variável possível dentre as demais que levaram à opção pela manutenção do regime monárquico quando da Independência.

Por fim, o presente trabalho dividiu-se em quatro capítulos. O primeiro foi dedicado a algumas considerações acerca das Reformas promovidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, em especial dos seus esforços pela renovação do ensino superior, tendo por base a respectiva produção historiográfica. O segundo capítulo baseia-se nos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1772, e na sua

análise, de onde apreendemos um projeto político por trás da Reforma de ensino. Também a todo o momento buscamos dialogar com a historiografia, neste caso, aquela que examina as mudanças nos cursos jurídicos, propriamente. O terceiro momento deste estudo busca apresentar aquele debate historiográfico que se volta para a problemática da opção pela permanência da monarquia quando da Independência desta antiga colônia portuguesa na América. Como dissemos acima, embora não seja a nossa preocupação primeira, cremos ser importante o diálogo com esta que, ainda que indiretamente, move os nossos próprios estudos. Por fim, o quarto, último capítulo dedica-se a apresentar o que cremos ser algumas importantes considerações que devem nortear ainda outras pesquisas que se proponham discutir o papel da Universidade de Coimbra, enquanto uma instituição de ensino, na formação das personagens à frente da nossa Independência.

2. AS REFORMAS POMBALINAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Dos diversos feitos de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal e ministro de D. José I(1750-1777), os que mais destaque receberam, e ainda hoje recebem, da historiografia acerca da sua vida e obra são: o papel que teve na reconstrução de Lisboa após o notório terremoto de 1755 – evento após o qual recebeu de D. José autoridade virtualmente total; a destituição do poder temporal da Companhia de Jesus, em 1758, com a expulsão de todos os membros daquela ordem dos domínios portugueses, em 1759; e as subsequentes reformas no sistema de ensino. Ainda, fundou, em 1761, o colégio dos Nobres e, com os jesuítas fora do caminho, transferiu a responsabilidade pela administração da Universidade de Coimbra para o estado, reformando-a.¹

Não se pode negar que dentre as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal, talvez as mais profundas tenham sido mesmo aquelas no âmbito da educação, em especial a de nível superior, sendo a reforma da Universidade de Coimbra interpretada como o ponto máximo do seu trabalho. Foi mesmo uma reformulação radical da educação jesuítica em vigor até então naquela instituição. Pode-se dizer que a década de 1760 foi mesmo um período de intensificação dos esforços e consolidação das reformas iniciadas já na década anterior. Foi um período de reestruturação do sistema de educação pública, até então controlado pela Companhia de Jesus.

Sebastião José de Carvalho e Melo, contudo, não estava sozinho nos seus esforços em prol de reforma de ensino, sobretudo, mas, para alcançar tal propósito, baseou-se no exemplo de reforma pedagógica em Áustria, conduzido pela imperatriz D.^a Maria Teresa. Ainda, grande parte das inovações no ensino já havia sido anunciada nos escritos e clamores dos muitos portugueses denominados à época e mesmo pela historiografia de “estrangeirados”.

A seguir, trataremos, portanto, de algumas das influências sobre o trabalho do Marquês reformador.

¹ Kenneth Maxwell (1997, pp. 18-19) lembra ainda “a abolição da escravatura em Portugal [embora não nas colônias, obviamente] e a modernização do Exército.”

2.1 O EXEMPLO AUSTRIACO

O ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo não constitui os primeiros esforços de valorização do poder régio em detrimento da influência política da Igreja dentre os reinos católicos em Europa. Algumas importantes considerações devem ser traçadas relativamente ao exemplo da Áustria habsburga de D.^a Maria Teresa. A reforma encabeçada por aquela monarca, pode-se dizer, preparou o caminho que o Marquês, ao seu próprio modo, trilharia em Portugal, anos mais tarde.

Convém conferir o trabalho do historiador Ludwig Sheidl. Nos seus *Breves apontamentos sobre as reformas públicas na Áustria no período da missão diplomática de Sebastião José de Carvalho e Mello em Viena (1744-1749)*, Sheidl salienta que aquelas duas figuras foram mesmo responsáveis por uma verdadeira “evolução política, social e cultural” em Portugal e, antes disso, em Áustria. O trabalho dos dois teria, inclusive, uma grande repercussão além das suas fronteiras.

Sebastião José de Carvalho e Melo foi enviado pela coroa portuguesa à corte austríaca a Julho de 1745 numa missão de carácter diplomático, embora não como embaixador formalmente anunciado. Como lembra Sheidl, tinha lá duas funções primordiais “a primeira como mediador entre a Corte austríaca e a Cúria Romana a propósito de uma nomeação cardinalícia e depois entre as Cortes de Viena e de Madrid” (SHEIDL, 1983, p. 20). Contudo, se o seu papel em Viena era de pouco destaque relativamente mesmo a essas duas missões originais, não deixou de aproveitar habilmente a oportunidade que a atuação supostamente diplomática lhe conferia de fazer importantes contactos com os membros daquela corte. Para Scheidl, o futuro Marquês teve “tempo suficiente para se inteirar da vida política de uma das mais importantes cortes europeias e das grandes reformas públicas em preparação na Áustria” (*Ibid.*, p.21).

Esse historiador busca, portanto, mapear alguns dos mais importantes traços do contexto sócio-político e cultural de Viena em meados do século XVIII, em especial entre 1745 e 1749, período em que lá esteve Sebastião José de Carvalho e Melo.

Aquela capital passava, então, por uma verdadeira ebulição nas suas mais variadas esferas, pois, como argumenta Scheidl, as diversas reformas de D.^a Maria

Teresa se fizeram refletir “em todos os campos da vida: a reestruturação do aparelho administrativo, as reformas do exército, do ensino e o estabelecimento de programas laborais e sociais” (*Ibid.* p. 22).

A capital do Império dos habsburgos, capital, pode-se dizer, da Santa Aliança e da Contra-Reforma católica, era também uma capital barroca. Como lembra Scheidl, Viena via-se, então, em plena “febre” daquele estilo arquitetônico. Era também uma cidade cuja língua franca, a partir das reformas D.^a Maria Teresa, era o alemão. O ensino do idioma vulgar tornava-se obrigatório, inclusive, noutros territórios com presença alemã. “O desenvolvimento da língua alemã,” diz esse historiador da reforma austríaca, “vai levar à substituição do latim no ensino superior e terá ainda a sua expressão nas primeiras publicações periódicas e na divulgação, mediante traduções, da literatura européia” (*Ibid.*, p. 22). O patrocínio das artes também se voltava, então, para a música, em especial sob os auspícios do Imperador Carlos VI, pai de D.^a Maria Teresa e ele mesmo músico.

No âmbito da religião, apesar de manter o credo católico romano em destaque oficial, permitia-se, a partir da reforma, certa liberdade e mesmo pluralidade religiosa, com a presença de grupos protestantes e mesmo uma loja maçônica. É verdade que esta funcionou apenas por um curto período e, logo, foi mandada fechar por ordem da monarca; no entanto, há indícios de que a maçonaria austríaca permaneceu de certo modo ativa, pois mesmo o príncipe Franz Stephan, futuro Imperador, declarou-se maçã. Essa razoável liberdade religiosa traduzir-se-ia, inclusive, no Édito de Tolerância religiosa de 1781, argumenta Scheidl, “com a equiparação das diferentes confissões religiosas protestantes e da igreja ortodoxa-grega à religião católica” (*Ibid.*, p. 24). Ainda no campo da religião, porém, o que de maior relevância há é certamente a dissolução dos conventos e a proibição da Companhia de Jesus, o que acarretou na necessidade de se reformar, ainda, o sistema de ensino básico e da Universidade, até então majoritariamente nas mãos daquela ordem religiosa.

No que tange a educação, em especial a educação em nível superior, Sebastião José de Carvalho e Melo pôde certamente ver nos esforços de D.^a Maria Teresa algo daquilo que ele mesmo intentaria alcançar em Portugal alguns anos mais tarde. Como nos lembra Scheidl, um dos grandes nomes da reforma em Áustria foi o médico holandês Gerhard van Swieten, “a ele se devendo a introdução da cirurgia como disciplina autônoma e a instalação material da Universidade que foi

dotada de um novo edifício(1755)” (*Ibid.*, p. 25). Este doutor de medicina era, inclusive, segundo este historiador, o médico particular da rainha e mesmo do futuro Marquês, a quem ocorreu em mais de uma ocasião. D.^a Maria Teresa ainda deitaria os fundamentos da reforma nos outros níveis de ensino, a que é mesmo deficitária a posterior *Ordem geral do ensino para a Áustria*, de 1774. A partir de então, ficaria o Estado responsável pelas escolas do reino, pela Universidade, inclusive, e pela formação dos seus docentes.

O paralelismo, portanto, entre a reforma em Áustria, primeiramente, e em Portugal, quando do ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo é evidente e há traços do trabalho do futuro Marquês que podem ser ligados ao período em que serviu como enviado português à corte em Viena. Em ambos os casos, as reformas exigiam, de um lado, e promoviam, de outro, um Estado forte, centralizado e centralizador, submetido à vontade real. “O futuro ministro de D. José pôde assim conhecer algumas das suas realizações ou conhecer alguns dos programas”, dirá Ludwig Scheidl, “dada as suas relações com a corte de Viena, nomeadamente com alguns dos mais importantes homens públicos” (*Ibid.*, p. 26). Indubitavelmente, aquela era uma corte onde os laços com Portugal eram tidos em alto valor, lembre-se que o Conde Silva-Tarouca é nomeado conselheiro privado de D.^a Maria Teresa em 1740 e que o próprio Sebastião José de Carvalho e Melo casa-se à nobreza austríaca. Lá, o futuro Marquês teve amplo acesso aos esforços que então tomavam forma e que seriam ainda avançados no reinado do seu sucessor, D. Joseph II, quer nas audiências privadas com a rainha quer nas conversações com os bons homens da corte.

Também no trabalho de Maria Alcina R. C. Afonso dos Santos pode ser visto o interesse pela passagem de Sebastião José de Carvalho e Melo pela corte dos habsburgos, embora chegue a conclusões possíveis um tanto distintas. No seu *A vida pública de Sebastião José de Carvalho e Mello em Viena de Áustria(1744-1749)*, essa historiadora volta os olhos para a correspondência entre aquele enviado português e os demais ministros e diplomatas de D. João V e mesmo de outras cortes. Santos busca, em especial, aquilo que entende como alguns dos “aspectos fundamentais da sua vida pública, possivelmente condicionantes da sua orientação política” (SANTOS, 1983, p. 29) e que podem ser traçados aos anos passados em Viena.

Mais atenção é dada por ela ao casamento de Sebastião José de Carvalho e Melo. Essa pesquisadora lembra, por exemplo, que para tanto o enviado português havia recebido a devida licença do rei D. João V, segundo nos é informado pela carta de Frei Gaspar da Encarnação, já em Janeiro de 1745 (*Vide* Biblioteca Nacional de Lisboa, Col. Pomb., cod., 661, fl. 38, segundo a referência de Maria Alcina R. C. Afonso dos Santos). Em Dezembro daquele ano, a alta nobreza austríaca dava, então, em casamento a D.^a Leonor Daun, filha do Conde de Daun, D. Henrique Ricardo Lourenço, à altura o conselheiro de guerra e guarda-mor geral na corte, e da Condessa de Peyersperg, D.^a Josefa Violanta. Esta havia desempenhado a função de dama de honra na corte de D.^a Leonor Magdalena, Imperatriz Consorte do Sacro Império Romano (1676-1705) e mãe de D.^a Maria Teresa, e era então uma personagem de status na corte desta. Como bem lembra Maria Alcina R. C. Afonso dos Santos, esse arranjo foi deveras proveitoso para o português, pois:

Descendente de uma família de pequena nobreza, comparecendo em Viena sem um título especialmente honroso e sem um motivo válido para ser considerado, esse casamento apresentava-lhe simultaneamente três factos a seu favor: um pretexto para doravante residir em Viena, uma oportunidade para conseguir o agrado da Imperatriz e um processo de conhecimento público da sua enviatura (*Ibid.*, p.32).

Esse conhecimento público pode bem ser visto nas relações que passava a manter com os demais membros da corte. Para Santos, Sebastião José de Carvalho e Melo era mesmo uma “pessoa considerada pelas atenções públicas”, posto que recebia e era recebido pelos nobres familiares da sua esposa, por outros diplomatas enviados à corte, demais funcionários de D.^a Maria Teresa e por nomes de destaque da cena cultural de Viena.

Contudo, para essa pesquisadora, aquilo que mais faltava à historiografia à altura e ainda hoje falta é justamente uma análise das relações entre o enviado português e alguns dos Ministros de maior relevância no gabinete de D.^a Maria Teresa, a saber, os Condes Welfed, Kaunitz, Harrach, Sinzendorf e Kinsky. É verdade que os esforços reformadores desses políticos só alcançaram uma realização mais cabal no reinado posterior, e, portanto, a sua concretização não foi pessoalmente observada pelo futuro Marquês de Pombal. Como salienta Maria Alcina R. C. Afonso dos Santos:

A missão diplomática de SJCM termina ainda em 1748, sendo o seu regresso adiado para 1749. Não podia por consequência, ser influenciado pelo conhecimento directo dessas reformas, visto que o sistema administrativo de Kaunitz só teve realização a partir de 1761, as reformas financeiras de Harach e de Kinsky surgiram depois das medidas tomadas por Haugwitz em 1749, e a de Sinzendorf só teve lugar a partir de 1762. Deste modo concluímos que das relações de SJCM com ministros reformadores do governo austríaco não advieram resultados práticos que viessem a ser utilizados no período da sua administração no reinado de D. José (*Ibid.*, pp. 38-39).

Os muitos aspectos positivos da sua passagem pela corte de Viena em Áustria, em especial as influências ideológicas no âmbito da política, podem ser ao menos aludidos e devem ainda ser mais pormenorizadamente pesquisados.²

2.2 NOTAS SOBRE A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E O PAPEL DOS “ESTRANGEIRADOS”

Como mostramos acima, é muito provável que, nos seus próprios esforços, o Marquês de Pombal se tenha pautado, em primeira instância, ao menos, pelo exemplo de reforma da imperatriz austríaca D.^a Maria Teresa. Esta intentou no seu reino, como já o destacamos anteriormente, uma reconstrução da Universidade de Viena, até então monopolizada pelos jesuítas e contou, em grande parte, com o auxílio do reformador católico de origem holandesa Gerhard van Swieten.³ Pombal teve um contacto bastante profícuo com ambos e deve, certamente, ter guardado na memória os trabalhos dos dois em prol de reforma.

Contudo, outras importantes influências houve no processo de reforma encabeçado pelo ministro de D. José I, das quais devemos salientar a Ilustração portuguesa, na sua singularidade e características próprias, bem como os

² Embora apenas aponte para algumas conclusões possíveis quanto aos anos de Sebastião José de Carvalho e Melo na corte austríaca, reconhecendo as dificuldades inerentes a este trabalho, a análise de Maria Alcina R. C. Afonso dos Santos é bastante distinta do julgamento feito por J. Lucio de Azevedo em seu *O Marquês de Pombal e a sua época*, de 1922, onde argumenta que “do estrangeiro só trouxe um progresso, se tal é lícito dizer, tardio. Seus vãos, altos para o nível da razão no paiz, foram, se em absoluto os considerarmos, mesquinhos” (AZEVEDO, 1922, p.89).

³ Para algo mais sobre este assunto, *vide* o interessante trabalho de SCHEIDL, Ludwig. *Breves apontamentos sobre as reformas públicas na Áustria no período da missão diplomática de Sebastião José de Carvalho e Melo em Viena (1744-1749)*, in: **O Marquês de Pombal e o seu tempo**. Revista de História das Ideias. Tomo I. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras, 1982.

pensadores denominados pela historiografia, e mesmo pelos escritos de época como “estrangeirados”.

É importante perceber que em Portugal, como noutros reinos europeus, foram os próprios sacerdotes e ordens religiosas que tomaram para si a responsabilidade de receber, interpretar e, por fim, transmitir as novas Luzes do século, os novas descobertas e os novos conhecimentos.

Esses diversos iluminados sacerdotes buscaram, através de medidas em grande parte pedagógicas, promover o que de novo havia, assim trazendo Portugal à altura das demais ilustradas nações européias. Assim sendo, parece-nos que uma importante influência sobre os esforços oficiais de reforma do sistema de ensino em Portugal, e da Universidade de Coimbra, em especial, encontra-se nas nuances da Ilustração portuguesa.

Quanto à absorção das Luzes em Portugal, observa-se, sem grandes dificuldades, que uma base marcadamente religiosa permeia toda a trajetória de sua Ilustração. Trata-se inegavelmente de um fato peculiar. A religião, mais a tradição, os antigos costumes, alvos sempre da mais ferrenha crítica ilustrada francesa, serviam, em Portugal, como espécies de parâmetros segundo os quais se julgava aquela Ilustração, seu novo ideário, suas novas alternativas políticas e sociais.

Esta singularidade do caso português tem sido tratada de diferentes formas por diversos autores, o que resulta em algumas nuances importantes na historiografia sobre este tema.

Segundo Falcon,

ao longo da época das Luzes há focos de criação e irradiação primária e zonas de recepção e transformação dos respectivos componentes ideológicos – formas de pensamento e tomadas de consciência – no nível das condições estruturais e conjunturais das formações sociais concretas. (FALCON, 1982, p. 145).

Assim, propõe uma divisão entre aqueles países centros de irradiação das Luzes, uma espécie de núcleo duro da Ilustração, e aqueles outros receptores das novas idéias, dentre os quais estaria, por exemplo, Portugal, para onde a nova ideologia é transferida num processo que permite não somente sua modificação, mas, inclusive, sua releitura e reinterpretação a partir das realidades concretas locais, o que acarreta “uma construção ao mesmo tempo nova e original, cujas limitações e peculiaridades devem ser entendidas como resultantes de tais determinações de natureza histórica.” (*Ibid.*, p. 197). Algumas características específicas da Ilustração

portuguesa salientadas por Falcon são uma geral defasagem mental e material em relação aos demais reinos europeus e, em consequência da primeira, o uso das novas Luzes na tentativa de superar essa mesma defasagem, num movimento de reforma em grande parte pedagógico.

Diferente análise é feita por José Sebastião da Silva Dias, para quem há, na verdade, duas fases do pensamento ilustrado europeu, em sua forma geral. A primeira, que percorre o século XVIII, equaciona ainda a fé cristã, católica ou protestante, com os novos saberes de sua época, embora seja já marcada por uma dicotomia clara entre a revelação de Deus na Natureza, objeto de estudo dos homens das ciências, ao alcance da razão e da observação crítica, e a revelação divina nas Sagradas Escrituras, interpretadas pelos teólogos, em sua busca metafísica. A segunda fase, no século XIX, distingue-se pelo desenvolvimento último, ou radicalização, daquele mesmo espírito crítico e questionador da primeira, a saber, o positivismo, o racionalismo e o liberalismo. Silva Dias aceita a existência de divergências locais desse movimento mais amplamente europeu, e destaca o caso Italiano por sua estrutura e composição ideológica, sua “oposição ao poderio eclesiástico, oposição à mentalidade jesuítica-escolástica, oposição à estrutura feudalista-inquisitorial da sociedade e da administração pública.” (DIAS, 1952, p. 192). Tratava-se, em verdade, de ideais que, embora críticos, pregavam a reforma das instituições sociais vigentes, não seu total abandono, seu descrédito completo. Sobretudo, manteve-se em Itália a fidelidade à fé católica e a defesa dos valores religiosos. Segundo Silva Dias, esta mesma observância da tradição cristã pautou a compreensão das Luzes em Portugal, tão fortemente influenciado fora pelo exemplo Italiano.

Certamente, os conventos e clausuras, as comunidades religiosas não se encontravam por completo alheios às inquietações do mundo laico e também lá se sentiu o novo espírito da época, pois, curiosamente, aquela que foi talvez a mais bem-sucedida tentativa de prática das reformas advogadas acima foi pregada em uma destas comunidades, a Congregação do Oratório.

Fundada em Roma, por S. Filipe de Néri, em 1565, foi aprovada pelo papa Gregório XII dez anos mais tarde e confirmada pelo papa Paulo V em 1612. Congêneres foram fundadas em França, Espanha e também em Portugal, em 1668. Para Francisco C. Domingues, bem como para Silva Dias, a Congregação em Portugal pautou-se pelo modelo original do Oratório italiano, conhecido por conferir

uma ampla liberdade de ação à instituição, bem como aos congregados. Diz ele: “são de facto evidentes os pontos de contacto com a linha italiana, como seja no primado da oração, na ausência de votos, na restrição às mortificações excessivas e no acentuar do carácter urbano das respectivas congregações” (DOMINGUES, 1994, p. 18). Era ela regida por estatutos que, além da não-obrigatoriedade de votos, como salientou Domingues, pregavam também: a clausura voluntária, com a liberdade de ir e vir de seus congregados; a modéstia dos cultos e o repúdio de qualquer aparência de espetáculo, o que impedia até mesmo o canto em grandes corais; o desvio de excessos de auto-penitência; a rejeição peremptória à mendicância; a primazia dos propósitos espirituais, destacando, assim, o grande valor dos sermões e missões para a instrução das massas, em sua quase-totalidade ignorantes dos mistérios da fé, mais os propósitos assistenciais e pedagógicos, estes últimos originalmente voltados à instrução e formação de seus congregados para a propagação do evangelho. É, contudo, por sua ação pedagógica que se fez o fulcro, como se foi dito anteriormente, da propagação das Luzes em Portugal, sendo este o aspecto que nos mais interessa.

Embora as aulas dos cursos de filosofia e teologia houvessem começado já *circa* 1670, abertas quase desde seu início ao grande público, foi tão-somente durante o reinado de D. João V quando a Congregação do Oratório, amparada agora pela graça real, pôde tornar-se, *de facto*, o instrumento de intervenção social que desde seu estabelecimento desejara ser. A guarida do rei traduziu-se na doação de terras, a construção de um convento, uma biblioteca com 30,000 obras, um estipêndio anual com fins de iniciar uma atividade editorial e, sobretudo, um magnífico gabinete de física experimental. Tais doações acompanhavam uma responsabilidade perante a comunidade, responsabilidade esta prontamente aceita pela Congregação e que mais lhe parecia uma oportunidade:

Os oratorianos estavam obrigados pelo instrumento de doação a ensinar as primeiras letras e o catecismo, e ainda gramática, retórica, filosofia e teologia aos habitantes das redondezas, que lá acorreram a pôr os seus filhos a estudar, e bem assim uma certa franja da sociedade lisboeta ansiosa e receptiva aos conhecimentos que adquiria nas conferências públicas que aí se realizavam. (DOMINGUES, 1994, p. 28).

Não surpreende que, como comenta Silva Dias, “o público esclarecido da Capital acorria pressurosamente às suas conferências e procurava as suas aulas para a educação dos filhos.” (DIAS, 1952, p. 158).

Também não surpreende que por tornar-se, assim, concorrente óbvio dos colégios jesuíticos pela instrução pública, o Oratório viu-se desde cedo num duelo, por vezes ruidoso, onde em jogo estavam não somente a primazia ao nível do ensino, mas também o controle mesmo e os rumos do saber. De um lado desta querela, a Companhia de Jesus representava a manutenção de uma cosmovisão tradicional, essencialmente dentro de seus limites epistemológicos, refratária ao novo, marcada por uma particular “dificuldade de adaptação ao que se adivinhava existir para lá dos muros protectores do saber constituído.” (DOMINGUES, 1994, p. 37). Eram eles os “defensores da escolástica... da prevalência do magistério aristotélico na lição herdada das formulações medievais.” (*Ibid.*, p.37). A seu oposto, a Congregação do Oratório evidencia a mentalidade extra-oficial dos modernos, cujos anseios maiores eram por reforma, renovação, ainda que moderadas. Os oratorianos “se consideravam abertos aos desafios do tempo e às novas propostas pedagógicas, apostados na recusa do saber antigo e na generalidade assumindo um ecletismo filosófico.” (*Ibid.*, p.38). Silva Dias compara a Companhia à consciência das classes dominantes, enquanto a Congregação, segundo ele, representava a classe média, seus anseios e aspirações.

Em quase todos os aspectos da Congregação do Oratório, em suas propostas e em todo seu trabalho, vê-se claramente que se trata de uma instituição bastante distinta das demais famílias religiosas e das demais instituições públicas de ensino. Não somente acolheu as novas idéias de modernidade cultural, mas foi o Oratório o instrumento central de propagação das Luzes em solo português. Assim, a nova filosofia, as mudanças nas ciências naturais, o cartesianismo, a física de Newton, por exemplo, as novas formas, enfim, de apreender e entender o mundo, embora concebidas no estrangeiro, não foram despercebidas em Portugal. Se é verdade que àquele momento as instituições centrais, dominantes, de ensino mantiveram-se à margem das transformações em ebulição em Europa, o mesmo não se pode dizer da Congregação do Oratório. A eles,

Coube o mérito de lá ir buscar o que era consentâneo com os seus valores espirituais, para a partir daí se poder ultrapassar a notória incapacidade do ensino tradicional na explicação da dimensão científica e filosófica de um mundo que se oferecia ao homem ilustrado dos meados de Setecentos como uma realidade bem mais complexa do que alguma vez fora imaginado antes dele. (DOMINGUES, 1994, p. 40).

Segundo Silva Dias, cabe-lhes também a coragem de:

Mostrarem-se, com efeito, abertos às inovações científicas e ao debate dos problemas criados pelo movimento da vida e do pensamento nos dois últimos séculos, aceitando sem relutância os novos métodos de análise e o novo corpo de idéias. E tudo isso, sem perderem de vista a essência do aristotelismo e os imperativos da ortodoxia religiosa. (DIAS, 1952, p. 155).

Eis aqui um fato curioso. Silva Dias comenta que a Congregação do Oratório, conquanto tenha abraçado o novo, de forma alguma perdeu de vista “os imperativos da ortodoxia religiosa” e para Domingues, também, a Congregação magistralmente conjugado razão e fé.

Diversos sacerdotes, portanto, e principalmente os oratorianos, como destacamos acima, e mesmo vários aristocratas, muitos dos quais estavam ligados a cargos diplomáticos, tornaram-se assim a par da verdadeira ebulição social e cultural que se formava além Pirineus. Esses logo se tornaram reconhecidos pela alcunha de “estrangeirados” e tiveram também eles um papel fundamental nos esforços que levariam à reforma promovida pelo Estado.

Certamente, uma grande influência no processo de “inovação pedagógica” promovido por Pombal foi o oratoriano Luís António Verney. Lembram Costa e Marcos que “tal como o beneditino espanhol Bento Feijó o havia levado a cabo em relação a Espanha, Verney saiu, pela crítica inclemente, ao encontro da cultura portuguesa atingida por um estado de letargia estéril.” (COSTA e MARCOS, 2000, p. 98).⁴ Outro historiador, Kenneth Maxwell também sugere essa mesma linha de atuação e comenta ainda que, em suas reformas educacionais, Pombal achou grande inspiração nas recomendações e considerações expostas por este antigo inimigo dos jesuítas na sua obra *Verdadeiro método de estudar*, publicada em 1746, em Nápoles (ANEXO B; vide MAXWELL, 1997, p. 104). Durante certo período, Verney fora secretário do enviado português ao Vaticano, que era, por sua vez, primo de Pombal. Este ilustre oratoriano defendia o ensino da gramática em português, não em latim, e aderiu cedo aos métodos experimentais, opondo-se a qualquer sistema de debate que se baseasse somente na autoridade. No frontispício daquela obra de 1746, encontra-se já exposto o seu propósito de “ser útil à República [*res publica*] e à Igreja” tendo em vista o “estilo e necessidade de Portugal”. Verney acumulou os cargos de associado da Ordem de Cristo, arcediogo

⁴ Para algumas notícias recentes acerca do papel de Feijó no processo de absorção e interpretação das Luzes em Espanha, vide CHACON, Vamireh. O Humanismo ibérico: a Escolástica progressista e a questão da modernidade. Lisboa, 1998.

de Évora, delegado honorário ao Tesouro da corte Eclesiástica da Consciência e das Ordens e consultor pago do governo português. Para Costa e Marcos, as Luzes presentes no pensamento de Verney, e ainda nas idéias daquele beneditino espanhol, eram indiscutivelmente características de um tipo específico de Ilustração que marcou os países católicos, como Portugal, Espanha e Áustria, e cujo pólo de irradiação encontrava-se em Itália (*vide* COSTA e MARCOS, *op. cit.*, p. 97).⁵

Estes historiadores lembram bem que Verney era mesmo enfático quanto ao valor das ciências experimentais, únicas capazes de explicar a realidade observável de forma racional, únicas, portanto, capazes de alcançar a verdade, o que queda bastante evidente se se tomar em conta a Carta X daquela sua obra, que trata sobre a “Física”, ou a Carta XII, sobre a Medicina, por exemplo.

É a Carta XIII, porém, que mais nos interessa aqui. Como é detalhado no seu *Sumario*, essa Carta trata de temas relacionados aos estudos jurídicos: “Origem da Jurisprudencia Romana. Mao metodo de tratála em Portugal; e pesimas consequencias que dali rezultam [...]” e ainda acerca de como “nam basta o corpo do Direito, ao Jurisconsulto: requer-se Política, e muitas outras coizas, para satisfazer aos empregos. Mostra-se com razam, e exemplos, que estes estudos sam compatíveis, com as Leis” (VERNEY, 1746, Tomo II, Carta XIII, p. 139). Propriamente, “quanto às Faculdades de Leis e Cânones, censurou asperamente as orientações escolásticas ou bartolistas, preconizando as histórico-críticas ou cujacias” (COSTA e MARCOS, *op. cit.*, p. 98). Um importante argumento daquele Ilustrado português era que os juristas do século XVI puderam melhor interpretar as

⁵ Uma análise recente acerca da Ilustração católica pode ser encontrada em HOF, Ulrich Im. **A Europa no século das Luzes**, Lisboa: 1995. *Vide*, ainda, o trabalho já clássico de DIAS, J. S. da S. **Portugal e a cultura européia**. Coimbra: Coimbra Editora, 1952. Este último autor sugere duas fases do pensamento ilustrado europeu, em sua forma geral. A primeira, que percorre o século XVIII, equaciona ainda a fé cristã, católica ou protestante, com os novos saberes de sua época, embora seja já marcada por uma dicotomia clara entre a revelação de Deus na Natureza, objeto de estudo dos homens das ciências, ao alcance da razão e da observação crítica, e a revelação divina nas Sagradas Escrituras, interpretadas pelos teólogos, em sua busca metafísica. A segunda fase, no século XIX, distingue-se pelo desenvolvimento último, ou radicalização, daquele mesmo espírito crítico e questionador da primeira, a saber, o positivismo, o racionalismo e o liberalismo. Silva Dias aceita a existência de divergências locais desse movimento mais amplamente europeu, e destaca o caso Italiano por sua estrutura e composição ideológica, sua “oposição ao poderio eclesiástico, oposição à mentalidade jesuítica-escolástica, oposição à estrutura feudalista-inquisitorial da sociedade e da administração pública.” (DIAS, 1952, p. 192). Tratava-se, em verdade, de ideais que, embora críticos, pregavam a reforma das instituições sociais vigentes, não seu total abandono, seu descrédito completo. Sobretudo, manteve-se em Itália a fidelidade à fé católica e a defesa dos valores religiosos. Segundo Silva Dias, esta mesma observância da tradição cristã pautou a compreensão das Luzes em Portugal, e demais países católicos, tão fortemente influenciados pelo exemplo Italiano.

leis, posto que não desdenharam o subsídio das lições da História, mas, ao contrário, a ela recorreram por suposto:

No-século XVI., apareceram homens, que, servindo-se da-notícia da-Antiguidade, interpretaram melhor as leis. Deste numero foram, *Cujacio, Mureto, Hotomano, Gotofredo, Antonio Fabro* &c. os quais com a sua profunda erudisam, mostraram os erros dos-antecedentes, no-explicar o Código, e Digestos: e nos-deram mais acertadas interpretações. E entam é que parece, que se-espelha este estudo, pelas mais partes da-Europa (VERNEY, 1746, Tomo II, Carta XIII, pp. 163-164).

A realidade que percebia em Portugal, contudo, era muito oposta, pois constatava tristemente a quase total ignorância dos fatos históricos no meio dos juristas. Em verdade, o estudo da História é repetidas vezes elogiado por Verney, na tentativa, quiçá, de provocar uma mudança naquele estado das coisas. Para ele, essa disciplina constituía-se propedêutica para o estudo do Direito, das leis e da sua cabal compreensão pelo jurisconsulto, “ visto ser ela a que mostra, por-que fim, e em que circunstancias, e tempo, foram feitas as ditas leis: muitas das quais parecem contrarias, às outras. Comque, daqui é que deve o estudante, comesar o estudo da-lei” (*Ibid.*, p. 164). É mesmo importante resgatar, ainda, a influência que Verney exerceria sobre a posterior adoção e implantação de um novo método de estudo para as Faculdades de Leis e Cânones, posto que defendia desde sempre o método expositivo sintético-compendiário sugerido pelo alemão Heineccius, um jurista que ganhava, àquela altura, a crescente admiração daqueles portugueses estrangeirados pela atenção que devotava ao estudo da história do direito romano-germânico. Na verdade, não advogava somente o seu método de estudo, mas também as suas próprias interpretações e comentários sobre as Instituições de Justiniano:

Eu nam permitiria, que o estudante lese, senam polo *Perezio*, ou ainda melhor, polo *Heinecio*: que escrevem uma breve parafrase, das-Instituições: e o *Heinecio* escreve a istoria das-Antiguidades, seguindo a ordem dos-títulos das-Instituições: e tambem uma breve istoria, do-Direito Romano-Germanico. Todos os mais comentadores sam impertinentes, e confuzos: e pouco proprios, para principiantes (*Ibid.*, pp. 166-167).

Contudo, não era somente à História que Verney despendia as suas atenções. Como lembram Costa e Marcos,

não se dispensava a notícia de uma multiplicidade de saberes que, apesar do evidente privilégio concedido à vertente histórica, incluíam aspectos tão díspares como o direito natural e das gentes, a oratória, os cânones, a teologia e as legislações de países estrangeiros (COSTA e MARCOS, *op. cit.*, p. 99).

Em relação a este último saber, porém, em muito maior grau estavam os conhecimentos ao estudante exigidos acerca das leis pátrias, posto que, “sem dúvida,” dizia Verney, “é digno de admirar, que saiam os omens das Universidades, falando muito nas leis de Justiniano, que só servem, faltando a lei municipal; e nada saibam daquela lei por-que se-ám-de governar!” (VERNEY, *op. cit.*, p. 178). Por fim, pode-se mesmo notar que por trás de toda a argumentação de Verney, seus libelos contra o atraso e a estagnação da instrução portuguesa, em particular, aqui, do ensino jurídico, está o propósito de fazer brilhar as novas Luzes européias também em Portugal através de pontuais reformas pedagógicas, “sem mudar a ordem dos-juizes, mas somente reformando algumas coizas e acrescentando outras”, que pudessem levar o estudante dos cursos jurídicos “até o ponto, de ser um perfeito Juiz, util ao Principe, e ao Publico” (VERNEY, *op. cit.*, p. 194)⁶.

Certamente, os escritos de Verney, mais a influência dos esforços dos seus colegas oratorianos⁷, dentre outros, evidenciaram rapidamente o pernicioso monopólio da Companhia de Jesus sobre as instituições de ensino do reino. Os jesuítas eram, ao menos segundo seus críticos, os principais defensores do pensamento escolástico, aos olhos daqueles uma tradição morta e estéril, incongruente com as Luzes do seu tempo. O poder da Companhia em solo português não pode, de forma alguma, ser desprezado, pois:

⁶ Somos levados a concordar, portanto, com a afirmação, em tom de resumo, de Pedro Calmon ao referir-se sobre os esforços de Verney em prol das melhorias que via como imprescindíveis para o ensino em Portugal. Para Calmon, esse ilustrado português “propusera [...] a oficialização, em vez da privatização do ensino”, segundo os moldes que expunha em sua obra.

⁷ Podemos citar, por exemplo, o padre oratoriano João Baptista, que, perante Aristóteles, mantinha a forma, embora cresse que o autêntico aristotelismo pouco tivesse que ver com as versões e os argumentos estabelecidos dos peripatéticos de sua época. Quebrando paulatinamente os grilhões da escolástica habitual, procurou compreender o pensamento aristotélico à luz da cultura moderna, tentando conjugar ao mesmo tempo a metafísica daquele e a nova física desta, pois procurava mesmo entender os fenômenos da natureza a partir da razão, da observação e da experiência. Seu firme conhecimento de Descartes, Gassendo e Newton, dentre outros, percebe-se em sua *Philosophia Aristotélica Restituta*, publicada em 1748, bem como as demais linhas gerais de seu próprio pensamento. Discípulo e amigo de João Baptista, bem como um de seus sucessores na Congregação o padre Teodoro de Almeida mostra ele também uma visão do novo pautada por uma firme fé cristã. Em sua *Recreação Filosófica*, publicada entre 1751 e 1762 e posteriormente ampliada, vemos uma maior consolidação da filosofia natural. Trata aí de temas os mais variados, tais como a mecânica, a geometria, a óptica, a natureza do homem, sua alma, a história natural, a astronomia. Sua obra foi, sem medo de exageros, o ápice do enciclopedismo português. Para mais acerca deste oratoriano, em particular, e do papel daquela Congregação na propagação das Luzes em solo luso, vide DOMINGUES, F. C. **Ilustração e catolicismo**: Teodoro de Almeida. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

em Portugal, os jesuítas tinham o direito exclusivo de ensinar latim e filosofia no Colégio de Artes, a escola preparatória obrigatória para ingresso nas faculdades de teologia, leis canônicas, leis civis e medicina da Universidade de Coimbra. A única outra universidade de Portugal, a de Évora, era uma instituição jesuítica (MAXWELL, 1997, p. 13).

Ainda,

os jesuítas haviam dirigido em Portugal 34 faculdades e 17 residências. No Brasil possuíam 25 residências, 36 missões e 17 faculdades e seminários (BEAL, “Os Jesuítas...”, p. 80 citado em MAXWELL, 1997, p. 104).

No embate ideológico que travaram oratorianos e jesuítas, o posicionamento de Pombal é bastante significativo e fica por completo evidente ao se descobrir que “Pombal mandou *seus dois filhos*, Henrique (n. 1748) e José Francisco (n. 1753) estudarem com os oratorianos no convento de Nossa Senhora das Necessidades” (*Ibid.*, 1997, p. 14, *grifos nossos*). Os oratorianos tinham nesse convento, segundo Maxwell, uma biblioteca com mais de trinta mil obras, mais um laboratório experimental com instrumentos para as aulas de física que lá administravam – aulas estas que eram assistidas também por membros da família real.

Os acontecimentos que se desenvolviam em Portugal não passavam ao largo da visada do Vaticano. A querela com a Companhia de Jesus e a sua ulterior expulsão dos territórios lusos teve como consequência inevitável, a luta também contra o papado. Esta, aliás, é uma importante chave de leitura desses acontecimentos, pois permite apreendê-los como esforços em prol do fortalecimento do poder régio em face ao controle externo, exercido pelo papado, sobre diversas instituições sociais no reino, sendo as instituições de ensino o exemplo-mor aqui. Pombal intentou mesmo manter a Igreja sobre o controle do Estado, deixando intactos o corpo de doutrinas católicas e a fé cristã. Isso fica mais claro no que Maxwell chama de esforço de “secularização da Inquisição” por trás da criação da Real Mesa Censória:

Em Portugal, a Real Mesa Censória, estabelecida [em 1768], fora planejada para fornecer um mecanismo destinado a secularizar o controle e as proibições religiosas que de longa data haviam governado a introdução de novas idéias no país. Desse modo a Real Mesa Censória substituiu a Inquisição e tornou-se o juiz do que se supunha aceitável para o público leitor português. (*Ibid.*, p. 100).

Trata-se de uma incoerência intrigante. Em Portugal, então, a censura exercida pelo Estado visava fornecer à sociedade os meios necessários para propagar as Luzes do século. Presidida e dominada por eclesiásticos de tendências

reformistas, “a Mesa, freqüentemente, liberava livros para seus proprietários ou livreiros que antes haviam sido banidos pela Inquisição,” embora aquelas obras “que eram consideradas perniciosas para a religião continuaram excluídas” (*Ibid.*, pp.100-101). Novamente, era uma luta contra o poderio papal, não contra a boa religião cristã. O historiador Francisco J. C. Falcon aponta para este mesmo fato: “trabalhos que se supunha contivessem irreligião e a falsa filosofia dos livros dos chamados ‘filósofos’ cujo ateísmo e materialismo continuaram formalmente condenados” (FALCON, 1982, p. 444) não escapavam ao crivo da Mesa. De volta a Maxwell, vê-se que, ao analisarem zelosamente as obras das Luzes européias, estes homens de mentalidade ilustrada segundo o caráter português

retiravam das edições portuguesas tudo o que consideravam prejudicial ao dogma católico ou, como ocorreu algumas vezes, restringiam a circulação para aqueles que acreditavam devessem estar atentos aos trabalhos ofensivos para ficarem à altura de refutar sua mensagem. (MAXWELL, 1997, p. 108).

Os principais censores vinham mesmo da ala reformista da Igreja. Estes incluíam o erudito frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, confessor do príncipe Dom José; o padre Inácio de São Caetano; o padre oratoriano António Pereira de Figueiredo; e os brasileiros Dr. Francisco de Lemos – um dos conselheiros e defensores mais íntimos de Pombal, e que ainda seria por ele nomeado bispo de Coimbra e reitor e reformador da Universidade – e seu irmão, o jurista João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho. Aquele oratoriano, por exemplo, junto a João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, corroborava e esforçava-se por legitimar as reivindicações régias, seculares, nos assuntos da Igreja e o controle daquela esfera, o ensino, que antes era atribuída ao domínio da Igreja por parte do Estado. Essa luta pela legitimação da suposta interferência régia encontrava apoio nos escritos de António Nunes Ribeiro Sanches, a saber, suas *Cartas sobre a educação da mocidade*, de 1760, em que propunha a total separação entre Igreja e Estado.⁸

A influência dos livros do oratoriano António Pereira de Figueiredo, em especial do seu *Tentativa teológica*, publicado em Lisboa, em 1766, e de António Ribeiro dos Santos – *protegé* de Joaquim Inácio da Cruz, íntimo colaborador de

⁸ Essa política, enfim, de elevação dos direitos do Estado sobre os da Igreja não era de forma alguma uma singularidade do caso português, àquele século, mas desde sempre presente nas relações entre os diversos reinos europeus e o papado (a esse respeito, *vide* BURNS, 1998), mas sempre também em termos políticos apenas, e nunca pela derrocada do catolicismo, mas a favor da supremacia do Estado.

Pombal –, a saber, do seu *De sacerdotio et imperio* de 1770 foram também marcantes. Este último livro “destinava-se a ser um documento-chave para a reforma do ensino do direito em Coimbra, expondo as limitações jurisdicionais do poder do Estado e eclesiástico”, diz Maxwell, para quem dos Santos baseou-se na obra

do reformador italiano Antonio Genovesi (1712-1798), que acreditava que a Igreja deveria ser autônoma e separada do Estado, tendo suas preocupações limitadas à doutrina e aos sacramentos. Mesmo a educação religiosa, segundo ele, deveria ser de responsabilidade do Estado. (MAXWELL, 1997, p. 103).

A execução cabal da reforma educacional foi iniciada ao estabelecer Pombal o posto de diretor de estudos, a 6 de julho de 1759, com o intuito de poder fiscalizar, de forma adequada, a construção de um sistema nacional de educação secundária. Num segundo momento, foi formada a Junta da Providência Literária, para deitar as bases da reforma da educação de nível superior.

Outra figura de verdadeiro destaque nesse prelúdio das posteriores inovações educacionais foi frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas – um eclesiástico reformista, educado pelos oratorianos em Lisboa, onde estudou com o padre João Baptista. Esta personagem “participou da reação contra as doutrinas escolásticas, adotando as idéias de Descartes e Newton...” e

na área da reforma educacional, foi um dos colaboradores mais íntimos de Pombal. Tornou-se o reformador provincial da ordem terceira de São Francisco, presidente da Real Mesa Censória, confessor e preceptor do príncipe Dom José, neto do rei, e o primeiro bispo de Beja. Teve também uma importante influência na reforma da Universidade de Coimbra. (*Ibid.*, 106).

EM 1771, as atribuições da Mesa Censória foram ampliadas, passando esta instituição a fiscalizar, inclusive, todas as escolas primárias e secundárias, o Colégio dos Nobres, e a Universidade de Coimbra.

Ainda outras personagens com quem contava o Marquês foram: José Seabra da Silva, co-autor da *Dedução cronológica*, frei Manuel do Cenáculo, os irmãos João Pereira Ramos e Dom Francisco de Lemos, Pascoal José de Melo Freire, António Nunes Sanchez, Jacobo Castro Sarmento e, como mencionamos acima, Luís António Verney.

No seu artigo *A reforma da Universidade e os dois brasileiros que a planejam*, publicado na edição comemorativa do bicentenário das Reformas pombalinas da Revista de História das Ideias, o historiador Pedro Calmon traz-nos

algumas importantes notícias dos dois principais responsáveis pela gerência da reforma, nomeadamente Francisco de Lemos Faria e João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho.

Esses dois irmãos, naturais do Rio de Janeiro, foram confiados por Sebastião José de Carvalho e Melo, já Marquês de Pombal, com a organização da Reforma na Universidade, com o preparo dos novos *Estatutos* de 1772 (ANEXOS D, E).

Francisco de Lemos Faria havia sido nomeado Reitor da Universidade já no ano de 1770. Ele certamente conhecia bem a Universidade, pois lá estudara e fora professor, de 1749 em 1754. Segundo noticia Pedro Calmon, ele fora também

Desembargador da Relação da Baía, ficara na corte, retido pelo serviço do Rei, o que indica o apreço obtido de D. José e do seu grande ministro. Depois desembargador no Porto, logo da Casa da Suplicação, chegou a Procurador Geral da Santa Igreja e procurador da Coroa (CALMON, 1983, p. 95).

EM 1771, quando Pombal fez criar a Junta da Providência Literária, o conjunto de professores, dentre outros, responsáveis pela elaboração do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade no Tempo dos Denominados Jesuítas* (Anexo C), convocou os dois irmãos para lá se apresentarem e unirem as suas forças. Segundo lembra Calmon, estes foram os principais colaboradores para essa obra:

‘Principal cooperador da reforma pombalina’, João Ramos contribuiu, repita-se, com a da Faculdade de Leis ‘ele só faz o que pertence à parte jurídica’. ‘E a seu irmão o reitor da Universidade, Francisco de Lemos, se incumbem coordenar e ajuntar o que pertence a Matemática, Filosofia, Teologia e Medicina’ (registou D. Frei Manuel do Cenáculo) (*Ibid.*, pp. 96-97)⁹.

D. Francisco de Lemos, especificamente, foi incumbido ainda de renovar completamente os quadros de professores dos cursos existentes, mandando ressaltar os rendimentos dos antigos lentes, e de fazer remodelar a Universidade de novos materiais e laboratórios.

Devemos fazer ainda uma última consideração, uma digressão, talvez, acerca dos novos ares em Portugal relativamente ao ensino, trazidos pelos esforços desses pensadores “estrangeirados”.

⁹ Pedro Calmon baseia-se aqui sobre as anotações feitas pelo D. Frei Manuel do Cenáculo em seu diário, tornadas disponíveis por Teófilo Braga em sua *História da Universidade de Coimbra* (1898).

¹⁰ Pode-se mesmo traçar um paralelo entre os “estragos” enumerados no *Compêndio* e as suas soluções dispostas nos novos *Estatutos*, dando prioridade a uma análise das novas teorias pedagógicas, por exemplo. Esta, aliás, é uma interessante proposta uma vez que uma pesquisa deste género ainda carece de ser feita.

Em *A educação de um príncipe no período pombalino*, publicado também na Revista de História das Ideias, para a comemoração dos duzentos anos das Reformas encabeçadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva comenta as instruções dadas por D. José I para a educação do seu neto homônimo D. José, o Príncipe da Beira, a quem o monarca intencionava deixar o trono quando da sua morte – um desejo, como sabemos, frustrado pela morte precoce do príncipe.

A educação do jovem príncipe deveria ser dos cuidados de D. Frei Manuel do Cenáculo, já o seu confessor. Através de “conversações pedagógicas”, o Frei discorria sobre momentos da história de Portugal, sobre os modos de se governar, sobre política interna e externa, dentre outros temas. Um importante princípio comentado pelo Frei, segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, era justamente a necessidade de o Rei montar um Exército para a defesa das suas vastas posses, e também para defesa da própria existência do reino. Outro ponto dizia respeito à política interna. Segundo as lições de Frei Manuel do Cenáculo, relativamente aos seus vassallos, o rei devia manter o poder pela força do seu nome, do seu prestígio, não precisando de se valer de coerções outras, um princípio, aliás, comum às monarquias ilustradas.

Outras lições havia, certamente, como as lições de ler e escrever, de matemática e geometria, por exemplo. Contudo, essa historiadora resume as instruções para a educação do príncipe, datada de 1768 e já aos moldes da política pombalina, nos seguintes termos:

“O importante era formar o espírito infantil nos moldes adequados à política pombalina: desenvolver nele um sentimento religioso equilibrado entre os extremos da incredulidade e do fanatismo, incutir-lhe a ideia de que um monarca tem de defender o seu trono com o seu prestígio e o seu reino com os seus exércitos, provocar a aversão pelos jesuítas, responsáveis por todos os insucessos de Portugal, sobretudo o desastre de Alcácer-Quibir e a sujeição a Castela, começar a desenvolver o espírito geométrico, único capaz de levar um futuro rei a raciocinar sem se prender aos sofismas daqueles que aspiram a influir nas suas decisões” (SILVA, p. 383).

D. Frei Manuel do Cenáculo era ele também ciente das Luzes do seu século e dos diversos avanços nas ciências que se faziam noticiar além Pireneus. As instruções a ele dadas para a formação do jovem príncipe detêm alguns dos próprios fundamentos do pensamento ilustrado português, como se pode perceber na citação de Maria Beatriz Nizza da Silva acima. Uma religiosidade equilibrada pela razão, ou uma razão delimitada pela fé, a defesa do poder temporal do Estado, o ódio aos

jesuítas, e ainda a valorização dos novos saberes e do seu lugar no desenvolvimento da nação são variáveis que podem ser vistas aqui, mas que também estão presentes na reforma pombalina de ensino, de modo geral, e certamente nos esforços em prol da renovação da Universidade de Coimbra, como veremos mais adiante.

2.3 POSSÍVEIS CONCLUSÕES

Os dados expostos acima parecem resumir-se bem nos argumentos dos historiadores Magnus Roberto de Mello Pereira e Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz, para quem a Reforma pode ser mais bem explorada se apreendida no contexto de um Portugal em “processo acelerado de transformações”. Também estes autores entendem os esforços pombalinos enquanto uma adaptação possível entre as novas Luzes, trazidas em parte pelos diversos “entranceirados”, e alguns dos seus interesses mais pragmáticos, de renovação da sociedade portuguesa e crescimento económico, por exemplo. No âmbito mais propriamente do novo ensino em Coimbra, essa “Ilustração possível”, segundo Pereira e Cruz, perceber-se-á no ecletismo filosófico por trás da adoção dos autores e compêndios usados nos diversos cursos, como veremos mais detalhadamente a seguir. Enquanto outros autores enxergam nisso uma limitação das Luzes em Portugal, estes lembram bem que aí e noutros reinos europeus “o ecletismo era uma postura intelectual valorizada no século XVIII. Ser eclético era fugir de qualquer sistema preconcebido, de modo a construir a própria filosofia, como Diderot ensinava na *encyclopédie*” (PEREIRA e CRUZ, 2009, p. 16). Em termos de necessidades pragmáticas, por outro lado, da própria administração pública,

“O estado de carência de administradores profissionalmente preparados para conduzir o processo com eficácia resultou na consciência de uma necessidade iminente de formar quadros dotados dos conhecimentos científicos necessários. Daí o carácter público e secular da Reforma, que objetivava gerar uma Universidade “nova”, voltada para os interesses de Estado” (*Idem.*, p. 20).

Grandes esperanças eram depositadas pelo Marquês de Pombal e o seu gabinete sobre a Universidade de Coimbra e a possibilidade de aí formar os novos

administradores do Estado. Criam, ainda, poder instrumentalizar os saberes científicos do século, (re)produzidos na Universidade para elevar Portugal às glórias passadas, sanando, para isso, as necessidades mais prementes de então, de uma administração pública mais eficaz, do bom uso dos recursos advindos das colônias, entre outras.

Estas últimas considerações serão mais propriamente esmiuçadas no capítulo seguinte.

3. UM PROJETO POLÍTICO

Como já foi salientado ao longo do capítulo anterior, um importante aspecto da reforma de ensino em Coimbra diz respeito ao facto de a renovação do ensino ter ocorrido de forma exógena. Os historiadores Magnus Roberto de Mello Pereira e Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz resumem-no bem:

O Estado português chamou a si as prerrogativas de toda a organização do ensino, desde a estruturação dos cursos e definição de currículos, passando pela reorganização administrativa e dos regulamentos internos até a completa renovação do corpo docente e diretivo da instituição (PEREIRA e CRUZ, 2009, p. 20).

Dito de outro modo, não somente a reforma do ensino na Universidade partiu de fora da própria Universidade, mas teve a sua origem no Estado. E isto não numa secretaria de educação ou gabinete responsável por matérias de ensino público, por exemplo, mas na pessoa do primeiro ministro de D. José I.

Já tratamos de algumas importantes influências sobre as inovações pedagógicas que tiveram lugar durante o ministério de Pombal, tais como os argumentos dos chamados letrados “estrangeirados”, bem como as próprias reformas de ensino em Áustria, vivenciadas por Sebastião José de Carvalho e Melo enquanto lá enviado pela coroa portuguesa. Após as considerações acima, cremos poder, como outros autores antes de nós, enxergar nas reformas pombalinas uma espécie de corporificação das idéias ilustradas em Portugal. Sem embargo, pode-se dizer que, nesta tentativa oficial de reforma ilustrada, por parte do Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, enquanto ministro de D. José I, buscou deitar as bases de um amplo programa de revitalização político-econômica e de ensino.

Revitalização era, certamente, a palavra de ordem do Marquês de Pombal e dos demais reformadores e, num horizonte amplo, os seus esforços buscavam todos revigorar o império, quer no âmbito da política, da administração pública, da sociedade, da religião, por exemplo, e, assim, fazer novamente brilhar o nome português.

Para o historiador José Murilo de Carvalho, as reformas pedagógicas de Pombal visavam, sobretudo, o objetivo maior e mais amplo de soerguer e recuperar uma economia há longo tempo em crise; assim, em se tratar de Coimbra,

a nova orientação levou à ênfase nas ciências naturais, pois delas, sobretudo da mineralogia e da botânica, se esperavam contribuições no sentido de renovar ou inovar a exploração dos recursos naturais das colônias, especialmente no Brasil (CARVALHO, 2003, p. 67).

Na visão de outro historiador, Kenneth Maxwell, “as reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo” (MAXWELL, 1997, p. 104)¹¹

Pode-se dizer, ao menos, que a reforma educacional pombalina foi marcada por um caráter altamente utilitário.

O clássico manifesto dos objetivos da reforma da Universidade encontra-se nas palavras de Dom Francisco de Lemos:

Não se deve encarar a universidade como um corpo isolado, preocupado apenas com seus próprios negócios . . . mas como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, cria e difunde a sabedoria do Iluminismo para todas as partes da Monarquia *a fim de animar e revitalizar todos os ramos da administração pública* e de promover a felicidade do Homem. Quanto mais se analisa essa idéia, maiores afinidades se descobrem entre a universidade e o Estado; quanto mais se vê a dependência mútua desses dois corpos, mais se percebe que a Ciência não pode florescer na universidade sem que ao mesmo tempo floresça o Estado, melhorando e aperfeiçoando a si mesmo. (*Relação geral do estado da universidade*, 1777, citado em MAXWELL, 1997, p. 114, grifos nossos; ANEXO F).

Ao mesmo tempo uma reforma Ilustrada e altamente pragmática, portanto, pautada nas necessidades mais prementes do Portugal da segunda metade do século XVIII. Para tanto, Sebastião José de Carvalho e Melo buscou, pela via do ensino, produzir um corpo renovado de funcionários ilustrados que pudessem bem servir à burocracia estatal.

Com a reforma, a faculdade de medicina foi modernizada, com a incorporação de diversas descobertas nessa área; duas novas faculdades foram criadas, a de matemática e a de filosofia, que deveria incorporar não só as matérias tradicionais de metafísica, lógica e ética, mas também as novas ciências naturais, com os seus métodos de observação e experimentação. Ainda uma série de laboratórios, um observatório, uma editora para a universidade e um jardim botânico foram construídos. Segundo Maxwell, “o novo currículo, e a existência de laboratórios eram inovações excepcionalmente avançadas para a época” (MAXWELL, 1997, p. 111). Também os cursos jurídicos da Faculdade Leis e da

¹¹ Eis aqui um importante ponto de contato com o pensamento de José Murilo de Carvalho, posto que este atribua grande importância a Coimbra no contexto de um esforço por parte do Estado para profissionalizar, treinar os membros da burocracia estatal.

Faculdade de Cânones foram modernizados. Fontes portuguesas foram incorporadas ao currículo de direito e uma verdadeira renovação do direito pátrio teve lugar. Juntos, estes dois cursos viram o número de inscrições naqueles dois primeiros anos da reforma de ensino quase duplicar.

Este brevíssimo resumo aponta mesmo para reflexos de um pensamento ilustrado português. Contudo, como veremos já na sequência, não se pode perder de vista que os esforços reformistas foram em não poucos aspectos mais propriamente regalistas, em prol do fortalecimento do regime absolutista. A seguir, portanto, buscaremos escrutinar algumas das mais importantes mudanças no ensino em Coimbra, em especial sobre os cursos jurídicos das Faculdades de Leis e Cânones, mostrando sempre o que cremos serem algumas das suas características subjacentes. Dito de outro modo, ao arrolarmos as principais inovações pedagógicas das reformas pombalinas de ensino conimbricense, buscaremos, acima de tudo, evidenciar o projeto político por trás das mesmas.

3.1 ESFORÇOS REGALISTAS

Se as ações de Sebastião José de Carvalho e Melo podem *de facto* ser apreendidas como esforços em prol de um fortalecimento do poder monárquico, como o querem alguns, não são do Marquês os méritos primeiros destes esforços. Como bem lembra Cândido dos Santos, o desejo de uma monarquia absolutista já se via no reinado anterior. Foi ainda durante a regência de D. João V, por exemplo, que foram cortadas as relações diplomáticas com Roma e restabelecido o beneplácito régio. Contudo, é mesmo no ministério do Marquês que esse regalismo atinge o seu momento máximo.

No seu ensaio *António Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung*, Cândido dos Santos tenta justamente mostrar os fundamentos teóricos desse regalismo.

Em Portugal, como noutros reinos católicos de Europa, as relações políticas Igreja-Estado de então eram incompatíveis com os anseios absolutistas dos seus soberanos. A redefinição dessas relações, portanto, era um requisito *sine qua non* do absolutismo esclarecido. Lembre-se que a Contra-Reforma católica dos séculos

anteriores havia feito essa relação de poder pender para o lado da Igreja e da sua cúria. Para Cândido dos Santos, em Portugal, o letrado por trás da fundamentação teórica desse novo absolutismo, foi o padre António Pereira de Figueiredo, “um homem de rara erudição, humanista já célebre, teólogo e canonista, membro ilustre da Congregação do Oratório de Lisboa”(SANTOS, 1983, p., 172).

Foi ainda quando aluno seminarista que fez sair do prelo o seu polêmico *Novo método da gramática latina*(1752). Mas, foi, sobretudo, nos anos que se seguiram à ruptura política com a Igreja em Roma(1760) que mais pensou e publicou acerca, especificamente, do sistema político que mais se adequava àquilo que entendia como o Estado moderno. Diz esse historiador:

As obras que ele compôs por este tempo tendem ou a inculcar o sistema que se devia observar no governo disciplinar no que diz respeito às causas reservadas à Sé Apostólica, ou a justificar o procedimento do Ministério (Compêndio da vida e escritos de António Pereira Figueiredo, B.N.L., cod. 9842, fl.83 *apud* SANTOS, 1983, p. 174).

Segundo Cândido dos Santos, as obras do Pe. António Pereira de Figueiredo podem ser arroladas do seguinte modo: o seu *Tentativa* e o seu *Apendix*, bem como a sua *Carta a Galindo*, o *anônimo romano*, e a sua *Demonstração Teológica* servem à construção de um sistema de governo; os seus *De Suprema Regum*, *Compêndio da vida e escritos de Gerson*, *Carta do Clero de Liège* e *Dissertação sobre o procedimento de Gregório VII contra o Imperador Henrique IV* justificam as ações nesse sentido do Ministério de Pombal.

As teses expostas no seu *De Suprema Regum*, renderam-lhe imediata aclamação também nos outros reinos interessados no distanciamento político da Santa Sé e foi rapidamente traduzida para o francês, pelos jansenistas celtas, e para o italiano. Nesse importante tratado de Direito, “ao longo de 16 proposições,” argumenta Cândido dos Santos, “mostrou o Padre António Pereira que o poder Real tem a Deus por autor, velho princípio Paulino – *omnis potestas a Deo* – e por objecto o que respeita à sociedade civil e à felicidade temporal dos homens” (*Ibid.*, p. 174). Obviamente, o seu intuito não era o ataque ao Cristianismo, homem religioso que era, mas à crítica à intrusão da Igreja nos assuntos que, segundo o seu ver, cabiam à esfera de interesses do Estado. Contudo, não somente eram os objetos da ação da Igreja e do Estado distintos entre si, mas deveria estar a Igreja sujeita ao Estado e às suas leis em tudo aquilo que constituísse assunto temporal, deste mundo. Assim, para esse historiador, “nesta perspectiva, os Bispos bem como todo o clero,

nas causas temporais, estão sujeitos aos Reis cujas pessoas são sagradas e invioláveis” (*Ibid.*, p.175). Em contrapartida, os reis, cristãos, devem usar o seu poder temporal para preservar os costumes e a religião cristã, mantendo, deste modo, o direito e os deveres que lhes foram confiados por Deus.¹² O importante é que, deste modo, o Pe. António Pereira de Figueiredo argumenta, concomitantemente, as distintas jurisdições de um de outro poder, num plano horizontal, bem como os verticaliza, colocando o Estado acima dos Papas e demais Prelados em tudo o que diz respeito ao Estado.

Essa mesma atitude de defesa à religião, mas de contestação do poder temporal da Igreja, ou do poder presumido pela Igreja, era a atitude que balizava as ações de Sebastião José de Carvalho e Melo. Segundo o entende Cândido dos Santos, “a sua acção situava-se dentro do espírito do Despotismo iluminado de que um dos postulados era não tolerar autoridades paralelas” (*Ibid.*, p. 200). Para tanto, lembra, por exemplo, a criação da Real Mesa Censória que buscava trazer para o Estado a responsabilidade pela censura, mas não a abolição da mesma.

Na sua dissertação de mestrado, o historiador Flávio Rey de Carvalho faz uma avaliação bastante pontual do Iluminismo em Portugal, preocupado, principalmente, em acessar as características que singularizavam as Luzes naquele país ibérico. Segundo ele, lá também, a Ilustração foi marcada por mudanças, no âmbito das leis, em especial, que visavam o fortalecimento do Estado, em face, sobretudo, ao poder da Igreja. Esse esforço passava necessariamente pela valorização do direito nacional, das antigas leis pátrias, agora renovadas pelas Luzes do seu século. Em Portugal, lembra-nos ele, esta vontade traduziu-se, principalmente, na chamada Lei da Boa Razão, de 18 de Agosto de 1769, e na reforma pombalina dos Cursos Jurídicos da Universidade de Coimbra, detalhada nos novos *Estatutos* de 1772.

Se anterior a 1769, a prática do direito em Portugal consistia basicamente na harmonização de opiniões conflitantes, tendo em vista o bem comum, e baseava-se largamente nas interpretações dos magistrados, a jurisprudência sofreu uma mudança substancial tanto na teoria que a sustentava quanto nas suas práticas a

¹² Há aqui outro possível ponto de contacto com a obra do apóstolo S. Paulo. Ao falar da moral que deve reger as relações homem-mulher, argumenta que a mulher deve submeter-se ao seu marido, enquanto este deve amar a sua mulher ao ponto de, se preciso for, dar a sua vida por ela. Na filosofia cristã, a Igreja é comumente descrita como uma mulher, noiva do Cristo. O Pe. António Pereira de Figueiredo faz uso aqui de uma linguagem bíblica para apresentar em forma de um silogismo a moral que deve reger as relações entre a Igreja e o Estado.

partir da nova Lei. Para aquele historiador, a Lei de 18 de Agosto de 1769 promoveu “uma mudança paradigmática na tradição forense portuguesa por meio da interdição da aplicação do direito doutrinal, interpretativo e norteador, em favor da adoção de uma jurisprudência racionalista, com caráter disciplinador” (CARVALHO, F. 2008, p. 70).

A partir de então, a fonte do direito em Portugal, ou seja, a própria sustentação da jurisprudência portuguesa, deveria ser reformulada. O Supremo Senado da Casa de Suplicação passava a ditar o modo por que as leis seriam interpretadas, limitando, assim, a arbitrariedade das decisões jurídicas. Mas, também os próprios cânones jurídicos foram objeto de reformulação. Numa clara manobra regalista, a Lei de 18 de Agosto de 1769 delimitava as jurisprudências civil e eclesiástica. Segundo lembra Flávio Rey de Carvalho, “o uso legítimo do direito canônico foi proscrito das áreas de atuação consideradas próprias do poder temporal, limitando-se a vigência dos cânones aos tribunais eclesiásticos” (*Idem.*, p. 72). Também foi relativizado o uso do direito romano em Portugal, ficando o seu emprego restrito, a partir de então, aos casos de omissão das leis pátrias e, inclusive, sob a condição *sine qua non* de paralelismo entre as condições históricas e características dos casos em arbitrio.

Para Flávio Rey de Carvalho, a chamada Lei da Boa Razão, deve ser apreendida dentro do âmbito mais amplo dos reflexos das Luzes em Portugal. O mesmo argumenta em relação às Reformas pombalinas de ensino na Universidade de Coimbra. De facto, esse autor enxerga já nas disposições daquela Lei de 18 de Agosto de 1769 um gérmen da posterior renovação do ensino nos cursos jurídicos em Coimbra.

Esse historiador crê que a Reforma dos cursos jurídicos da Universidade de Coimbra intentava “incutir nova mentalidade nos futuros juristas para modificarem, na prática, a jurisprudência realizada nos foros e nos tribunais portugueses” (CARVALHO, F. 2008, p. 74). Também os seus argumentos apontam o desejo do ministério pombalino de renovar a administração pública com homens de letras egressos de Coimbra. Como expomos acima, esse autor enxerga na Lei de 18 de Agosto de 1769 uma espécie de preâmbulo da reforma das Faculdade de Leis e Faculdade de Cânones, e sugere, ainda, que também essa reforma demonstra a vontade de fundamentar teoricamente a centralização da gestão do Estado, com a valorização do poder régio. Contudo, para Flávio Rey de Carvalho esta é mais uma

característica do Iluminismo, em geral, e uma característica das Luzes em Portugal, inclusive, e menos um projeto político.

3.2 UMA NOVA UNIVERSIDADE

Segundo escreve o historiador português Fernando Taveira da Fonseca, em *A dimensão pedagógica da Reforma de 1772 – Alguns aspectos*, os reformadores pretendiam a “elaboração de um paradigma coerente, em oposição a outro legalmente vigente no período anterior” (FONSECA, 2000, p. 43). Assim, definiam a sua obra como uma “nova fundação” da Universidade. Já em 1770, o Marquês de Pombal incumbira uma Junta de Providência Literária de examinar as causas do ruinoso declínio da Universidade. As suas conclusões foram publicadas, no ano posterior, na forma de um *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuitas e dos Estragos feitos nas Sciencias e nos Professores, e Directores que a Regiam pelas Maquinações e Publicações dos Novos Estatutos por Elles Fabricados*. Mesmo o título dessa obra deixa já bastante evidente o posicionamento dos reformadores relativamente aos *Estatutos* antigos, de 1591 (ANEXO A) e ao trabalho dos jesuítas à frente da Universidade. Em verdade, muito cedo no processo de reforma da Universidade fora dada a ordem para recolher e proibir a circulação de todos os exemplares daqueles Estatutos, adjetivados de “perniciosos e entendidos como a consubstanciação de tudo o que de negativo se via no anterior sistema de ensino”¹³.

Referindo-se ao *Compêndio Histórico*, bem como aos posteriores novos *Estatutos* de 1772, os historiadores Magnus Roberto de Mello Pereira e Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz chamam a atenção para o que crêem ser um importante aspecto dos esforços pombalinos em Coimbra, a saber, a criação de uma memória da Reforma. Em seu artigo “Ciência e memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772” (2009), ambos argumentam que Sebastião José de Carvalho e Mello “escolheu os livros como monumentos instauradores de verdades e memórias”. Dialogam com outro historiador, português, Rui Tavares,

¹³ Vide: BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1898, Vol. III, p. 440.

para quem um objetivo subjacente do Marquês de D. José I era “controlar não só o que se lembra e a forma como se lembra, como também o que se esquece e a forma como se esquece” (TAVARES, 1999. p.146 *apud* PEREIRA e CRUZ, 2009, p. 12). Pereira e Cruz lembram, por exemplo, que “Pela *Carta de Roboração dos Estatutos da Universidade de Coimbra*, assinada pelo próprio D. José, os Estatutos foram concebidos com a qualidade de “perpétuos”, cassando e revogando todos os havidos anteriormente “como se nunca houvessem existido”. Mais uma vez, a pretensão de suprimir memórias, instituindo outras, que ensinavam como a velha Universidade deveria ser lembrada” (PEREIRA e CRUZ, 2009, p. 13). Segundo os autores acima, este seria, ainda, um grande motivador da propaganda antijesuítica da Reforma que se traduzia nesses e noutros libelos contra aquela ordem inaciana.

Outros autores que há longa data debruçam-se sobre as reformas pombalinas de ensino, Mário Júlio de Almeida Costa e Rui de Figueiredo Marcos postulam que os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* de 1772, traduziam os esforços em prol da recriação de uma nova *forma mentis*, já postulados no *Compêndio Histórico*. “Coroando a acerbíssima objurgatória encerrada no *Compêndio Histórico*,” dizem esses autores, “os *Novos Estatutos*, de 1772, operaram uma verdadeira revolução no ensino universitário, mormente na Faculdade de Leis e na Faculdade de Cânones” (COSTA e MARCOS, 2000, p. 102).¹⁴ Para estes, as inovações pombalinas testemunham um verdadeiro esforço destinado a implantar no ensino superior português certas modernidades que se faziam sentir em outros reinos europeus.

Pedro Calmon resume-o bem quando diz que, seguindo os traços do *Compêndio Histórico*, os *Estatutos* “humanizaram a medicina, aportuguesaram a jurisprudência lançaram as pontes para as profissões construtivas (engenharia e arquitectura), abriram o céu ao *observatório astronómico*, festejaram a natureza no *jardim botânico*,” e em termos do ensino do Direito, especificamente, “separaram do primado pontifício a soberania real, impuseram a história do direito pátrio, com isso mudando o esquema ideológico dos cursos” (CALMON, 1983, p. 95). Não era,

¹⁴ Da reforma pombalina esperava-se, também, o nascimento de um jurista novo. O desejo de um ensino prático era cabalmente demonstrado pela apresentação aos alunos para discussão de casos hipotéticos ou reais e pela simulação da sua tramitação em juízo, verdadeira representação judicial em que os estudantes participavam das diversas funções judiciárias. Perante o dever de vigilância corretivo do professor, o processo decorria até seu termo. Estas práticas estavam já prescritas nos próprios *Estatutos*.

contudo, a criação de algo novo, propriamente, mas o uso instrumental do que de novo havia.

Segundo outro historiador, Manuel Alberto Carvalho Prata, a Universidade reformada era “uma escola que transmitia saberes já feitos e formava quadros para a Igreja e para o Estado” (PRATA, 2000, p.305).

De facto, havia uma expectativa bastante interessada em torno da concessão dos graus superiores. Essa expectativa era expressamente afirmada na compreensão que tinham os reformadores do carácter instrumental da Universidade. Os Estatutos formulados em 1772 claramente afirmam:

Costumando os mesmos Grãos servir de regra a ambos os Supremos Poderes, Espiritual e Temporal, para se governarem e regerem por elles no provimento das Dignidades, Benefícios, Ministerios e Empregos, que pela sua maior gravidade e importancia só se costumam conferir aos que com elles se acham graduados, na supposição de serem elles os mais sabios e idoneos para bem servirem à Igreja e ao Estado: Contendo em si os testemunhos de Sabedoria dirigidos pelas Universidades immediatamente aos ditos Supremos Poderes, para por meio delles calcularem melhor o merecimento dos sujeitos que mais convem ao bem público se provejam nos referidos empregos: E sendo este verdadeiramente o único fim, pelo qual os mesmos Supremos Poderes concedêram às Universidades os ditos Grãos (Estatutos, Liv. I, Tít. IV, Cap. VI, §2).

No que se refere aos cursos de Leis e Cânones, em especial, os novos Estatutos qualificavam a Universidade como a única instituição a qual se concedia o direito de licenciar os profissionais do reino ou de lhes outorgar qualquer outro grau. Se atentarmos para alguns importantes dados apresentados por Fernando Taveira da Fonseca, veremos que não apenas por ser a única no reino, mas também pelo acentuado número de estudantes que lhe buscavam os cursos de Direito relativamente às demais áreas, a Universidade de Coimbra *de facto* ditava o que vinha a ser o pensamento jurídico em Portugal e nos seus domínios. Segundo os levantamentos desse autor, entre 1577 e 1771, os alunos dos cursos jurídicos totalizavam 87,3% de todo o corpo discente de Coimbra. Deste estes, 72% buscavam a licenciatura em Cânones, enquanto 15,3% apenas graduavam-se em Leis. Os demais encontravam-se inscritos nos cursos de Medicina e Teologia.

Nesse período de vigência dos antigos Estatutos, o acesso aos cursos universitários era contingente de uma avaliação de Latim ministrada pelo Colégio das Artes, que era também este controlado pela ordem jesuítica. Contudo, como lembra Fonseca, esta era apenas uma exigência mínima, visto que outros estudos eram ocasionalmente tidos como meritórios da entrada na Universidade. Um

exemplo disso é justamente a elevação dos estudos filosóficos, o chamado Ano de Lógica, nos colégios dos Oratorianos ao *status* de estudos maiores na primeira metade do século XVIII, permitindo, portanto, aos seus alunos que lhes fosse então dispensado o exame de Latim¹⁵.

Com os novos Estatutos de 1772, as exigências para o acesso aos cursos superiores mudam substancialmente.

As aulas de Grego e de Retórica passam a ser propedêuticas do ensino Universitário. Em verdade, já quando da anterior reforma dos estudos “secundários” essas aulas se haviam tornado obrigatórias no reino, embora ainda poucos lugares houvesse onde fossem *de facto* ministradas.

Há também alterações nas idades mínimas requeridas para o ingresso nos diferentes cursos. Os cursos de Teologia e Medicina passam a exigir os 18 anos completos, os novos estudos de Matemática e Filosofia exigem os 15 e 14 anos completos respectivamente, e quanto aos cursos jurídicos de Leis e de Cânones

que ninguém possa ser admittido á matricula nas Faculdades Juridicas sem ter dezeseis annos completos de idade; e sem que para isso haja obtido despacho do Reitor depois de se haver legitimado perante Elle com Certidão authentica de Baptismo reconhecida em fórma pública pelo Ministro superior da Comarca, em que tiver sido baptizado (*Estatutos*, Liv. II, Tít. I. Cap. I, § 4, pp. 3-4).

No âmbito do Direito, especificamente, os novos Estatutos demandavam aos alunos “ter já adquirido hum bom conhecimento da Lingua Latina, da Rethorica, da Logica, da Metafysica e da Ethica; sendo moradores em Cidades ou Villas em que haja Cadeiras de Grego; deverãõ tambem ter aprendido esta Lingua” (ESTATUTOS, Liv. II, Tít. I, § 1, p. 5) e ainda exigiam o estudo particular da Matemática, a saber, dos Elementos de Geometria (*vide* ESTATUTOS, Liv. III, Parte I, Tít. I, Cap. II; Liv. III, Parte II, Tít. II, Cap. I). Fonseca o resume bem ao dizer que os futuros alunos dos cursos jurídicos, “com um primeiro ano de Filosofia Racional e Moral e um segundo de História Natural na ‘Aula de Filosofia e a Geometria no Geral de Mathematica’, teriam cumprido o que lhes era necessário para a matrícula” (*Ibid.*, p. 48). Por fim, era-lhes exigido ainda, segundo os novos Estatutos de 1772, que os seus professores dessas aulas propedêuticas os recomendassem para a vida académica.

¹⁵ O que não significa que os estudantes das casas dessa ordem religiosa não estudassem também essa língua. Para outras considerações sobre os anos de vigência dos antigos Estatutos e o controle jesuítico sobre a Universidade de Coimbra, e mesmo algumas informações acerca do crescente embate com os Oratorianos, *vide*: FONSECA, Fernando Taveira da. A Universidade de Coimbra (1700-1771) – Estudo Social e Económico. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995.

Tratava-se de uma espécie de certidão, endereçada ao Reitor da Universidade, onde os seus mestres deveriam detalhar os sucessos ou insucessos dos seus pupilos nas ditas aulas, a sua aptidão para o trabalho Universitário, e, ainda, outras qualidades suas e dos seus pais. Vale a longa citação

Serão também os mesmos Mestres obrigados a dar, ou remetter todos os annos ao Reitor da Universidade huma informação geral, e secreta, na qual lhe declarem muito especificamente as circumstancias do talento para a vida litteraria; da propensão para o estudo, que tiverem observado em cada hum dos Discipulos, a que passaram as ditas Certidões; da diligencia, com que elles se tiverem applicado ao estudo das Disciplinas, que forem objecto das mesmas Certidões; e do aproveitamento, que houverem feito nas referidas Disciplinas: Acrescentando nesta informação annua, e geral, não só huma verdadeira notícia da educação, probidade, genio, procedimento e costumes de cada hum dos mesmos Discipulos; mas também da qualidade, e bens de seus Pais; tanto para se acautelar, e impedir a falsidade, e falsificação das ditas Certidões; como para poderem os mesmos Mestres mais livre, e francamente informar da verdade (ESTATUTOS, Liv. II, Tít. I, Cap. II, § 3, pp. 6-7).

Um importante paralelo pode ser traçado entre os novos e os antigos Estatutos através das considerações de Fernando Taveira da Fonseca acerca do sistema de ensino conimbricense nos anos sob o controle jesuítico. Para este historiador, pode ser bem apreendido como “cumulativo, cíclico, textual e analítico”. Explica-o do seguinte modo, “o carácter cumulativo pode entender-se em dois sentidos. Por um lado, o estudante tinha que perfazer um curto tempo de estudo medido em cursos, condição necessária para poder requerer ser avaliado e obter os seus graus” (*Ibid.*, p. 50). Os cursos tinham, então, uma duração de oito meses, correndo em geral de Outubro a Maio, o que correspondia ao ano letivo. Segundo os dados levantados, o bacharelato num curso jurídico indicava uma média de 7,2 a 8 anos de estudos, sendo que a primeira avaliação tinha lugar somente após o quinto ano consecutivo de estudo – a prova dos cursos era tão-somente o testemunho, sob juramento, de dois condiscípulos do aluno em questão. Para Fonseca, o carácter cíclico dos estudos percebe-se da seguinte forma:

o professor deveria fazer uma rotação de matérias ao longo de 4 anos. O estudante só teria possibilidade de estar de posse de um conjunto significativo de conhecimentos, em cada cadeira, no final desse ciclo. Por isso os actos (provas) começam tarde, sucedendo-se depois a um ritmo mais acelerado (FONSECA, 2000, p. 51).

Torna-se claro, portanto, que, como o quer esse historiador, os textos vêm a ser mesmo o fundamento deste tipo de aprendizagem, sendo apreendidos pelos docentes e discentes como a autoridade máxima nos seus respectivos assuntos

académicos. Em geral, esses compêndios discorriam sobre questões do direito civil romano e do direito eclesiástico, nas licenciaturas de Leis e Cânones respectivamente. Ainda segundo Fonseca:

Eram encarados como fontes, cânnon aceite dos conhecimentos científicos seguros, confirmados e úteis; o trabalho do professor consubstanciava-se na sua interpretação e na sua ampliação pelo comentário. Estas duas operações constituíam a base da 'leitura'. 'Ler' era precisamente interpretar e comentar. (*Ibid.*, p. 52).

Por fim, esse historiador entende o ensino jesuítico em Coimbra também como analítico, segundo a base mesmo dos textos. Estes permitiam ao docente que neles identificasse passagens de certo modo autónomas, independentes, cujo tratamento podia ser destacado dos demais. Essa lógica, segundo ele, era a mesma lógica aristotélica e escolástica que se podia enxergar na *Summa Theologica* de S. Tomás de Aquino, a saber, uma lógica de justaposição.

Flávio Rey de Carvalho oferece-nos também ele um resumo das condições em que se encontrava a Faculdade de Leis nos anos anteriores à reforma, ainda sob os antigos Estatutos, portanto, e sob o controle jesuítico. Tem-se, então, uma ausência do ensino do direito natural e o total desprezo dos estudos sobre as leis pátrias; um desdém dos estudos interdisciplinares, vendo-se a falta de noções elementares de direito canônico aos legistas e de direito civil aos canonistas; um número excessivo de lições analíticas em que a separação entre teoria e prática, e a desvalorização desta, era evidente; e, afinal, uma escola de jurisprudência arcaica e descolada das novas realidades do século XVIII (*vide* CARVALHO, F., 2008, p. 74).

Os novos Estatutos mandados publicar pelo Marquês de Pombal inauguram, no âmbito da Universidade, um ensino doravante marcado por um caráter que pode ser adjetivado de demonstrativo e científico, em consonância com as Luzes do seu século. Fernando Taveira da Fonseca o enxerga como uma “atitude empírico-racional” que passava a marcar um ensino gradativo, não mais cíclico. Essa nova visão do trabalho escolar perpassa, certamente, a formulação dos novos currículos, que agora se faz, por uma pormenorizada “ordenação das cadeiras ao longo dos anos, agora consideradas não como meras unidades acumuláveis mas como sucessivos e não permutáveis degraus de um percurso hierarquizado” (FONSECA, 2000, p. 55). Os cursos são, portanto, delineados cronologicamente, com um conteúdo que se acumula ao longo das distintas cadeiras, elas mesmas dispostas

segundo a sua relevância e grau de complexidade relativamente às demais. Os *Estatutos* traduzem-no nas seguintes palavras:

Pelo sobredito quinquennio Juridico se distribuirão as Disciplinas, que devem aprender os Juristas : Estabelecendo-se para cada hum dos annos delle Disciplinas certas, e determinadas : Dispondo-se todas com tal ordem, e methodo, que primeiro se ensinem as que abrem caminho, dão luz, e servem de introdução para as outras : E tanto as precedentes, quanto as subseqüentes, se comprehenderão, e incluirão igualmente dentro do referido espaço de tempo (*Estatutos*, Liv. II, Tít. II, Cap. II, § 2, p. 38).

Do quinquênio básico dos estudos nas Faculdade de Leis e Faculdade de Cânones, os dois primeiros anos seriam devotados para as cadeiras interdisciplinares, freqüentadas pelos alunos de ambos os cursos, mas conformes aos parâmetros da Faculdade de Leis. Somente nos três anos seguintes deveriam os alunos separar-se, dando continuidade aos seus estudos segundo as especificidades de cada uma das duas faculdades. Aquelas disciplinas que compunham os primeiros dois anos eram denominadas cadeiras pequenas. Aquelas outras próprias dos anos terceiro ao quinto, e que seguiam os parâmetros de cada faculdade, eram denominadas cadeiras grandes.

Havia ainda outras divisões relativamente às disciplinas cursadas pelos alunos juristas. Aquelas cadeiras do primeiro biênio eram separadas entre as subsidiárias e as elementares. Nos últimos três anos, distinguíam-se as cadeiras sintéticas das analíticas. Na nova grade curricular, assim disposta pelos novos *Estatutos* de 1772, aquelas disciplinas subsidiárias eram assim chamadas pois visavam oferecer aos pupilos estudos que pudessem fundamentar a sua prática jurídica, com as ferramentas necessárias, inclusive, para o aproveitamento das posteriores disciplinas elementares e mesmo as sintéticas e analíticas dos últimos anos. As disciplinas elementares, por sua vez, serviam como uma espécie de estudos introdutórios às disciplinas sintéticas. Os professores das cadeiras elementares deveriam familiarizar os seus alunos aos conceitos gerais do direito. A seguir, através daquelas disciplinas sintéticas, intentava-se dar aos jovens juristas uma apresentação mais completa, embora ainda panorâmica, dos preceitos do direito romano e do direito de Portugal, e da História, pois

Considerando, que nenhum Direito póde ser bem entendido sem hum claro conhecimento prévio; assim do Direito Natural, Público Universal, e das Gentes; como da Historia Civil da Nações, e das Leis para ellas estabelecidas, conforme as differentes Epocas dos tempos, e as diversas conjuncturas, que nellas occorrêram; por serem estas prenoções

indispensaveis para a verdadeira intellicencia de todas as Leis, e do fenuino sentido dellas (*Estatutos*, Liv. II, Tít. II, Cap. III, § 9, p. 48).

Essas lições sintéticas preparariam os alunos para as subsequêntes lições analíticas. Os estudos jurídicos, segundo os novos Estatutos de 1772, deveriam culminar nessas disciplinas. Em termos pedagógicos, o trabalho dos professores dessas cadeiras tinha como objetivo proporcionar aos seus alunos um ambiente de prática de todo o conhecimento adquirido até então. Dito de outro modo, as teorias apresentadas ao longo dos anos anteriores deveria agora traduzir-se na prática, através da apresentação de casos e, então, do emprego das leis, da interpretação da sua aplicação a cada caso. Era mesmo um espaço para a simulação prática e para o ensaio dos trabalhos que seriam o cotidiano dos futuros juristas.

Podem perceber-se dessa grade curricular algumas nuances importantes. Em primeiro lugar, em matéria de ensino, entendia-se que a teoria não se podia descolar da prática. Em verdade, os anos de estudos nas Faculdade de Leis e Faculdade Cânone todos se voltavam para a prática jurídica, para o trabalho que se esperava dos alunos a quem se outorgariam os graus de juristas. A repetição de certos temas, portanto, e o crescente aprofundamento do conhecimento tinham esse objetivo maior. “Assim, a nova Faculdade de Leis voltava-se à preparação teórico-prática dos estudantes,” resume-o bem o historiador Flávio Rey de Carvalho, “para que estes estivessem, ao final dos cinco anos do curso, aptos a administrarem corretamente a justiça, sabendo interpretar e aplicar, de maneira uniforme, as leis aos fatos vividos no contexto forense do reino português”. (CARVALHO, F., 2008, p. 84) Os próprios *Estatutos* exigem que o professor deste modo apresente aos seus alunos os necessários conhecimentos teóricos e que lhes permita, então, à prática desses mesmos ensinamentos;

Dará pois o Professor aos Ouvintes as Regras, e Preceitos geraes da *Arte de aplicar as Leis* aos factos. E depois de as ter bem ensinado, dará então a Doutrina das diversidades, que há no modo della, procedidas da differença dos Officios, e ministerios do Jurisconsulto. Para este fim baixará a considerar cada hum dos referidos Officios, e ministerios. Dallos-ha a conhecer aos Ouvintes, e os formará para a prática: Instruindo-se em a *Theorica* propria de cada hum delles: Cingindo-se áquelles dos sobreditos Officios, e ministerios, que estão hoje em observância neste Reino [...] (*Estatutos*, Liv. II, Tít. VI, Cap. VIII, § 14 e § 15, pp. 366-357).

E

Além disto praticará o Professor a respeito das Regras, que for dando sobre a applicação, assim em geral, como em particular de cada hum delles, o

mesmo, que fica determinado pelo que pertence á prática, e uso das Regras, e dos subsidios da Interpretação, que se deve fazer nas Aulas. E ensaiará também os Ouvintes na prática, e uso das Regras da applicação, e dos differentes Officios do Jurisconsulto (*Estatutos*, Liv. II, Tít. VI, Cap. VIII, § 17, p. 368).

Ainda preocupado com o substrato Ilustrado dos novos *Estatutos* de 1772, esse mesmo historiador aponta para algumas das idéias jus-naturalista que permeavam a reforma das faculdades jurídicas. Contudo, também aqui se percebe uma adaptação portuguesa, cristã do ideário das Luzes, pois “a premissa da razão universal e imutável, tida como a fonte do conhecimento jurídico, sofreu certa adaptação para não ferir os dogmas da fé e da revelação inerentes ao catolicismo” (CARVALHO, F., 2008, p. 93). Portanto, embora o homem fosse naturalmente, originalmente dotado de uma razão perfeita através da qual pudesse apreender o mundo, a sua condição de pecado e rebeldia contra o seu criador corrompera aquela razão, incapacitando-o, então, de uma compreensão plena da realidade ao seu redor. O jus-naturalismo, assim, defrontava-se com os limites dos dogmas da fé cristã, em especial da doutrina do pecado original. Nas palavras de Flávio Rey de Carvalho,

Por serem fruto de um arbítrio humano restrito e corrompido, os entendimentos racionais deveriam, sempre, condicionar-se aos preceitos e aos dogmas do catolicismo, sendo ainda complementados, quando necessário, pelos conhecimentos mais amplos fornecidos pela fé e pela revelação (*Idem.*, p. 94).

Os novos *Estatutos* de 1772 traduzem esse diálogo entre razão e cristianismo, essa leitura das novas Luzes e dos conhecimentos do século através das lentes da fé nos seguintes termos:

A Razão [...] he a fonte de toda a Legislação da Natureza. Della deduzirá os preceitos naturaes, e por Ella os demonstrará; pondo-os na maior luz, e evidência, de que Elles possam ser susceptiveis (*Estatutos*, Liv. II, Tít. III, Cap. V, § 9, pp. 114-116).

Contudo,

porque a corrupção dos corações humanos tem como apagado nelles aquelle fogo sagrado, que a Natureza accendeo nos espiritos dos Homens, para os allumiar na indagação das suas Leis; e a mesma Razão, sendo o patrimonio mais nobre do Homem, se acha nelle como dissipada, destruida e dilapidada pelos maós affectos da vontade, que a tem por hum jugo pezado [...] Confrontallas-ha com a Doutrina Revelada. E só achando-as a ella conformes, se dará por seguro. A Revelação será a bussola, que o guie, e a rémora, que contenha o seu entendimento, para não tropeçar, e cahir no precipício de algum erro. A perfeita harmonia, e concordia da Razão com a Fé, será o unico fiador da exactidão do seu cálculo; da boa combinação das

suas idéas; e sera o unico critério da verdade, e do acerto (*Estatutos*, Liv. II, Tít. III, Cap. V, § 12 e § 15, pp. 114-116).

Ainda, outra importante mudança na rotina de estudos é que, se os Actos, ou os exames por que passavam os alunos, eram anteriormente conduzidos apenas quando da conclusão dos cursos, segundo os novos *Estatutos* de 1772, eles passavam então a ser aplicados anualmente. O trânsito para o seguinte ano de estudos ficava contingente à aprovação naquele exame, que avaliava o conteúdo daquele ano de cada disciplina. De facto, não somente os exames anuais, mas também o próprio trabalho diário na sala de aula permite-nos apreender uma verdadeira mudança de atitude relativamente à verificação e avaliação dos novos saberes adquiridos ao longo dos estudos. Tornavam-se obrigatórios os exercícios literários, que poderiam “se *Vocaes*; ou fazer-se por *Escrito*” sendo que “os Exercicios *Vocaes* ou se podem fazer em todos os Dias lectivos; ou huma só vez no fim de cada Semana, e outra no fim de cada hum Mez” (*Estatutos*, Liv. II, Tít. X, Cap. I, §3 e § 4, p. 496). Os exercícios cotidianos ocupavam “o ultimo espaço da hora das Lições de cada Professor” e tinha por matéria “tão sómente a da ultima Lição precedente. Nelles pedirá o Professor conta della aos Discipulos; e lhes mandará que a repitam, ou pelo menos a sustancia della” (*Estatutos*, Liv. II, Tít. X, Cap. II, §1 a § 3, p. 497). Os novos *Estatutos* indicam ainda que, para o bom andamento destes todos exercícios, os professores deveriam cuidar de “conhecerem todos os seus Ouvintes, e lhes saberem os nomes” (*Estatutos*, Liv. II, Tít. X, Cap. II, §6, p. 499). Certamente, uma outra intenção por trás das frequentes avaliações era ainda promover a assiduidade às aulas e, para tanto, os professores deveriam também fazer uso dos “Catalogos” de alunos, segundo a sua matrícula nos cursos, e dos “Mappas” com os seus respectivos assentos em sala de aula.

A seguir, os denominados “Exercicios Semanarios”, que deveriam ter lugar semanalmente e que incluíam um exercício escrito. Estes tinham lugar aos sábados, sendo comum serem denominados “Sabbatinas”, e eram também eles uma espécie de síntese daquilo que fora exposto em sala de aula ao longo daquela semana. Aqui, os novos *Estatutos* ordenam que

assinaraõ os Professores Juristas aos seus Ouvintes hum Ponto, ou Questão do Direito Controverso, que houver na materia das Lições da respectiva Semana [...] assinaráõ os mesmos Professores Juristas hum Texto da Faculdade, que seguirem os Exercitandos; para que juntamente com as outras Doutrinas das Lições da mesma Semana, possam servir de

materia para os sobreditos Exercícios (*Estatutos*, Liv. II, Tít. X, Cap. II, §14, pp. 502-503).

E, mais importantemente,

Terão porém os Professores muito cuidado, em que assim o sobredito Ponto, e Questão, como o Texto, que assinarem, contenham as materias mais uteis, de maior frequencia no Foro, e de maior uso na prática dos negocios proprios da Jurisprudencia, a que pertencerem (*Estatutos*, Liv. II, Tít. X, Cap. II, §15, p. 503).

No mesmo sábado último do mês, ocorriam ainda os exercícios mensais, segundo o modelo daqueles semanais em forma e sobre a matéria do período.

As provas passam a ser constantes, portanto, sendo que, lembrem-se, estas eram vocais e escritas. Os exercícios escritos semanais deveriam apresentar uma “indagação da *genuina razão* dos Preceitos Juridicos; e do *verdadeiro espirito* das Leis, e dos Canones” (*Estatutos*, Liv. II, Tít. X, Cap. III, §2 p. 506) enquanto os escritos exigidos ao final de cada mês consistiam numa

composição ou de huma breve *Dissertação* sobre algum Texto, ou Questão de Direito; ou de hum *Commentario Analytico*, trabalhado com maior diligencia sobre alguma Lei, ou Capitulo mais notável da materia, em que se exercitarem os Ouvintes (*Estatutos*, Liv. II, Tít. X, Cap. III, §3, p. 507).

Para os reformadores da Universidade, aquela instituição deveria promover um ensino intenso e exigente. A partir dos novos *Estatutos*, os alunos deveriam cursar cinco anos de estudos equivalentes a uma qualificação profissional básica, mas o sexto ano, ou o ano da graduação, consistia um suplemento aos estudos anteriores e era também o ano propedêutico aos actos, ou exames, que outorgavam aos alunos os graus superiores, a saber, os graus de licenciado e de doutor. Relativamente aos tais actos e aos demais exames, Fernando Taveira da Fonseca sugere que:

O modelo de avaliação combinava o método ‘socrático ou dialogístico’ com amplo uso da dissertação. O interrogatório, feito por diversos examinadores pelos quais se distribuíam as diferentes matérias, previamente sorteadas dentre as que haviam sido leccionadas, deveria ser utilizado em exclusivo nos exames dos dois primeiros anos que constituíam o tronco comum dos cursos jurídicos [...] mas constituiria sempre parte essencial de todos os exames (*Ibid.*, p. 57).

Vê-se, portanto, que a valorização da oralidade, da retórica, permanecia uma importante parte das avaliações. Ainda, havia um limite máximo de três reprovações, após o qual o aluno reprovado não poderia mais avançar à formatura ou obter o grau de bacharel. Se se lembrar que aquele último ano era um ano de síntese dos

conteúdos até então apresentados aos alunos, percebe-se que os actos constituíam igualmente um exame de maturidade e crescimento académicos. Para tanto, os *Estatutos* determinavam que um número maior de professores examinadores estivesse presente na avaliação dos candidatos aos graus, compondo a banca examinadora dos mesmos. Os assuntos, deste modo, refletiam a pluralidade de disciplinas e de conhecimentos adquiridos. Esperava-se que a partir do tema sorteado para a dissertação o aluno pudesse explorar, inclusive, as demais matérias e temas conexos. Fernando Taveira da Fonseca argumenta que nessas novas normas pode ser apreendido um importante correlário que servia mesmo de base e que movia os esforços pela reforma da Universidade, a saber:

o correlário prático de um princípio enunciado de forma recorrente: o da necessidade de se explorarem ‘com muito cuidado’ as aptidões do examinando para as actividades práticas que, obtida a formatura, poderia legalmente exercer sem necessidade de qualquer outra prova ou atestação, o da obrigação de os professores não usarem da ‘indulgência de aprovarem os que na sua consciência’ não julgassem capazes para elas (*Ibid.*, p. 58).

Novamente, a dissertação era uma novidade implementada após os *Estatutos* de 1772. Ficava ao cargo dos professores, à Congregação de cada faculdade, fixar o tema desse exame, já no início do sexto ano. Os pontos principais de cada uma das matérias que constituíam o conteúdo dos exames e precediam, assim, à entrada em exame privado. Para esta avaliação particular de cada discente, o número de argumentantes passava de quatro para seis, tendo cada um deles meia hora para os seus questionamentos. Como já foi dito acima, não se permitia ao aluno mais do que três reprovações, sendo que o aluno reprovado era mandado cursar novamente aquele ano de estudos.

De facto, isso que se foi dito até aqui deixa bastante saliente o interesse que tinham os reformadores na qualificação dos futuros servidores do Estado. A Universidade era apreendida como chave na formação de um novo quadro de funcionários e esperava-se, de forma mesmo interessada, que os egressos de Coimbra beneficiassem a ordem social portuguesa, que os graduados bacharéis e doutores fossem os “mais sabios e idoneos”, servindo, assim, à Igreja e ao Estado. Era para esse fim que estes poderes outorgavam à Universidade a responsabilidade de formar e qualificar a sociedade, o que era mesmo o seu “único fim”, na visão dos reformadores.

Não é de modo algum surpreendente que dentre as primeiras medidas tomadas por Sebastião José de Carvalho e Melo quando dos seus esforços em prol da reforma da Universidade estivesse uma total renovação dos seus quadros docentes. De facto, nenhum dos antigos lentes sobreviveu às mudanças encabeçadas pelo Marquês. Contudo, não podemos enxergá-lo apenas como o recrutamento de novos professores, mas também como uma renovação da própria estrutura do corpo docente. Um exemplo disso que dizemos está na criação do cargo de lente substituto, que passou então a ser uma categoria específica e que se fez presente nos distintos cursos daquela Universidade. A sua função explícita, segundo os novos *Estatutos*, era a de salvaguardar a regularidade das aulas e dos exames na incapacidade de qualquer lente efetivo de cumprir com os seus deveres regulares. A partir da Reforma, como bem lembra Fernando Taveira da Fonseca, esses professores substitutos tornam-se “parte do quadro normal e constam da ‘folha académica’ que estabelece os ordenados de lentes e oficiais, promulgada em 22 de Outubro de 1772” (*Ibid.*, p. 63). O corpo docente da Universidade, portanto, passava a ser dividido entre lentes proprietários e lentes substitutos, e lentes atuais e jubilados, dispostos, segundo as distintas faculdades, em Congregações.

Às Congregações coube a função de governar e inspeccionar o funcionamento da Universidade no que diz respeito às rotinas de cada faculdade, nomeadamente nos seus aspectos científicos e formais, onde se entende a organização das atividades letivas e, por fim, das avaliações e dos exames a que devem ser submetidos os alunos de cada curso. Relativamente à função científica das Congregações, Fonseca resume as suas responsabilidades:

As avaliações prospectivas e retrospectivas do estado da faculdade feitas no início e no final de cada ano lectivo; o cuidado de vigiar para que se cumprissem, nos conteúdos e nos métodos, as prescrições dos *Estatutos*; o exame dos livros e compêndios que deveriam ser utilizados; o formato e orientação da feitura dos que de novo se deveriam adoptar; o zelo do contínuo aperfeiçoamento do ensino, pela atenção ao que de novo surgisse, também nos países estrangeiros, e pela adopção do que melhor servisse para o cultivo das ciências professadas (*Ibid.*, p. 64).

Ainda outro aspecto importante, e que, a princípio pode parecer dizer respeito apenas à necessidade de se cobrirem os gastos da Universidade, tem que ver com o aumento das cobranças financeiras impostas aos estudantes. Antes de 1772, os estudos eram praticamente isentos de quaisquer encargos, posto que as taxas cobradas aos alunos quando do ato de matrícula anual era quase nula e

mesmo as propinas pagas ao longo do ano letivo objetivavam tão-somente remunerar os professores pela sua participação especial nos exames e na colação dos graus. Contudo, a partir dos novos *Estatutos* de 1772, entrava em vigor a cobrança, dentre outras, de propinas semestrais de 6,400 réis, destinadas a cobrir aquelas mesmas despesas, sustentando, portanto, o quadro da Universidade. Os *Estatutos* apresentam-nos nos seguintes termos:

E dado que seja [feito] o mesmo Juramento [Academico, quando da matrícula], então subscreverá o dito termo com o seu nome inteiro; e pagará cento e vinte reis para o Secretario, e seis mil e quatrocentos reis para a Arca da Faculdade, e subsidio das grandes e extraordinarias despesas, que se hão de fazer annualmente, para se poder sustentar, e entreter o grande numero de Cathedraicos, Lentes, Substitutos, e mais Officiaes, que indispensavelmente deve haver, para as Lições das Disciplinas, que em beneficio seu, e do Publico, Mando ler nas Escolas Juridicas (*Estatutos*, Liv. II, Tít. I, Cap. IV, § 11, p. 19).

Assim, se, anteriormente, a renda dos professores era dependente de um alto número de alunos, posto serem as propinas de um valor muito baixo, os docentes ficavam, agora, imunes às flutuações no contingente de alunos que ingressavam na Universidade. Segundo Fernando Taveira da Fonseca, “salvaguardava-se assim a sua posição face às consequências que o carácter mais restritivo do acesso aos estudos universitários pudesse acarretar consigo – como de facto aconteceu, diminuindo drasticamente a população estudantil” (FONSECA, 2000, p. 67).

3.3 POSSÍVEIS CONCLUSÕES

Do diálogo com os diversos autores citados acima e mesmo da nossa própria leitura dos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* de 1772, e, mais especificamente, dos apontamentos para os cursos jurídicos, cremos poder chegar a algumas importantes conclusões.

Os fundamentos teóricos da renovação, em especial, dos cursos jurídicos das faculdades de Leis e de Cânones estavam já deitados pelos esforços de homens de letras portugueses desde o início do século XVIII e em muito antecederam esta Ilustração oficial. Estes letrados que a partir das suas viagens além-Pirineus recebiam as notícias dos conhecimentos e avanços científicos que tinham lugar em Europa há longa data pregavam a abertura de Portugal a estas

Luzes do século. Contudo, parece ser possível, sim, dizer que esta reforma oficial do ensino, em termos mais amplos, e da Universidade, em particular, consubstanciou uma Ilustração portuguesa.

A nova Universidade foi mesmo marcada por uma ênfase nas ciências naturais, sobretudo naquelas de que se esperavam as maiores contribuições para a sociedade. Com a reforma, a faculdade de medicina foi modernizada, e ainda novos cursos foram criados. Os cursos jurídicos nas faculdades de Leis e de Cânones, inclusive, foram quase completamente reformulados.

Também dos anos passados em Áustria, como enviado português à corte de D.^a Maria Teresa, o Marquês de Pombal certamente colheu importantes notícias acerca das reformas de ensino promovidas naquele país. Lá, primeiramente, os esforços oficiais eram movidos pelo interesse de trazer o ensino para o controle do Estado, anulando o vasto poder que também em Áustria tinham os padres jesuítas. Lá, primeiramente, o Estado tomava para si o dever de instaurar na Universidade uma nova, ilustrada administração e renovação do ensino. Sebastião José de Carvalho e Melo vivenciou esses esforços e isto certamente teve um impacto sobre os seus próprios trabalhos em Portugal.

Como foi salientado, o facto de a reforma da Universidade ter sido planeada e executada de fora para dentro, ou seja, de forma exógena àquela instituição de ensino denota menos uma renovação pedagógica e mais uma intromissão do Estado, posto que foi este, na pessoa de Sebastião José de Carvalho e Melo, o responsável pela “recreação” da Universidade.

Embora se tratasse de uma renovação ilustrada do ensino, portanto, é inegável o interesse político por trás da reforma.

Em Portugal, como em Áustria e mesmo noutros reinos católicos de Europa, as relações políticas entre a Igreja e o Estado não se equacionavam com os interesses absolutistas dos seus monarcas. A redefinição dessas relações, portanto, num viés claramente regalista e de valorização crescente do poder do Estado era subjacente à reforma. Isto se percebe já na Lei da Boa Razão, de 1769, e, posteriormente, na reformulação do ensino, e do direito nas faculdades jurídicas(1772), inclusive – *vide* a relevância dada ao direito português, por exemplo, e à história civil pátria. Estas mudanças objetivavam o fortalecimento do Estado em face, sobretudo, ao poder da Igreja.

Contudo, lembre-se, Ilustração em Portugal não significou anti-religiosidade. A contestação do poder temporal da Igreja, ou do poder presumido pela Igreja – atitude que balizava as ações de Sebastião José de Carvalho e Melo – não era incoerente com uma atitude mesmo de defesa à religião, à fé cristã.

Também outro interesse motivava o Marquês e os demais reformadores, a saber, a necessidade de revitalizar a administração do Império. Assim, a reforma educacional pombalina foi altamente pragmática e utilitária, pautada nas necessidades mais prementes. Neste caso, a via do ensino foi a tomada para produzir um corpo renovado de funcionários letrados que pudessem bem servir ao Estado. A outorga dos distintos graus era também um convite ao serviço ao Rei e ao Estado.

Assim, revela-se o caráter mais instrumental da reforma de ensino em Coimbra, o que cremos ser um projeto propriamente político por trás da renovação do ensino na Universidade, em especial dos cursos jurídicos.

4. O DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Como já o salientamos antes, o objetivo principal deste trabalho, é a investigação daquilo que cremos ser um projeto político, propriamente, por trás das reformas pombalinas de ensino conimbricense, conforme exposto nos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1772. Contudo, as ligações possíveis entre este nosso trabalho e um debate historiográfico mais amplo, que não se encerra no estudo das reformas promovidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, não podem ser desprezadas. De modo especial, referimo-nos ao debate acerca da relevância dos estudos na Universidade reformada para os alunos brasileiros que lá afluíram. De facto, muitas das personagens à frente do movimento de Independência passaram por aquela instituição e, como argumentam diversos historiadores, algum impacto isso teve sobre o seu pensamento político. Para alguns pesquisadores, inclusive, como veremos mais adiante, a “cultura política” (re)produzida na Universidade reformada foi uma importante variável na opção pela manutenção do regime monárquico quando da ruptura desta antiga colônia com a sua progenitora européia.

Embora o estudo dos novos *Estatutos* de 1772 apenas não nos permita, de forma concreta, resolver essa problemática, permite-nos uma aproximação a esse debate e, cremos, algumas contribuições importantes. As nossas próprias conclusões aqui podem ser acessadas para uma melhor compreensão daquilo que se buscava (re)produzir no âmbito da Universidade, a saber, uma certa visão de mundo, determinados valores, por exemplo. Essa compreensão é uma condição *sine qua non* para a posterior avaliação do impacto dos estudos superiores em Coimbra sobre os alunos brasileiros. Outra importante parcela da historiografia até ao momento têm-se caracterizado por uma espécie de denúncia, em muitos aspectos contundente, do escopo limitado da Reforma do ensino, e, em especial, do ensino conimbricense, e dos poucos sucessos de Pombal. Também evitaremos aqui declarações assim audaciosas. Contudo, reiteramos que é somente a partir de uma bem-fundada avaliação dos objetivos de Pombal para a Universidade que se podem alcançar conclusões mais acertadas acerca do sucesso ou insucesso da Reforma.

A seguir, desejamos apresentar, portanto, esse mesmo debate historiográfico, trazendo aquelas que cremos serem as contribuições mais relevantes

e que mais tangem nas repercussões da Reforma da Universidade de Coimbra sobre os alunos brasileiros.

4.1 A INFLUÊNCIA DE COIMBRA SOBRE OS BRASILEIROS QUE ADMINISTRARAM A INDEPENDÊNCIA

Para José Murilo de Carvalho, o fato de a independência brasileira, à época um evento inevitável, ter resultado num regime monárquico constitucional “deveu-se fundamentalmente a uma opção política entre outras alternativas possíveis” (CARVALHO, 2003, p. 15). Não descarta, de forma alguma, que por ser vista por muitos como única a capaz de evitar a fragmentação territorial e política, ou uma guerra civil, ao mesmo tempo em que capaz de preservar a ordem e, conseqüentemente, a escravidão, a opção pela monarquia fosse talvez a mais vantajosa, mais viável. Entretanto, segundo o autor, seria um grande erro concluir que este fato por si só já explique a decisão por um regime monárquico. Sugere ele que uma análise mais completa do processo de independência passe, necessariamente, por um estudo pormenorizado daquelas personagens que, por fim, decidiram pela monarquia, a saber, a elite política à frente do movimento de independência, definida por este autor, em termos básicos, como aqueles detentores de posições formais de poder político, ou seja as pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo. Carvalho entende que:

a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte conseqüência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento. (*Ibid.*, p. 21).

Por compreender, ainda, que essa homogeneidade tenha sido fruto mesmo do processo de socialização daquela elite, empreende um exame de sua educação, ocupação e carreira política. Destes, o que mais interessa a este presente estudo é tão-somente o tratamento que Carvalho dá à questão da homogeneidade por via da educação.

“Nos [países] de revolução burguesa abortada, como Portugal, predominou na elite o elemento burocrático” (*Ibid.*, p. 32). Assim, começa o autor, grande importância era necessariamente atribuída ao treinamento recebido por essa elite para o exercício de cargos públicos. Era mesmo, diz Carvalho, um processo de “profissionalização” daqueles empregados de Estado, processo este que acabava por esvaziar cada vez mais a relevância de sua origem social, uma vez que, independentemente desta, eram todos preparados para cumprir as tarefas do governo. Um bom exemplo disto é que

a magistratura portuguesa, o principal setor da elite, era recrutada em boa parte em camadas não-nobres. A homogeneidade nesse caso tendia a ser de natureza ideológica, gerada pelo treinamento e pela socialização antes que pela origem social. (*Ibid.*, p. 33).

Segundo Carvalho, essa elite política portuguesa buscou, sistematicamente, criar, em sua colônia brasileira, uma outra elite segundo suas próprias características. “A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e tornou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo da magistratura e do Exército” (*Ibid.*, p. 37). Assim, havia também deste lado do Atlântico uma elite dotada de um alto grau de homogeneidade ideológica, resultado de sua formação em Portugal, e treinada, como sua progenitora metropolitana, para funções e cargos de um Estado absolutista. Ainda, era uma homogeneidade tal que, a despeito de uns poucos desvios, insulava aquela elite em relação a ideologias revolucionárias mais propriamente democráticas ou republicanas. Essa elite tinha como um de seus mais altos valores políticos o fortalecimento do Estado Absolutista e os seus membros compartilhavam de uma linguagem comum, o que, segundo Carvalho, possibilitou um

acordo básico sobre a forma de organização do poder... [que] permitiu o processamento não-traumático dos conflitos constitucionais relativos à organização do poder, e também dos conflitos substantivos oriundos do choque de interesses materiais. (*Ibid.*, p. 42).

Baseado em estatísticas claras e concretas, fundamentadas em pesquisas de diversos outros autores, este historiador aponta que a grande maioria dos membros da elite política brasileira à frente do movimento de independência era diplomada na Universidade de Coimbra. Assim, a educação superior terá sido, sugere ele, uma variável poderosa no processo de unificação ideológica daquela

elite. Para Carvalho, a elite era mesmo uma “ilha de letrados”, visto que todos possuíam educação superior, ao passo que isso acontecia a poucos indivíduos fora a essa elite. Ainda, “a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em conseqüência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades” (*Ibid.*, p. 65). A concentração de alunos oriundos de distintos sítios brasileiros em Coimbra, e a centralidade de um só curso, cujo currículo era ditado, após as reformas pombalinas, pelo Estado Absolutista, eram fatores que, *de facto*, promoviam um alto grau de homogeneidade de valores e de linguagem.

Também Lucia Maria B. P. das Neves propõe que a educação conimbricense fornecia uma matriz razoavelmente homogênea de conhecimentos e habilidades e que tinha como alvo aqueles indivíduos que preencheriam os cargos mais altos da administração do Estado.

Segundo esta autora, os egressos daquela Universidade, mesmo aqueles que lá estudaram já durante o reinado de D.^a Maria I, acreditavam que o fortalecimento do Estado passava necessariamente pela adoção de medidas de caráter pedagógico. Assim, pretendiam uma renovação cultural e mental por meio dos estudos superiores; dito de outro modo, instrumentalizavam as Luzes e os novos saberes que chegavam a Portugal com o intuito de “formar uma elite na colônia capaz de participar de uma aristocracia de mérito, destinada a substituir a nobreza de sangue, mas sem abalar as estruturas vigentes, e habilitada para colaborar, ao mesmo tempo, no projeto do império luso-brasileiro” (NEVES, 2003, p. 32).¹⁶

Para Lucia Maria B. P. das Neves, a reforma da Universidade visava à formação de um novo quadro de funcionários aptos, então, para preencher os altos cargos da administração pública. Outro produto da reforma, e não menos importante que aquele, é que “a Universidade de Coimbra passou a servir como principal instrumento de homogeneização, em termos de valores e padrões de comportamento dos indivíduos que pertenciam à elite” segundo essa historiadora (*Ibid.*, p. 29). Esses indivíduos seriam ao mesmo tempo “bons cidadãos”, prontos para contribuir, segundo a sua formação, com os interesses do Estado, e “bons cristãos”, imunes aos excessos anti-religiosos das Luzes.

Outra importante hipótese de Lucia Maria B. P. das Neves é que foi justamente no âmbito da Universidade reformada que os alunos que para lá afluíam

¹⁶ Para mais sobre este assunto, *vide*: DIAS, M. O. da S. *Aspectos da ilustração no Brasil*. In: **Revista do Instituto Histórico-Geográfico do Brasil**. 278:105-170, Jan-Mar. Rio de Janeiro, 1968.

entravam em contacto com o que ela chama de cultura política lusitana. Dito de outro modo, as reformas podem ser compreendidas, segundo a autora, como reflexos de determinada cultura política – cultura que, num segundo momento, fazia reproduzir-se por meio daquela mesma Universidade, entendemos. Devemos, aqui, perceber cultura política como o conjunto das práticas políticas e culturais de dada sociedade, em determinado período histórico. Como diz ela, não se trata apenas das crenças e dos saberes que constituem as práticas políticas, que fundamentam as atividades políticas daquela sociedade, mas também as próprias normas que definem a identidade e a postura dos seus participantes, que legitimam ou invalidam as suas reivindicações. Obviamente, discursos mais ou menos divergentes coexistem sempre, embora essas atitudes sejam largamente partilhadas pelos membros daquela sociedade ou de determinada unidade sua. As expressões gerais de determinada cultura, sejam as suas normas, os seus valores, as suas representações, caracterizam-se por significados múltiplos, embora semelhantes, não únicos ou idênticos, mas compartilhados pelos seus membros. Os novos discursos caminham lado a lado, sobretudo em períodos de mudanças, com os discursos que o antecedem, com as práticas ditas antigas. Explica, para esta autora, a base religiosa da Ilustração portuguesa, considerada por ela como a semente da cultura política lusitana e, num segundo momento, a matriz da Independência brasileira.¹⁷

Essa autora assim conceitua a sua análise, pois crê poder deste modo “distinguir os interesses dos diversos grupos sociais e a natureza de seus propósitos, à medida que se estruturam no interior dessa cultura, a partir e através dessas práticas” (*Ibid.*, p. 26). Lembremo-nos, porém, que em seu trabalho Lucia Maria B. P. das Neves preocupa-se menos em escrutinar a construção dessa cultura, propriamente, e mais em enxergar o diálogo entre os egressos de Coimbra que estiveram à frente do movimento de Independência brasileiro; deseja, portanto, “situar os principais atores que a manipularam, exprimindo, nessas práticas e símbolos, os seus valores e objetivos” (*Ibid.*, p. 27).

¹⁷ Sobre o conceito de cultura política, *vide* também: SANI, G. *Cultura Política*. In: BOBBIO, N. et al. Dicionário de política(Org.) 5ª ed. Brasília: Ed. Univ. Brasília, 2004.; CHARTIER, R. *Cultura política e cultura popular no Antigo Regime*. In: **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

Ambos os autores acima, José Murilo de Carvalho e Lucia Maria B. P. das Neves, apreendem as reformas da Universidade de Coimbra como medidas esclarecidas, resultantes das Luzes e da sua absorção em Portugal.

Na sua tese de doutoramento publicada a 2001 sob o título *A construção do Estado-Nação no Brasil: A contribuição dos egressos de Coimbra*, a historiadora Ruth Maria Chittó Gauer argumenta também a favor da influência formadora de Coimbra sobre aqueles que estariam posteriormente à frente da construção do novo Império do Brasil. Segundo ela, “foi através dos Egressos de Coimbra que a legislação do Estado-Nação foi construída” (GAUER, 2001, p.39). Esta teria sido, então, a principal contribuição de Coimbra. Trata-se, na verdade, de um posicionamento algo diferente dos demais historiadores brasileiros citados acima e que esmiuçaremos a seguir.

Gauer lembra que a legislação aplicada na colônia foi construída teoricamente na Universidade de Coimbra. Sendo assim, aquela instituição de ensino estaria presente desde o início da presença portuguesa na América. Não somente foi a legislação elaborada primeiramente, mas também estudada e diversas vezes reavaliada segundo os acontecimentos pelos alunos que por lá passavam. Portanto, em suas palavras, Coimbra “acompanhou a edificação de nossa nacionalidade através da normatização dos costumes e da aplicação das leis desde os primeiros núcleos de povoamento até a consolidação do Estado-Nação” (Ibid., p. 41).

Tanto os portugueses nascidos na metrópole quanto os portugueses americanos viam nos estudos jurídicos em Coimbra a possibilidade de participação na gerência e administração das colônias, ou, mais especificamente, do Brasil. Em se tratando de modo especial daqueles nascidos deste lado do Atlântico, a sua elevação ao status de elite letrada, corroborando, deste modo, a sua comum participação na elite também econômica local, passava necessariamente por Coimbra. Basta lembrar-nos que, por ordem régia de longa data, não havia no vasto império português outra Universidade que não aquela encontrada na metrópole. Portanto, como diz Gauer, “Portugal vinculou a formação das camadas dominantes da colônia à metrópole devido à ausência de possibilidade de montar no Brasil instituições de ensino superior” (Ibid., p. 42).

Esta singularidade ou unicidade de Coimbra dotava-lhe de uma prerrogativa que não tinha, por exemplo, uma Universidade qualquer no reino Castelhana.

Coimbra servia de uma espécie de centro radiador do pensamento, do conhecimento, ou ao menos o centro oficial da construção desse conhecimento, mantendo, assim, a tradição portuguesa. Onde quer que tivesse lugar a formação inicial dos muitos súbditos do Império português, a sua formação superior e aquisição dos graus necessários para o ingresso na administração desse Império dava-se em Coimbra. Novamente, ao retornarem aos seus sítios de origem distinguiam-se agora das diversas elites locais, ou nelas destacavam-se, pelo facto de possuírem os seus bacharéis ou doutoramentos.

Nos seus estudos, Ruth Maria Chittó Gauer volta-se especificamente para a atuação desses letrados, para a sua carreira pública. Esta historiadora entende que essas importantes personagens:

falam através de suas atividades, em seus discursos, em sua produção escrita. É a fala de um segmento da sociedade brasileira que atuou na organização da nacionalidade e do Estado brasileiro de forma intensa e extremamente significativa durante a última fase do período colonial; é em parte, a fala da Universidade que os formou (*Ibid.*, pp. 45-46).

É importante enfatizarmos, novamente, que embora fossem na sua grande maioria membros das elites locais, elites econômicas – de facto, os alunos brasileiros em Coimbra eram comumente identificados como filhos de grandes fazendeiros – esses egressos universitários eram também singularizados pelos diplomas que a partir de então possuíam. Eram esses diplomas, então, que legitimavam, e mesmo requeriam a sua atuação pública, política, não o facto de serem já associados à elite econômica local. Portanto, embora o status social de elite fosse na grande maioria dos casos já existente, esses egressos eram ainda mais distinguidos do restante da população local. Ainda nas palavras de Gauer:

[...] Esse grupo de profissionais com curso superior tornou-se o símbolo do conhecimento no Brasil: foram eles que atuaram em todos os campos de conhecimento. As funções que exerceram foram legitimadas pelo título superior, ultrapassando a representação de uma simples categoria econômica privilegiada (*Ibid.*, p. 47).

Como bem salienta esta autora, as funções e os cargos públicos ou políticos que desempenharam esses ex-alunos de Coimbra dão testemunho da vasta atividade a que foram chamados após a conclusão dos seus estudos superiores. Trata-se aqui de um corpo altamente técnico, presente nos mais diversos âmbitos da administração do Estado. Diz ela:

O acúmulo de cargos e funções leva-nos a concluir a importância desses brasileiros na construção da nacionalidade e da cultura brasileira. Foram os organizadores dos grandes códigos do Império e das Academias Científicas, dos primeiros cursos superiores, das primeiras sociedades culturais. O caráter público da autoridade 'científica' deu aos Egressos de Coimbra o poder de atuar significativamente nessa construção (*Ibid.*, p. 49).

Segundo os dados coletados por Gauer, entre 1772 e 1820, ou seja, durante e mesmo no período posterior às reformas implementadas pelo Marquês de Pombal, foram lá bacharelados ou licenciados 316 brasileiros em Leis, 153 em Cânones, 14 em Teologia, 48 em Medicina, e 43 em Filosofia e 40 em Matemática. No mesmo período, apenas 35 brasileiros foram lá doutorados. Lembremo-nos que segundo os novos Estatutos de 1772, o grau de Doutorado implicava na produção e defesa de uma dissertação; portanto, foram 35 dissertações cujas autorias podem ser atribuídas a alunos brasileiros. Ainda segundo Gauer, foram 11 brasileiros doutorados em Leis, 8 em Cânones, 8 em Teologia, 5 em Filosofia, 2 em Matemática e 1 em Medicina.

Os novos autores adotados pela Reforma pombalina e os seus compêndios eram bastante conhecidos pelos estudantes e mesmo apreendidos como o que havia de novo e de mais laudável à altura. Como mostramos acima, estes autores escolhidos a dedo pelos reformadores propunham uma nova concepção do direito romano, adequando-o a interesses regalistas de modo a sustentar o poder régio em detrimento da ingerência da Igreja sobre os assuntos de Estado. Contudo, outros autores tidos como revolucionários ou anti-religiosos, tais como Montesquieu, Voltaire, Boerhave, Martini e outros, eram também conhecidos do meio acadêmico, quer docente quer discente. Essa constatação leva Ruth Maria Chittó Gauer a concluir, em contraste claro aos autores citados acima, que “ [...] a formação de Coimbra, em que pese a especificidade do Iluminismo português, não propiciou o isolamento e a homogeneidade ideológica, defendida por muitos historiadores” (*Ibid.*, p. 71). Nesta afirmação, podemos perceber que, para Gauer, a comunidade acadêmica não pode ser analisada como um grupo separado, à parte da sociedade, posto que compartilham do mesmo *ethos* social, das mesmas concepções e representações. Em outras palavras, argumenta que aquilo que fundamentava a ordem social tomada em seu sentido mais amplo, fundamentava também a ordem social da Universidade.

Podemos dizer que, como já salientamos acima, o ambiente de Coimbra, mais especificamente, e mesmo em Portugal, refletia o interesse renovado pelas

ciências que se fazia presente há algum tempo em outros reinos europeus. Os reformadores encarregados dos novos Estatutos de 1772 partilhavam, portanto, desses mesmos ares de modernidade. Se algumas camadas da sociedade portuguesa ainda se fechavam para as novas Luzes, o mesmo não pode ser dito do meio acadêmico. Coimbra era uma cidade que tinha em seu centro, centro de toda a sua existência aquela Universidade homônima. Era uma cidade verdadeiramente cosmopolita aonde afluíam não somente os alunos portugueses e estrangeiros, mas ainda professores de diversas nacionalidades, convidados pelos reformadores e instigados pela abertura que Portugal promovia sob o signo de Pombal. Também, então, eram motivados os professores portugueses a complementar os seus estudos em viagens às demais Universidades européias, sendo esta uma prática fomentada pela Reforma.

Percebe-se aqui também o grande investimento feito pelos reformadores em prol de um novo discente, novo bacharel e novo doutor. Os egressos de Coimbra formados segundo os novos Estatutos de 1772 tornaram-se o modelo do novo Portugal, de um Portugal à altura das demais nações européias. Essa era a intenção dos reformadores, mas, antes do mais, era sobretudo o anseio do Estado, era a aposta de Pombal. Como sugere Gauer, “a Reforma foi pensada pela comissão como uma ação política que partiu de fora da Universidade” e esta acabou por tornar-se “um organismo estatal, exclusivamente a serviço dos ideais ético-políticos do próprio Estado” (*Ibid.*, p. 125). Embora, como já mostramos acima, a Reforma tenha sido orientada pela obra de diversos ilustrados, foi o Marquês de Pombal que tomou para si responsabilidade de renovar a Universidade. Era a sua opinião, bem como a dos demais reformadores, que a Universidade deveria formar aqueles que devolveriam a Portugal o seu lugar de direito, lugar de destaque entre as nações. Assim, era de certo modo a Universidade a encarregada de solucionar os problemas de Portugal, quer no âmbito cultural, econômico, administrativo, etc.. Dito de outro modo, cria-se que a ciência ou a promoção das Luzes seria capaz de encaminhar a sociedade portuguesa rumo ao progresso. Ruth Maria Chittó Gauer o explica assim: “na visão dos reformadores, a ciência teve um sentido, o sentido de solucionar os problemas humanos, de transformar a história da civilização portuguesa” (*Ibid.*, p. 136).

Era, certamente, uma visão também pragmática das Luzes. Não era a criação de algo novo, de novos saberes, mas o uso daquilo que de novo havia em prol do avanço do Estado e da sociedade. Gauer o conclui nestes termos:

A Universidade era vista como uma instituição que desempenhava um papel histórico que ia para além dos limites burocráticos, o que a deslocava da condição meramente contemplativa para uma ação transformadora, funcionando como um 'laboratório' que pudesse propor à sociedade a consciência do que ela 'era' e do que poderia vir a ser (*Ibid.*, p. 142).

Se aceitarmos este argumento, a atuação dos reformadores poder ser compreendida como um sucesso, ao menos relativamente aos alunos brasileiros que posteriormente atuariam na formação e consolidação do novo Estado, o novo Império do Brasil. Foram as suas ações sociopolíticas e político-administrativas que deitaram as bases dessa nova nação.

Outro autor que salienta a atuação dos egressos de Coimbra na construção do futuro Império do Brasil é o historiador brasilianista Kenneth Maxwell. Em seu *Chocolate, piratas e outros malandros - Ensaios tropicais*, de 1999, ele volta os olhos para a chamada “geração de 1790”, geração de ex-alunos de Coimbra reformada, e o desenvolvimento da idéia de um império luso-brasileiro. No seu entender, a atuação desses egressos pode bem ser apreendida como um reflexo das medidas de Pombal para aquela Universidade.

Para Maxwell, a opção pela monarquia quando do movimento de Independência brasileiro deve ser entendida como o resultado de influências múltiplas sobre aqueles que estiveram à frente desse movimento. O que esse historiador chama de “uma solução peculiarmente luso-brasileira”, portanto, foi o reflexo do singular contexto sócio-político da época, mas também o reflexo de algo que de longa data se fomentava de certo modo a partir da Universidade de Coimbra.

Indubitavelmente, um fator que grande impacto teve sobre a decisão pela manutenção do regime monárquico foi a revolta dos escravos de São Domingos, uma importante colônia francesa do Caribe – o atual Haiti –, em 1792. Segundo Maxwell, aquele levante foi mesmo “um terrível despertar para os senhores de escravos que haviam, ingenuamente, falado sobre república e revolta, sem se aperceber das conseqüências sociais e raciais de suas palavras” (MAXWELL, 1999, p. 165). O flerte com idéias mais liberais ou republicanas a que ele alude aqui foi refletido na revolta mineira de 1789 e seria percebido ainda na revolta dos artesãos da Bahia de 1798. Segundo este historiador, o fato de esta última ter sido planejada

por homens pardos e mulatos serviu de sinal às elites brancas de que “as idéias de igualdade social, se propagadas em uma sociedade onde apenas um terço da população era branca, seriam, inevitavelmente interpretadas em termos raciais” (*Ibid.*, p. 167). O republicanismo, então, fora grandemente desacreditado, no seu parecer, pelos insucessos dessas duas inconfidências, aquela oligárquica e esta última partindo do povo miúdo, bem como pela associação agora feita pela elite entre republicanismo e tumultos sociais e, sobretudo, raciais. Estava aberto o caminho, portanto, para uma solução intermédia – uma solução de “compromisso com a metrópole” ou de “acomodação”, diz ele. A revolta de São Domingos certamente não foi sentida apenas no Brasil, mas nesta colônia que tinha o maior contingente de negros, livres ou ainda escravos, a possibilidade de uma insurgência em larga escala era um forte argumento contra idéias mais liberais.

Outro fator de promoção da solução monárquica salientado por Maxwell pode ser visto na atuação de alguns egressos de Coimbra. Entre os anos de 1796 e 1800, esteve à frente da pasta dos domínios ultramarinos o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Afilhado de Sebastião José de Carvalho e Melo e jurista formado em Coimbra, onde ingressara aos 17 anos, em 1772, o 1º Conde de Linhares é visto pela historiografia como o principal defensor da mudança da corte para a América e da idéia do Reino Unido, ou Império luso-brasileiro. Esta proposta de reorganização do mundo português foi percebida pelas elites brasileiras como uma oportunidade de mudança política, contudo sem os temidos reflexos no âmbito social. Para Kenneth Maxwell, os esforços de D. Rodrigo, e de outros políticos metropolitanos mais abertos ao diálogo com seus pares brasileiros, serviram para aplacar e cooptar os desejosos de medidas mais liberais, permitindo-lhes a participação, ainda que de certo modo limitada, na política da Corte. Diz Maxwell:

Esta colaboração entre os intelectuais brasileiros e os ministros esclarecidos produziu uma idéia imperial, de inspiração luso-brasileira, que foi além do nacionalismo, em direção a uma solução mais ampla, de caráter imperial, tentando desarmar as tensões Metrópole-Colônia” (*Ibid.*, p. 190).

D. Rodrigo conseguiu agregar em torno de si personagens importantes como José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel Ferreira da Câmara Betencourt, frei Mariano Veloso, Hipólito da Costa, José da Silva Lisboa, dentre outros.¹⁸ Muitos daqueles

¹⁸ Para mais acerca da vida e obra de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, vide SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-**

que se aproximaram das idéias de D. Rodrigo, em especial da sua proposta de Império, teriam, posteriormente, um importante papel na construção do Império do Brasil e na administração desse novo Estado. Portanto, como conclui Kenneth Maxwell, a manutenção da casa monárquica na antiga América portuguesa deve ser apreendida como o reflexo da atuação da “geração de 1790, que emprestou racionalidade à análise dos problemas coloniais e, com fé otimista, projetou um grandioso conceito de império luso-brasileiro” (*Ibid.*, p. 191). Uma geração de egressos de Coimbra, filhos de uma Universidade reformada segundo o projeto pombalino.

Uma importante digressão é-nos aqui permitida a partir do que foi dito acima. Embora seja movido por propósitos diferentes dos nossos, o trabalho da historiadora Teresa Cristina Kirschner acrescenta uma faceta importante às nossas próprias considerações. Buscando as correlações entre o pensamento do filósofo inglês Edmund Burke e o pensamento de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, especificamente, Kirschner permite-nos traçar algumas importantes notas acerca do pensamento da elite luso-brasileira formada em Coimbra, de modo mais amplo. Diz ela:

No final dos Setecentos e início dos Oitocentos, a ala ilustrada dessa elite filiou-se a uma matriz de pensamento político moderado que incluía, além de Montesquieu, os nomes de Edmund Burke, Jeremy Bentham e Benjamim Constant. As referências a esses autores eram freqüentes no período, e Edmund Burke mereceu especial destaque dos homens de letras do império português (KIRSCHNER, 2003, p. 677).

Em breves palavras, o que de maior apelo havia na obra de Burke, segundo o apreendiam os “homens de letras” da elite coimbrã, era a sua defesa dos costumes e da tradição, do providencialismo e dos limites da razão humana, bem como da prática das virtudes e dedicação ao bem comum. Segundo esse filósofo, estes eram os verdadeiros esteios da sociedade política, da civilização.

Teresa Cristina Kirschner defende que D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o Conde de Linhares, e José da Silva Lisboa, em maior grau, eram os dois principais propagandistas das idéias de Burke. Este, inclusive, publicou em 1812, enquanto um dos diretores da Impressão Régia, a obra *Extratos das Obras Políticas e Econômicas de Edmund Burke*. Para Kirschner, ambos esses políticos percebiam

em Burke a possibilidade de “iniciar o público leitor do império português nos corretos princípios políticos ‘que exaltam os sentimentos de lealdade e honra nacional e expõem os falsos princípios da anarquia e tirania da França’” (*Ibid.*, p. 680).

O nosso próprio interesse pelas afinidades entre o pensamento de Burke e Cairu, expostas na pesquisa de Kirschner, explica-se pela possibilidade de percebermos na intercessão desses dois autores o amálgama de tradição e modernidade que caracterizou a cultura política da elite luso-brasileira formada em Coimbra após as Reformas Pombalinas, e que para ela fundamentava “uma visão orgânica da sociedade e uma valorização positiva da tradição, que tornavam inaceitáveis algumas vertentes do iluminismo francês” (*Ibid.*, p. 681).

De facto, isso pode ser claramente visto no pensamento de José da Silva Lisboa e, se aceitarmos que esse pensamento era compartilhado, ainda que de modo geral, com maior ou menor aproximação, pelos seus pares letrados, seus escritos permitem-nos acessar tentativamente a cultura desse grupo. Um importante exemplo, portanto, encontra-se na *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum*, um periódico escrito pelo Visconde em 1821 e cujo maior interlocutor era mesmo a elite letrada do reino. No seu primeiro número, já diz que o objetivo maior daquele jornal era o “o provimento da instrução pública, abrindo a estrada da honra aos talentos e virtudes.” (LISBOA, José da Silva, *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum*, 1821, no. 1 *apud* KIRSCHNER, 2003, p. 684). Teresa Cristina Kirschner argumenta claramente que Lisboa enxergava no seu próprio trabalho público e na sociedade, como um todo, a função de:

formar cidadãos úteis à Igreja, à pátria e à humanidade, sempre prontos a sacrificar, sendo necessário, o próprio interesse ao bem público, como exige a constituição do mundo, pela estabelecida ordem do regedor da sociedade; no que consiste a genuína virtude, religiosa e civil (*Ibid.*, p. 684).

A conclusão a que essa historiadora chega acerca do pensamento de José da Silva Lisboa, e de seus contactos com a obra de Edmund Burke é que aqui se pode ver o que ela entende, aos moldes de Koselleck, por “espaço de experiência”. Por um lado, Lisboa mantinha-se ligado à formação adquirida no *Ancien Regime*, nas letras da Universidade de Coimbra reformada pelo Marquês de Pombal, o que lhe dotava de uma determinada “visão do passado”; por outro lado, era também um homem de

algum modo moderno, aberto às Luzes do seu tempo, e, portanto, a um determinado “horizonte de expectativas”. Diz ela:

Seu ‘passado-presente’ era formado pela experiência política portuguesa pombalina, de intenções modernizantes e racionalizadoras do ponto de vista administrativo, e voluntarista, do aspecto político. Ao mesmo tempo, a sua experiência conservava algumas idéias do modelo político corporativo do Antigo Regime, de forte significação cristã, no qual interesses públicos e interesses privados, embora distintos, eram vistos como naturalmente passíveis de harmonização em benefício do interesse do bem comum (*Ibid.*, p. 691).

A sua compreensão da sociedade era, assim, adepta a Burke no que diz respeito à sua defesa da tradição e da ordem e centrava-se, de modo especial, nos aspectos contra-revolucionários da sua obra, mas mantinha-se refratária ao que de mais revolucionário havia nos demais pensadores políticos do seu tempo. Isto que chamamos acima duma espécie de amalgama de tradição e modernidade pode ser teorizado como um reflexo da cultura (re)produzida pela Universidade de Coimbra reformada, ou mesmo pela adesão de Lisboa a essa cultura. Embora este não seja o nosso objetivo primeiro aqui, é, certamente, algo que deve ainda ser aprofundado pela historiografia que trata da influência de Coimbra sobre os homens que administraram a Independência do Brasil e é, por suposto, um interesse de nossas pesquisas futuras.

Daqueles trabalhos de mais longa data, destacaremos apenas alguns, posto que somente de modo muito indireto aludem à influência de Coimbra sobre a elite política que estaria à frente do movimento de Independência brasileiro, posto que no mais das vezes apenas constataam a sua formação em Coimbra reformada.

Carlos Guilherme Mota, no seu *A idéia de Revolução no Brasil e outras idéias*, apresentou as suas considerações acerca do papel de D. Luís da Cunha e a sua proposta de um Império luso-brasileiro – idéia que seria posteriormente reinterpretada para servir à construção do Império do Brasil. Diplomata português presente nas negociações de Utrecht, D. Luís, com as considerações na forma de instruções políticas atribuídas à sua pena, é considerado a grande influência política sobre aquele que seria o futuro Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo. É de se notar que a indicação de Pombal ao cargo de ministro do rei D. José I é mesmo devida a D. Luís e encontrada no seu *Testamento Político* ao então príncipe pouco antes da sua coroação. “Com efeito”, diz Mota, “uma linha direta pode ser traçada de D. Luís ao Marquês de pombal e a D. Rodrigo de Sousa

Coutinho, e deste a José Bonifácio de Andrada e Silva, homem da Ilustração e principal articulador da Independência do Brasil” (MOTA, 2008, p. 274). Destes, o único que não se podia chamar filho de Coimbra era D. Rodrigo, posto que se graduou no Colégio dos Nobres. Todos, porém, eram bastante viajados, podendo ser chamados de estrangeirados, homens ilustres e de inclinação reformadora.

Sobre a reforma da Universidade, especificamente, Carlos Guilherme Mota, em sintonia com as demais argumentações apresentadas até aqui, salienta o caráter pragmático da reforma. Voltada para as necessidades prementes do Estado português, a nova Universidade formou muitos dos alunos que por lá passaram, em especial os brasileiros, em especialidades complementares ou concomitantes, como, por exemplo, em Leis e Cânones ou em Leis e Filosofia ou Matemática. Ainda, se a política de vigilância de Pombal não coibiu por completo a leitura dos autores mais revolucionários da época, para Mota, os alunos que lá estiveram, cientes dos seus próprios direitos aristocráticos, não foram por eles entusiasmados. Posteriormente, já sob o comando de D. Rodrigo, enquanto ministro de D.^a Maria I, esses letrados foram arregimentados pelo Estado para as funções que deles se esperavam. “Foi um longo período,” diz Carlos Guilherme Mota, “em que se inventariou e se pesquisou de quase tudo, do óleo da mamona ao urucum e à cânfora, e se fizeram vários estudos geográficos e levantamentos estatísticos” (*Ibid.* p. 287). Um bom exemplo disso seriam as viagens mineralógicas do próprio José Bonifácio. E, ainda, deve-se ter em conta que desses egressos saíram os responsáveis pela condução da Independência, os membros da Constituinte de 1823, os formuladores das duas primeiras Universidades no Brasil, etc.. Homens prontos, resumidamente, para a administração dos negócios de Estado. Por fim, Mota considera que a elite envolvida com o movimento de Independência brasileiro tinha na monarquia, acima de tudo, a manutenção da escravidão e a recusa dos excessos do liberalismo democrático.

Outro historiador, João Cruz Costa, responsável pelo capítulo II, do livro segundo, do tomo II da obra *História geral da civilização brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, já então considerou, ainda que muito superficialmente, a contribuição de Coimbra para a Independência. Para ele, “os intelectuais brasileiros que atuaram no Brasil nos primeiros anos do século XIX – e o exemplo mais perfeito deles é José Bonifácio – eram representantes das novas diretrizes intelectuais da Universidade reformada” (COSTA, 2003, p. 203). Contudo, ainda que as novas idéias marcassem os alunos brasileiros que lá afluíam, segundo Costa, a

Independência brasileira pouco tinha que ver com a contribuição de Coimbra e mais com as transformações sofridas no mundo das colônias americanas e, no caso desta colônia portuguesa, aceleradas com a vinda da família real em 1808. “O que a colônia não obtivera em três séculos, obtinha agora em menos de uma década”, argumenta João Cruz Costa (*Ibid.*, p.206) em alusão à abertura dos portos, fundação da Imprensa Régia, criação das diversas escolas, dentre outros atos régios quando da permanência da corte neste canto do reino.¹⁹ Se outras propostas havia para um Brasil independente, a opção pela monarquia não é por este autor ligada a uma contribuição conimbricense à cultura política daqueles que promoveram essa opção, mas, sim, aos interesses econômicos ingleses e a uma política aristocrática que negava os extremismos da época, buscando sempre o “justo meio”. No seu entender, Liberalismo Monárquico ou “o Constitucionalismo foi a solução encontrada para aceitar o progresso na ordem, salvar a liberdade e escapar à licença, ao fantasma do Despotismo” (*Ibid.*, p. 215) e a Independência foi uma simples “transferência de poder dentro de uma mesma classe”, cujos beneficiados foram, segundo ele, a elite composta pelos senhores de terras, de engenhos, e pelos letrados.

Outra das hoje clássicas considerações acerca da Independência brasileira vem da pena da historiadora Emília Viotti da Costa, quando da publicação da obra *Da monarquia à república: momentos decisivos*. No capítulo intitulado “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”, esta autora aponta, ainda que indiretamente, para a Universidade de Coimbra e para o pensamento Ilustrado português, (re)produzido naquela Universidade, bem como as circunstâncias singulares da época. Diz ela sobre do papel aqueles que administraram a Independência:

“Formados na ideologia da Ilustração, expurgaram o pensamento liberal das suas feições mais radicais, talhando para uso próprio uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática. A presença do herdeiro da casa de Bragança no Brasil ofereceu-lhes a oportunidade de alcançar a Independência sem recorrer à mobilização das massas” (COSTA, 1977, p. 11).

¹⁹ Para Jurandir Malerba, essas e outras empresas eram também “civilizatórias”, no sentido de ações motivadas a criar para o regente “um ambiente digno de sua pessoa e de sua família, como a construção do Real Teatro de São João(1813), por onde passaram importantes artistas europeus para deleite do espírito do príncipe” (MALERBA, 1999, p. 11). Em outro estudo bastante citado, Maria Odila da Silva Dias argumenta ainda que “a vinda da Corte com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada” (DIAS (b), 1986, p. 171).

Também esta autora argumenta que a lembrança da revolta de São Domingos e o temor de uma participação social ampla na Independência que pudesse ultrapassar os anseios de liberdade política de Portugal e traduzir-se também na liberdade dos escravos era um grande impedimento aos espíritos mais republicanos. Lembremos apenas que também estes eram em sua maioria grandes fazendeiros e donos de escravos. Assim, a possibilidade de mudança política a partir da cooptação do príncipe D. Pedro tornava-se sobremodo atraente. O pensamento revolucionário, ou o liberalismo cedia, portanto, à Reforma; ou, em suas palavras, “a escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil” (*Ibid.*, p. 28).

4.2 POSSÍVEIS CONCLUSÕES

De facto, a literatura apresentada acima evidencia a existência de algumas interessantes problemáticas de pesquisa que não podem deixar de ser exploradas. Deste e daquele lado do Atlântico, os historiadores que se vêm debruçando sobre as reformas do ensino conimbricense encabeçadas pelo Marquês de Pombal tendem a concordar, em maior ou menor grau, que as tais reformas podem ser apreendidas como um esforço em prol de uma renovação ilustrada do ensino lá promovido. Dito de outro modo, a reforma da Universidade de Coimbra, em especial, refletia as novas Luzes europeias que em Portugal já se faziam sentir desde o século anterior. Se os trabalhos de alguns pesquisadores têm-se caracterizado por uma denúncia das limitações da reforma e dos seus muitos insucessos, outros apontam o papel que aquela instituição teve na construção de uma elite política que serviria ao futuro Império do Brasil.

De um ou de outro modo, parece-nos claro que a avaliação do projeto político por trás das intervenções feitas na Universidade deve preceder tais considerações. Eis a nossa contribuição e é deste modo que cremos poder aproximar-nos deste debate historiográfico mais amplo. Para se alcançar conclusões mais concretas acerca do sucesso ou insucesso dos reformadores e, principalmente, sobre a influência de Coimbra sobre os alunos brasileiros, devemos chegar primeiramente a uma compreensão pormenorizada do projeto que balizava a

reforma, e que se traduziu nos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*, de 1772.

De facto, grande parte da elite política à frente do movimento de Independência passou por aquela instituição e, como argumentam diversos historiadores, algum impacto isso teve sobre o seu pensamento político. Contudo, nenhum dos trabalhos apresentados acima se preocupa em expor de que modo a Universidade reformada teria reproduzido determinada “cultura política”. Não é este o nosso objetivo aqui e, portanto, também não podemos equacionar esta problemática. Porém, esse movimento começa a partir de algumas das conclusões a que chegamos neste trabalho. Devemos demorar mais sobre alguns aspectos práticos do cotidiano da vida acadêmica, como delineados pelos novos *Estatutos*, tais como os procedimentos adotados para as aulas, as formas de avaliação e os requerimentos para aprovação, por exemplo. Ainda, é preciso também que consideremos os autores escolhidos pelos reformadores, acessando, assim, a construção de valores comuns. A seguir, sim, poderemos chegar a uma imagem mais nítida da urdidura da socialização efetuada por aquela universidade sobre os alunos brasileiros, por exemplo. Então poderemos compreender um pouco mais das nuances e dos caminhos que levaram à decisão por um regime monárquico constitucional, se é que partilhavam de uma “cultura política” comum.

Deste modo, inclusive, se o estudo desta fonte permite acessar as intenções de Pombal e seus colaboradores, é esta mesma fonte que pode trazer uma luz maior sobre a visão de mundo que a sustentava, por um lado, e a visão de mundo que buscava reproduzir, por outro. Para tanto, entendemos também que se torna cada vez mais necessária uma apreciação da instituição de ensino enquanto agente sócio-cultural e são estas as considerações que apresentaremos a seguir.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o marquês de Pombal e ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, os estudos na Universidade de Coimbra, segundo pode ser visto nos novos *Estatutos* de 1772, deveriam promover um Estado forte, centralizado e centralizador, submetido à vontade régia, bem como a renovação da administração pública, da economia, da sociedade portuguesa, através da formação de novos letrados, participantes das Luzes do século.

Como buscamos mostrar ao longo deste trabalho, a reforma dos cursos jurídicos, em especial, da Faculdade de Leis e da Faculdade de Cânones caracterizou-se por uma nova grade de disciplinas, ordenadas segundo o seu grau de dificuldade e de detalhamento do conhecimento; por uma equação entre saberes teórico-jurídicos e o preparo para a prática neles fundamentada; pela valorização do Direito português e de conhecimentos vários propedêuticos à sua aplicação, dentre outras inovações pedagógicas ilustradas. Ainda, na renovação dos estudos de História de Portugal e do Direito Pátrio, percebe-se uma releitura do direito romano, cuja relevância passava a ser secundária, ou subsidiária.

Estas últimas mudanças, em particular, tinham como o seu objetivo primeiro o fortalecimento do Estado *vis-à-vis*, sobretudo, o poder da Igreja, pois as relações políticas entre esta e o Estado não eram compatíveis com os interesses absolutistas da monarquia. Contudo, a reforma pombalina não significou anti-religiosidade. A contestação do poder temporal da Igreja, não era incoerente com uma atitude mesmo de defesa da religião, da fé cristã. Lembre-se que esta foi uma característica importante da Ilustração portuguesa e que muitos dos aliados de Pombal na reforma eram advindos de setores religiosos. Nestas reformas ilustradas pode-se ver um diálogo mesmo entre as Luzes e o espírito conservador, cristão português, numa reinterpretação do novo ideário Ilustrado segundo a tradição, a boa religião católica.

No esforço por uma reforma ilustrada, porém, os louros não são apenas do ministro de D. José I, pois vimos que grande parte do seu trabalho foi um desenvolvimento de considerações há longa data feitas por homens de letras portugueses também eles cientes das novas Luzes do século. Em verdade, os fundamentos teóricos da renovação, em especial, dos cursos jurídicos das faculdades de Leis e de Cânones estavam já deitados desde o início do século XVIII.

Também dos anos passados em Áustria, como enviado português à corte de D.^a Maria Teresa, o Marquês de Pombal certamente colheu o exemplo das reformas de ensino lá promovidas.

Como foi salientado, o facto de a reforma da Universidade ter sido exógena àquela instituição denota, contudo, uma intromissão do Estado, na pessoa de Sebastião José de Carvalho e Melo, o principal responsável pela “recreação” da Universidade. Assim, embora se tratasse de uma reforma ilustrada, é inegável o interesse político por trás da mesma.

Percebem-se, portanto, os interesses pragmáticos por trás da renovação do ensino em Coimbra, pois na outorga do diploma estava também a tácita chamada para o serviço ao Estado. Dito de outro modo, se o diploma tornava os juristas, bem como os médicos teólogos, matemáticos, *et Cetera*, socialmente reconhecidos como capazes e capacitados para exercerem as suas funções, também exigia-lhes a sua perícia no exercício das mesmas para o bem da sociedade e proveito do Estado. Os detentores desses diplomas deveriam engajar-se completamente na função que passavam então a desempenhar, e para isso eram intimados. Na Universidade de Coimbra, portanto, se esperava formar os novos administradores do Estado e, assim, grandes esperanças eram depositadas sobre os egressos daquela instituição de ensino, instrumentalizada pelos reformadores.

A relevância destas considerações vai além da constatação de um projeto político por trás da reforma de ensino, da reforma da Universidade de Coimbra, em particular, e dos interesses dos reformadores para aquela instituição. Como pudemos ver, por exemplo, do diálogo com a historiografia acerca da Independência brasileira e da proposta de alguns autores de uma influência dos estudos conimbricenses sobre as personagens à sua frente, há uma real necessidade de melhor esmiuçar a reforma em Coimbra. Assim, as ligações entre esta pesquisa e um debate historiográfico mais amplo, que não se limita às reformas promovidas por Sebastião José de Carvalho e Melo na Universidade, não podem ser desprezadas.

Reiteramos, contudo, que o nosso estudo pontual dos novos *Estatutos* de 1772 não nos permite uma inserção direta no debate acerca da Independência brasileira, um evento anos mais recente, mas, sim, uma aproximação a esse debate, com algumas contribuições relevantes. Algumas das nossas conclusões aqui podem ser acessadas para uma melhor compreensão daquilo que se intencionava (re)produzir no âmbito da Universidade, a saber, uma visão de mundo, determinados

valores, por exemplo. São ainda inéditos, porém, os estudos mais propriamente sobre a socialização e possível “homogeneização”, como querem alguns, ou construção de uma “cultura política”, em Coimbra. Neste sentido, o nosso trabalho aqui evidencia a necessidade, por exemplo, de demorarmos mais sobre alguns aspectos práticos do cotidiano da vida acadêmica, como delineados pelos novos *Estatutos*, buscando, assim, apreender a socialização promovida dentro e fora de uma instituição de ensino. Deste modo, chegaríamos a uma imagem mais nítida da real influência de Coimbra sobre os alunos brasileiros, se é que desejamos lá achar uma variável possível, dentre outras, que levaram à opção pela manutenção do regime monárquico quando da Independência.

Contudo, como o dissemos, estes estudos estão ainda por vir.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ESTATUTOS da Universidade de Coimbra (1772). Edição *fac-símile*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1973. 3 vols.

LEMOS, Francisco de. **Relação geral do estado da Universidade (1777).** Edição *fac-símile*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1980.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, M. Lopes de, **Documentos da Reforma Pombalina: 1771-1782,** Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937.

ARAÚJO, Ana Cristina B. de. *As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais* In: MATTOSO, J. (Dir.). **História de Portugal**, v. 5. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1998.

_____. **O marquês de Pombal e a universidade.** Coimbra, Portugal: Editora da Universidade de Coimbra, 2000.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico.** 6ª ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BARRETO, C. de B. et al. O processo de emancipação. In: HOLANDA. S. B. de. **História geral da civilização brasileira.** 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. Tomo II, v. 3.

BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 25ª ed. – Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J. C. **Les héritiers: les étudiants et la culture.** Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

_____. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement.* Paris : Les Éditions de Minuit, 1970.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2002.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005a.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRAGA, Teófilo. **História da Universidade de Coimbra**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1898.

CALMON, Pedro. *A reforma da Universidade e os dois brasileiros que a planejaram* In: **O Marquês de Pombal e o seu tempo**, Revista de História das Ideias, Tomo II. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem e elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Rómulo de. **História da Faculdade de Direito de Coimbra**. Coimbra, PT: Editora da Universidade de Coimbra, 1991.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo Português? A Reforma da Universidade de Coimbra 1772**. São Paulo: Annablume, 2008.

CHEKE, M. **Dictator of Portugal: a life of the Marquis of Pombal, 1699-1732**. Londres: 1938.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

COSTA, Mário Júlio de Almeida e MARCOS, Rui de Figueiredo. *A Reforma pombalina dos estudos jurídicos* In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

d'AZEREDO, J. L. **O marquês de Pombal e a sua época**. 2ª ed., Lisboa: 1922.

DIAS, J. S. da S. **Portugal e a cultura europeia**. Coimbra, Portugal: Coimbra Editora, 1952.

DIAS(2), Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)* In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

DOLHNIKOFF, M. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

DOMINGUES, F. C. **Ilustração e catolicismo**: Teodoro de Almeida. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

FALCON, Francisco J. C. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FONSECA, Fernando Taveira da. *A dimensão pedagógica da Reforma de 1772 – Alguns aspectos* In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

_____. **A Universidade de Coimbra (1700-1771) – Estudo Social e Económico**. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978.

GOMES, Joaquim Ferreira. **Estudos para a história da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1991.

_____. **O Marquês de Pombal e as Reformas de Ensino**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no rio de Janeiro(1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEWIN, K. **Resolving social conflicts**. New York: Harper & Bros, 1948.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: Ed. da Universidade Estadual de Maringá, 1999.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARROU, H. I. **Histoire de l'éducation dans l'antiquité**. Paris: Seuil, 1965.

MAXWELL, K. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme. Cap. II: *Da ordem imperial pombalina à fundação do Império Brasileiro (1750-1831): O significado da abertura dos portos(1808)* In: **A idéia de revolução no Brasil e outras idéias**. São Paulo: Globo, 2008, 9ª ed..

NEVES, L. M. B. P. das. **Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo**: a cultura política da independência 1820 - 1822. Rio de Janeiro: Editora Revan e FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, A. R. *Poder e sociedade: a legislação pombalina e a antiga sociedade portuguesa* In: **O Marquês de Pombal e o seu tempo**, Revista de História das Ideias, Tomo I. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras, 1983.

PANOFSKY, E. **Arquitetura gótica e escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PEREIRA, M. B. *Iluminismo e secularização* In: **O Marquês de Pombal e o seu tempo**, Revista de História das Ideias, Tomo II. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras, 1983.

PEREIRA, M. R. M. e CRUZ, Ana L. R. B. Ciência e memória: aspectos da reforma da Universidade de Coimbra de 1772. *Revista de História Regional*, v. 14, p. 7-48, 2009.

PRADO, Jr. C.. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PRATA, M. A. C. *A Universidade e a Sociedade Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000.

SANTOS, C. dos. *António Pereira de Figueiredo, Pombal e a “Aufklärung”*. In: **O Marquês de Pombal e o seu tempo**, Revista de História das Ideias, Tomo I. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras, 1983.

SANTOS(2), M. A. R. C. A. *A vida pública de Sebastião José de Carvalho e Melo em Viena de Áustria (1744-1749)* In: **O Marquês de Pombal e o seu tempo**, Revista de História das Ideias, Tomo I. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras, 1983.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. **Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002-2006. 2 vols.

SILVA, M. B. N. da, *A educação de um príncipe no período pombalino* In: **O Marquês de Pombal e o seu tempo**, Revista de História das Ideias, Tomo I. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras, 1983.

SCHEIDL, L. *Breves apontamentos sobre as reformas públicas na Áustria no período da missão diplomática de Sebastião José de Carvalho e Melo em Viena (1744-1749)*. In: **O Marquês de Pombal e o seu tempo**, Revista de História das Ideias, Tomo I. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras, 1983.

SOUSA, O. T. de. **História dos fundadores do império do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

TAVARES, Rui. Lembrar, esquecer, censurar. *Estudos Avançados*, n.37, 1999.

TORGAL, L. R.. Universidade e sociedade nos primórdios do liberalismo português: Revolução: reformismo e continuidade. In: **Colóquio Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo**, Braga, 1986. Actas. Braga: Universidade do Minho, 1986.

VARGUES, I. N.. O Processo de formação do primeiro movimento liberal: a revolução de 1820. In: MATTOSO, J. (Dir.). **História de Portugal**, V. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

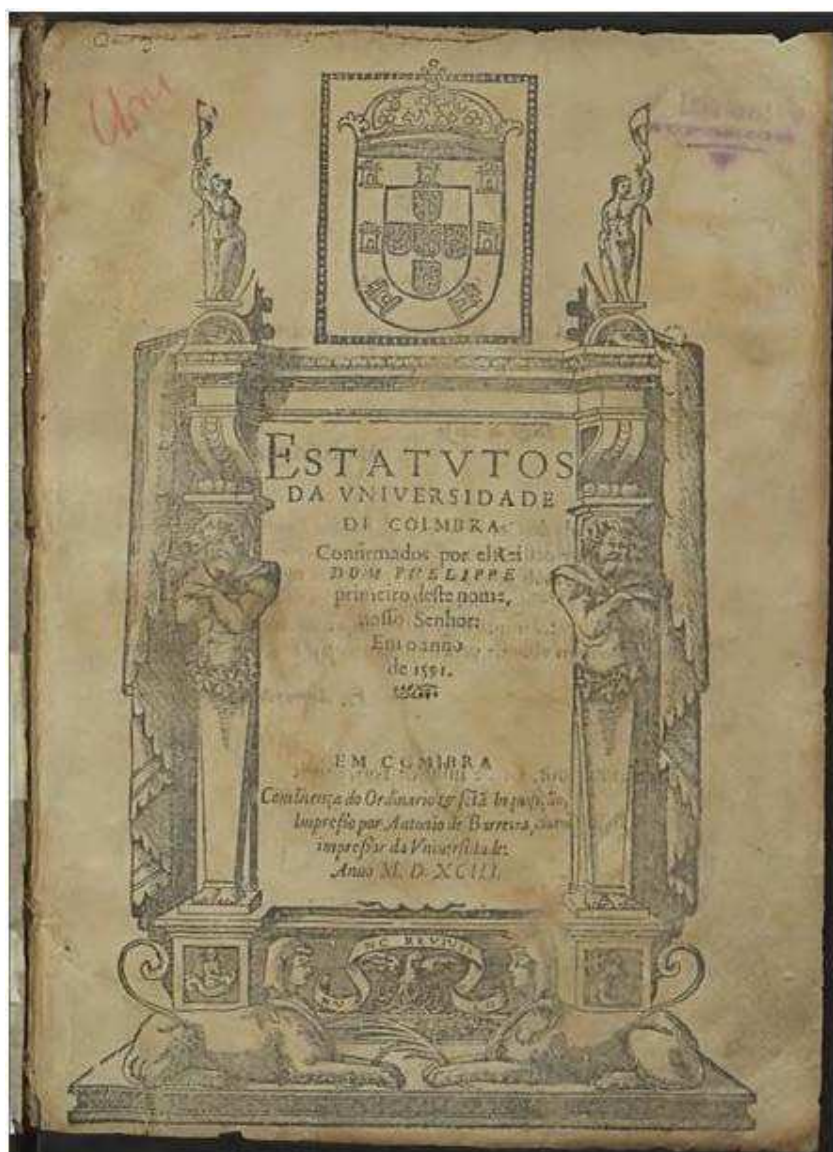
_____. A “Ode a Fileno” e a reforma da Universidade de 1772. In: **O Marquês de Pombal e o seu tempo**, Revista de História das Ideias, Tomo II. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias – Faculdade de Letras, 1983.

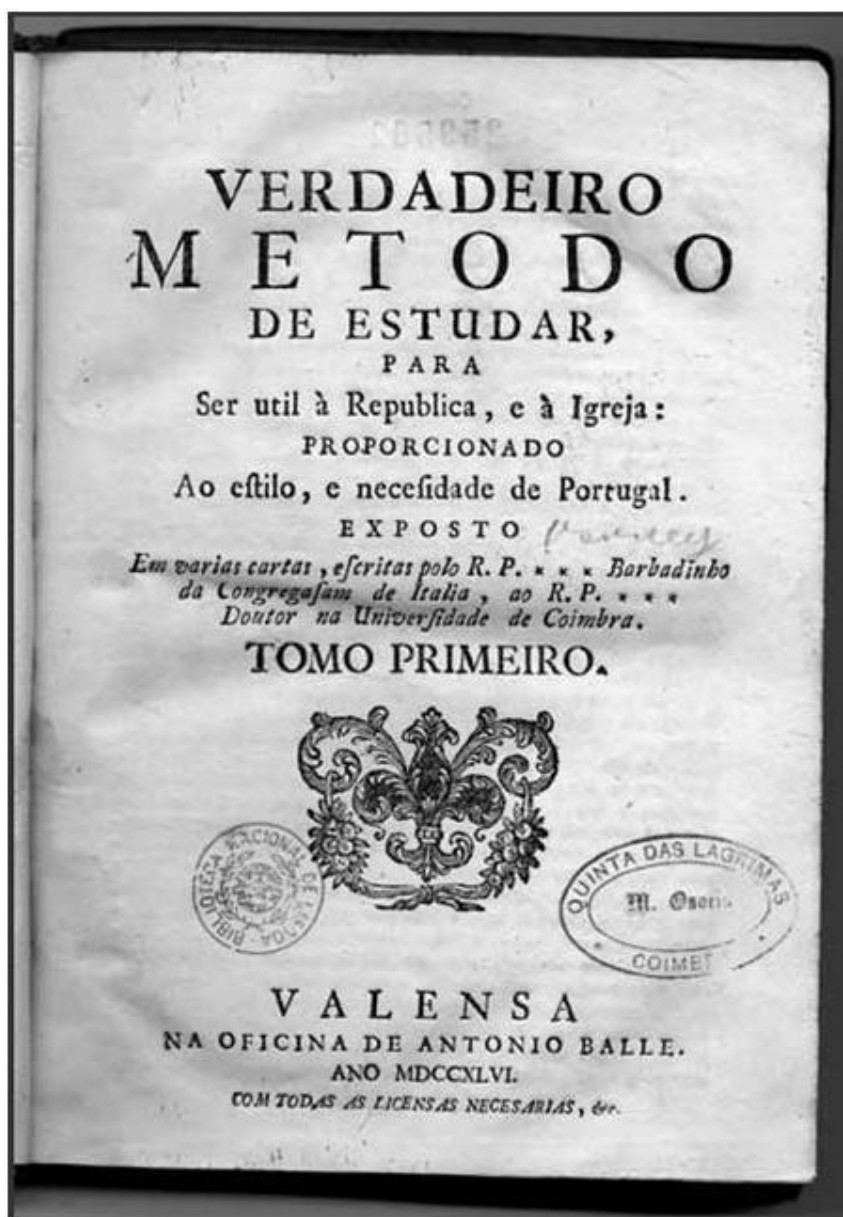
VIANA, H. **Historia do Brasil**: período colonial, monarquia e república. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

ANEXOS

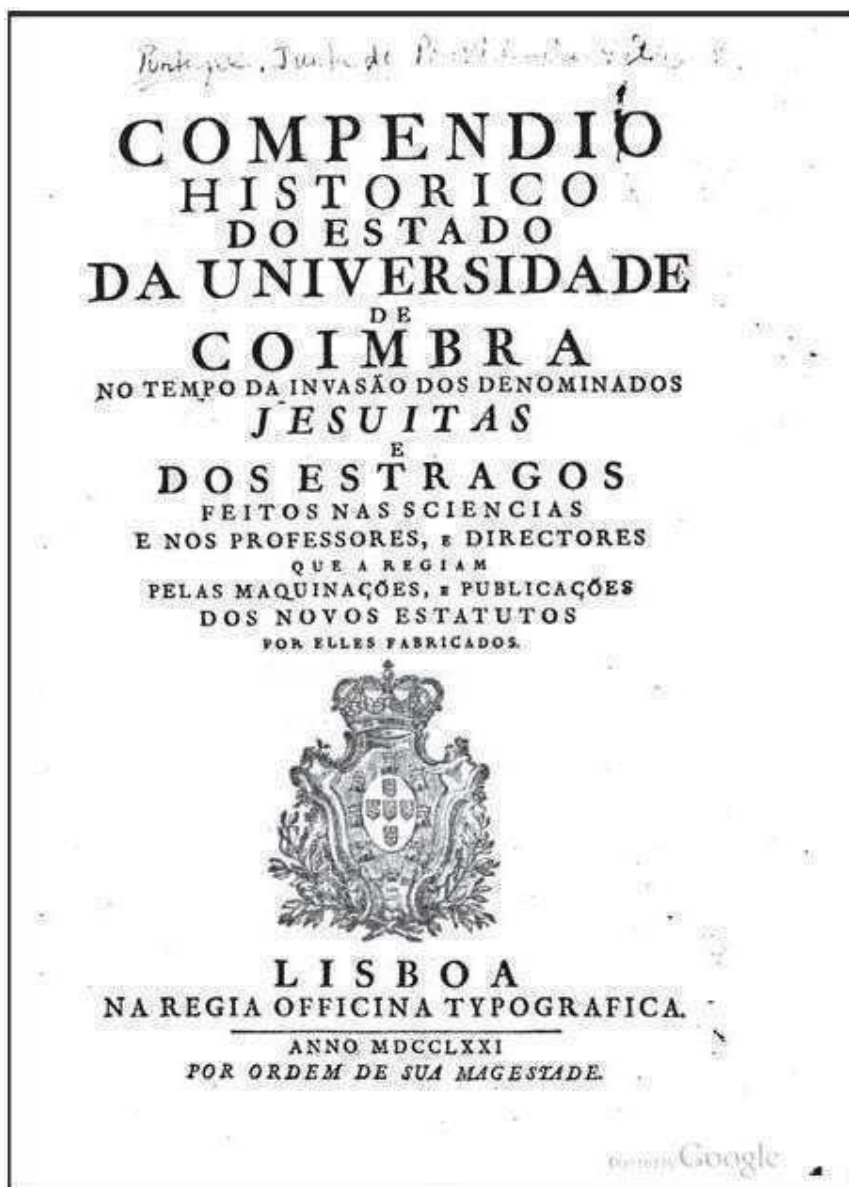
A. Frontispício da obra <i>Estatutos da Universidade de Coimbra</i> . 1591	93
B. Frontispício da obra <i>Verdadeiro método de estudar</i> . 1746.....	94
C. Frontispício da obra <i>Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra</i> . 1771	95
D. Frontispício da obra <i>Estatutos da Universidade de Coimbra</i> . 1772.....	96
E. Frontispício da obra <i>Estatutos da Universidade de Coimbra</i> . 1772. Livro II	97
F. Frontispício da obra <i>Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra</i> . 1777	98

A. Frontispício da obra *Estatutos da Universidade de Coimbra*. 1591.

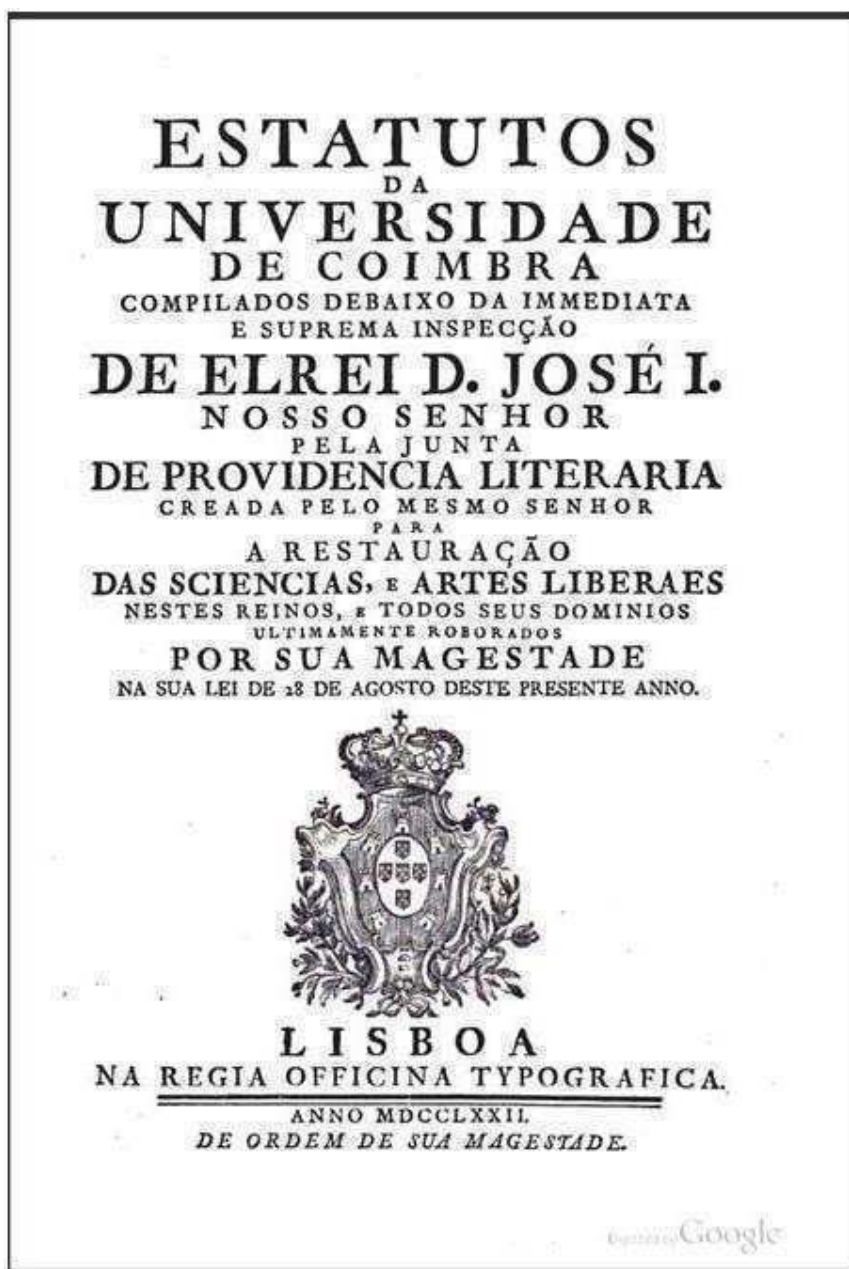


B. Frontispício da obra *Verdadeiro método de estudar*. 1746.

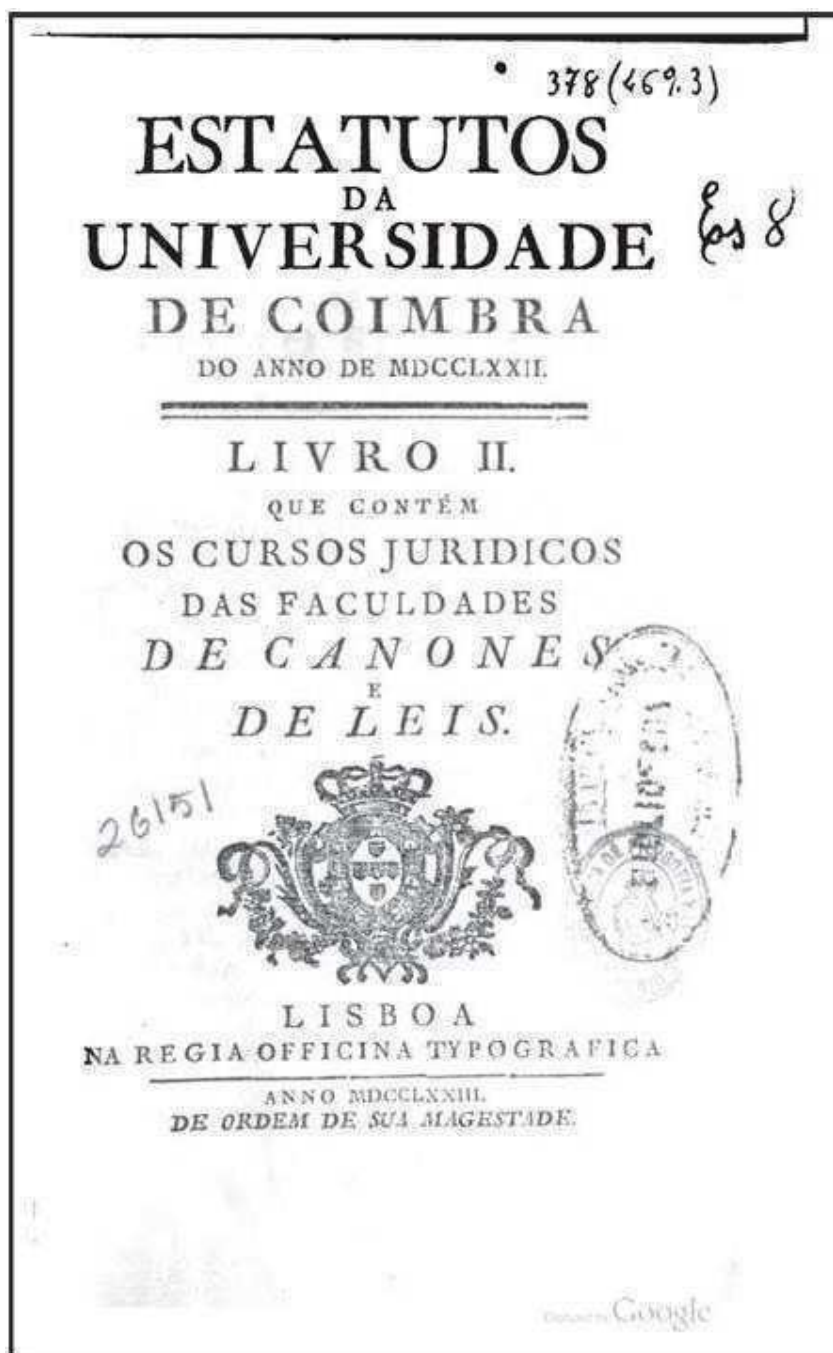
C. Frontispício da obra *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*.
1771.



D. Frontispício da obra *Estatutos da Universidade de Coimbra*. 1772.



E. Frontispício da obra *Estatutos da Universidade de Coimbra*. 1772. Livro II.



F. Frontispício da obra *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra*. 1777.

Relação Geral
do Estado
da
Universidade de Coimbra
desde o principio da Nova Reforma-
ção até o Mez de Setembro de
1777
para ser presente
A Rainha Nossa Senhora
pelo seu Ministro, e Secretario de Es-
tado da Repartição dos Negocios
do Reyno
Ill^{mo} e Ex^{mo} Sñr. Visconde
de Vila Nova de Cerveira
dada
pelo Bispo de Zenopole Coadjutor, e Fu-
turo sucessor do Bispado de Coimbra
e actual Reformador, e Reytor da mesma
Universidade.